



**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL,
EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL**

RAFAEL GONZAGA MULLER

**DISCURSOS SECRETOS:
IDEOLOGIAS DOS TEXTOS FORMATIVOS DOS
SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA**

Belo Horizonte

2020

RAFAEL GONZAGA MULLER

**DISCURSOS SECRETOS:
IDEOLOGIAS DOS TEXTOS FORMATIVOS DOS
SERVIÇOS DE INTELIGÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário Una como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local.

Área de Concentração: Inovações sociais e Desenvolvimento Local

Linha de Pesquisa: Educação e Desenvolvimento Local

Professor Orientador: Prof. Dr. Frederico de Carvalho Figueiredo

Belo Horizonte

2020

M958d Muller, Rafael Gonzaga

Discursos secretos: ideologias dos textos formativos dos serviços de inteligência. / Rafael Gonzaga Muller. – 2020.

110 f. il.

Orientador: Prof. Dr. Frederico de Carvalho Figueiredo

Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário UNA, 2020. Programa de pós-graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local.

Inclui bibliografias.

1. Serviços de Inteligência. 2. Análise do discurso. 3. Desenvolvimento Local. I. Figueiredo, Frederico de Carvalho. II. Centro Universitário UNA. III. Título.

CDU: 658.114.8



**CENTRO UNIVERSITÁRIO UNA
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO LOCAL**

Dissertação intitulada “**Discursos secretos: ideologias dos textos formativos dos Serviços de Inteligência**” de autoria do mestrando **Rafael Gonzaga Müller**, aprovada pela banca examinadora, constituída pelos seguintes professores:

**FREDERICO DE CARVALHO
FIGUEIREDO:05416939648**



Prof. Dr. Frederico de Carvalho Figueiredo (Orientador – TRE-MG)

ANTONIO GOMES DE VASCONCELOS:30833160

Assinado de forma digital por ANTONIO GOMES DE VASCONCELOS:30833160
Dados: 2020.11.16 13:58:57 -03'00'

Prof. Dr. Antônio Gomes de Vasconcelos (UFMG)

Áurea R. Guimarães Tomasi

Prof. Dra. Áurea Regina Guimarães Tomasi (Una)

Belo Horizonte, 27 de março de 2020

NOTA INTRODUTÓRIA

No Programa de Pós-Graduação em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local do Centro Universitário UNA, as dissertações de mestrado se orientam pelas seguintes normas aprovadas por seu Colegiado:

Para os elementos textuais:

1. A Introdução deve trazer o tema, problema, questão central da pesquisa, hipótese (facultativa), objetivo geral, objetivos específicos, justificativas e o plano de capítulos;
2. O primeiro capítulo deve trazer uma revisão teórica na área temática da pesquisa, dentro de um recorte de tempo. É esperado que esse capítulo seja apresentado na forma de um artigo de revisão, contendo: título, subtítulo, nomes e filiação institucional dos autores (o/a mestrando/a e o/a orientador/a), resumo, palavras-chave, abstract, keywords, introdução, desenvolvimento, conclusão, referências, notas, anexos e apêndices;
3. O segundo capítulo deve trazer o relato da pesquisa realizada pelo/a mestrando/a. É esperado que esse capítulo seja apresentado na forma de um artigo científico, contendo: título, subtítulo, nomes e filiação institucional dos autores (o/a mestrando/a e o/a orientador/a), resumo, palavras-chave, abstract, keywords, introdução, discussão teórica, metodologia, análise dos dados e/ou discussão dos resultados, considerações finais, referências, notas, anexos e apêndices;
4. O terceiro capítulo deve trazer o produto técnico derivado da revisão teórica e da pesquisa realizada pelo/a mestrando/a, sua proposta de intervenção na realidade. É esperado que contenha: título, subtítulo, nomes e filiação institucional dos autores (o/a mestrando/a e o/a orientador/a), resumo, palavras-chave, abstract, keywords, introdução, discussão para introduzir o produto técnico e contextualização, descrição detalhada do produto técnico, considerações finais, referências, notas, anexos e apêndices;
5. Por último, o/a mestrando/a deve trazer as considerações finais da dissertação;
6. Ficam mantidos os elementos pré-textuais e pós-textuais de praxe em dissertações e teses;
7. Alguma flexibilidade em relação a essa estrutura pode ser considerada, mas é indispensável que o/a mestrando/a apresente pelo menos uma das suas partes na forma de um artigo.

Ainda em meu primeiro ano de Universidade, quando submeti ao meu professor D. N. Ushakov uma lista de leituras em linguística, ele deu sua aprovação a todos os numerosos itens exceto um -- a monografia de 1912 de L. V. Shtsherba sobre as vogais russas, uma obra que se filiava nas pesquisas de Baudouin de Courtenay e seguia uma orientação completamente outra que a dos discípulos ortodoxos da escola linguística de Moscou. Naturalmente foi esse livro proibido que eu li em primeiro lugar.

Roman Jakobson

AGRADECIMENTOS

ॐ धूं धूमावती नमो नमः

RESUMO

A presente pesquisa teve por tema os discursos presentes em textos formativos dos Serviços de Inteligência (SI) brasileiro. Os SI são serviços responsáveis pela produção de conhecimento estratégico para subsidiar os processos decisórios em seus mais altos níveis hierárquicos, fazendo com que tendam a concentrar grande poder. Esse poder concentrado, naturalmente, tensiona o modelo de democracia adotado por um Estado. Assim, foram estudados: a) no primeiro capítulo, as aproximações e distanciamentos entre Serviços de Inteligência e as propostas de Gestão Social, Pedagogia Crítica e Desenvolvimento Local; b) no segundo capítulo, a partir da proposta de Análise de Discurso Crítica de Fairclough, os discursos em torno dos Serviços de Inteligência, tendo por objetos a Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência e o Relatório de Atividades 2015 da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência; c) no terceiro capítulo, a construção de uma proposta de simulação de missão de Inteligência como experiência pedagógica para pesquisadores da área de Inteligência, tendo por referência as propostas da Pedagogia Crítica. Em termos de resultados, identificou-se que o modelo atualmente adotado no Brasil e em diversas democracias liberais para os Serviços de Inteligência é incompatível com propostas mais profundas de política democrática, em especial no que tange à Gestão Social, participação, Educação Crítica, Desenvolvimento Local, desburocratização, horizontalização das relações, inclusão e pluralismo. Nos textos de Inteligência, foi identificada a forte presença de discursos ideológicos ultraliberais, conservadores e hiperpositivistas, além de uma série de estruturas argumentativas de forma tautomérica e, no plano contextual, importantes consensos entre atores políticos historicamente opositores, marcando grande avanço no processo de dominação hegemônica do atual modelo de Inteligência. A proposta pedagógica construída apresentou-se importantemente pluralista. Envolvendo as relações Brasil-Cabo Verde como problemática central da simulação, uma série de conflitos de interesses são imbrincados, dentre econômicos, políticos, territoriais, estratégicos, linguísticos, étnico-raciais, etc., fazendo com que os resultados da missão, necessariamente, precisem ser problematizados e politizados para a sua produção, atendendo aos princípios da pedagogia crítica. Tal proposta, considerando seus avanços dentro de uma proposição crítica e social e o contexto em que se encerram os Serviços de Inteligência brasileiros na atualidade, pode ser classificada como um tipo de Inovação Social.

Palavras-chave: Serviços de Inteligência; Análise de Discurso Crítica; Educação; Desenvolvimento Local

ABSTRACT

This research had as its theme the speeches present in formative texts of the Brazilian Intelligence Services (IS). IS are services responsible for producing strategic knowledge to support decision-making processes at their highest hierarchical levels, making them tend to concentrate great power. This concentrated power naturally tenses the model of democracy adopted by a state. Thus, we studied: a) in the first chapter, the approximations and distances between Intelligence Services and the proposals of Social Management, Critical Pedagogy and Local Development; b) in the second chapter, based on the proposed Fairclough's Critical Discourse Analysis, the speeches around the Intelligence Services, having as its object the National Intelligence Activity Doctrine and the Activity Report 2015 of the Joint Activity Control Commission of intelligence; c) in the third chapter, the construction of a intelligence mission simulation proposal as a pedagogical experience for researchers in Intelligence, based on the proposals of critical pedagogy. In terms of results, it was identified that the model currently adopted in Brazil and in several liberal democracies for Intelligence Services is incompatible with deeper proposals for democratic politics, especially with regard to Social Management, participation, Critical Education, Local Development, horizontal relations, inclusion and pluralism. In the Intelligence texts, the strong presence of ultra-liberal, conservative and hyperpositivist ideological discourses was identified, as well as a series of argumentative tautomeric structures and, contextually, important consensuses between historically opposing political actors, marking a great advance in the hegemonic domination process of the current model of IS. The pedagogical proposal built was presented as pluralistic. Involving Brazil-Cape Verde relations as the central problem of the simulation, a series of conflicts of interest are intertwined, among economic, political, territorial, strategic, linguistic, ethnic-racial, etc., making the mission results necessarily problematized and politicized for its production, taking into account the principles of critical pedagogy. Such a proposal, considering its advances within a critical and social proposition and the context in which the Brazilian Intelligence Services end today, can be classified as a type of Social Innovation.

Keywords: Intelligence Services; Critical Discourse Analysis; Education; Local Development

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
ADC	Análise de Discurso Crítica
AV	Análise de Veracidade
INASIS	Associação Internacional para Estudos de Segurança e Inteligência
AOFI	Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência
AI	Atividade de Inteligência
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul
CEP	Centro de Estudos e Pessoal do Exército
CPC	Ciclo de Produção do Conhecimento
CCAI	Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência
CS	Comunicações Sigilosas
COAF	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
DEM	Democratas
DTI	Documentos Técnicos de Inteligência
DNAI	Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência
DNISP	Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública
EME	Emprego de Meios Eletrônicos
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
ESINT	Escola de Inteligência da ABIN
Esni	Escola Nacional de Informações
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
EC	Estória de Cobertura

FESMPMG	Fundação Escola do Ministério Público de Minas Gerais
GSI	Gabinete de Segurança Institucional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
OSINT	Inteligência de Fontes Abertas
HUMINT	Inteligência de Fontes Humanas
IMINT	Inteligência de Imagens
MASINT	Inteligência de Medidas e Marcadores
GEOINT	Inteligência Geoespacial
IDC	Internacional Democracia de Centro
LF	Leitura da Fala
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MBL	Movimento Brasil-Livre
MPD	Movimiento para a Democracia
OMD	Observação, Memorização e Descrição
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não-Governamental
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PI	Pedido de Inteligência
PNI	Política Nacional de Inteligência
PUC-Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PIP	Processos de Identificação de Pessoas

Prunart	Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e à Administração da Justiça do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito
RICCAI	Regimento Interno da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência
RTI	Relatórios Técnicos de Inteligência
RDC	República Democrática do Congo
RBI	Revista Brasileira de Inteligência
SNI	Serviço Nacional de Informações
SI	Serviços de Inteligência
Gesilddes	Grupo de Estudos em Serviços de Inteligência, Legitimação Democrática e Desenvolvimento Econômico e Social
SISBIN	Sistema Brasileiro de Inteligência
TOI	Técnicas Operacionais de Inteligência
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	16
2. CAPÍTULO 1: Serviços de Inteligência e Legitimação Democrática: diálogos entre participação, pedagogia crítica e desenvolvimento local	19
2.1. Introdução.....	20
2.2. Serviços de Inteligência.....	21
2.3. Gestão Social e os Serviços de Inteligência	30
2.4. Pedagogia Crítica e os Serviços de Inteligência.....	34
2.5. Desenvolvimento Local e os Serviços de Inteligência	40
2.6. Conclusões.....	42
2.7. Referências	44
3. CAPÍTULO 2: Hegemonia: os interdiscursos doutrinários dos Serviços de Inteligência.....	49
3.1. Introdução.....	50
3.2. Revisão de Literatura.....	50
3.3. Metodologia.....	52
3.4. Resultados e Discussões	55
3.4.1. Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência.....	55
3.4.2. Relatório de Atividades 2015 da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.....	68
3.5. Conclusões.....	83
3.6. Referências	84

4. CAPÍTULO 3: Pedagogia Crítica: o uso de simulação para a formação de Analistas de Inteligência	89
4.1. Introdução.....	89
4.2. Contextualização	90
4.3. Metodologia de simulação de Missão de Inteligência.....	92
4.4. Proposta específica: “Operação Talinga-Berilo”	95
4.4.1. Objeto e Motivação.....	95
4.4.2. Dados Conhecidos	96
4.4.3. Missão	97
4.4.4. Orientações	97
4.5. Conclusões.....	99
4.6. Referências	100
5. CONCLUSÃO.....	102
6. REFERÊNCIAS	105

LÚCIFER

um dia todos os peixes
puseram a cabeça para fora da lagoa
e me olharam

Luiz Olavo Fontes

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por tema os discursos presentes em textos formativos dos Serviços de Inteligência (SI) brasileiro.

Os SI são serviços responsáveis pela produção de conhecimento estratégico para subsidiar os processos decisórios em seus mais altos níveis hierárquicos, fazendo com que tendam a concentrar grande poder. Esse poder concentrado, naturalmente, tensiona o modelo de democracia adotado por um Estado. Para justificar sua existência, a despeito dos riscos democráticos impostos por essa concentração de poder, os SI valem-se de uma série de discursos que perpassam a sua essencialidade e a possibilidade de coexistência com a democracia através de mecanismos específicos. Esses discursos, entretanto, decorrem de outros, uma vez que todos os discursos são, em sua essência, interdiscursos. Mais: todo discurso carrega consigo opções axiológicas, tornando-os ideológicos. Apesar disso, o termo ideologia é adotado preferencialmente para aqueles interdiscursos que se valem de estratégias para ocultar-se em meio a outro corpo discursivo.

Posto tal problema, a questão central da pesquisa pode ser arquitetada em formato interrogativo: quais as ideologias presentes nos textos formativos dos Serviços de Inteligência brasileiro?

Os textos formativos selecionados foram: a) a Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência (DNAI); ainda que publicado pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), sendo ela o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), é uma das referências básicas disponíveis publicamente para todos os SI brasileiros e voltando-se, especialmente, para a formação dos profissionais de Inteligência; b) o Relatório de Atividades 2015 da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência (CCAI), que foi o primeiro e mais completo relatório divulgado publicamente contendo relatos de audiências públicas sobre os SI, sendo estes representativos das principais ideias partilhadas para a formação geral do cidadão comum em Inteligência.

Como objetivo geral, portanto, tem-se o de desvelar os discursos ideológicos que dão suporte ao discurso de legitimação dos Serviços de Inteligência presente em seus textos formativos. Como objetivos específicos, surgem: a) analisar as aproximações e afastamentos entre os Serviços de Inteligência e as possibilidades de Gestão Social, de formação de seus quadros orientada pela Pedagogia Crítica e o conceito de Desenvolvimento Local; b) descrever contribuição técnica em formato de uma metodologia de prática pedagógica simulada de

missão de Inteligência, com vistas à promoção de formação em Inteligência, orientada pela Pedagogia Crítica, e desenvolvimento local.

No primeiro capítulo deste material, o artigo intitulado “Serviços de Inteligência e Legitimação Democrática: diálogos entre participação, pedagogia crítica e desenvolvimento local”, foram estudados as aproximações e distanciamentos entre Serviços de Inteligência e as propostas de Gestão Social, Pedagogia Crítica e Desenvolvimento Local.

No segundo capítulo, artigo intitulado “Hegemonia: os interdiscursos doutrinários dos Serviços de Inteligência”, foram estudados, a partir da proposta de Análise de Discurso Crítica de Fairclough, os discursos em torno dos Serviços de Inteligência, tendo por objetos a Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência e o Relatório de Atividades 2015 da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência;

Na terceira parte, um capítulo intitulado “Pedagogia Crítica: o uso de simulação para a formação de Analistas de Inteligência”, construiu-se uma proposta de simulação de missão de Inteligência como experiência pedagógica para pesquisadores da área de Inteligência, tendo por referência as propostas da Pedagogia Crítica.

Korôviev parou perto da cerca e disse:

— Bah! Essa é a casa dos escritores! Sabe, Behemoth, já ouvi muita coisa boa e muito lisonjeira sobre essa casa. Preste atenção, meu amigo, nessa casa. É bom pensar que sob este telhado se esconde e amadurece um sorvedouro de talentos.

— Como ananás em estufas — disse Behemoth.

O Mestre e a Margarida, Mikhail Bulgákov

2. CAPÍTULO 1: Serviços de Inteligência e Legitimação Democrática: diálogos entre participação, pedagogia crítica e desenvolvimento local

Rafael Gonzaga Muller – Centro Universitário Una

Frederico de Carvalho Figueiredo – Centro Universitário Una

RESUMO

Os Serviços de Inteligência são apontados como essenciais à democracia, uma vez que operam em prol do combate a inimigos externos e auxiliam na manutenção da soberania nacional. Apesar disso, por tratarem-se de estruturas burocráticas altamente hierarquizadas e que favorecem a concentração de poder decisório em uma autoridade, o presente artigo discute suas aproximações e afastamentos com conceitos de Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. No plano da Gestão Social, que se volta ao compartilhamento dos processos decisórios e da participação, os Serviços de Inteligência apresentam-se como grande entrave às possibilidades de aprofundamento democrático. O mesmo ocorre em um viés de Desenvolvimento Local, que prima pela desburocratização, descentralização e horizontalização das relações. No plano da Educação, tomando-se por base a Pedagogia Crítica, que propõe a busca por experiências dos sujeitos alinhados a um ideal de sociedade democraticamente profunda, pluralista e participativa, as possibilidades de emancipação dos indivíduos encontram-se especialmente prejudicadas. Da população externa aos Serviços de Inteligência, ficam sujeitos à concentração de poder decisório que elas compartilham apenas com as autoridades hierárquicas. Da população interna, a estrutura, os processos decisórios e a compartimentação das informações e das atividades impossibilita que seus profissionais estabeleçam perspectivas críticas de todo o processo e requeiram poder sobre suas próprias ações dentro da estrutura. Assim, a principal tensão estabelecida entre Serviços de Inteligência e os construtos Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pronuncia-se na proposta de Democracia pensada para projeto social em questão. Tais estruturas burocráticas apresentam-se compatíveis apenas com os modelos mais superficiais e liberais de democracia, tornando-se empecilhos importantes para o aprofundamento desta em propostas mais progressistas, plurais e igualitárias.

Palavras-chave: Serviços de Inteligência; Educação; Desenvolvimento Local

ABSTRACT

Intelligence services are seen as essential to democracy since they operate to combat external enemies and help maintain national sovereignty. Nevertheless, as they are highly hierarchical bureaucratic structures that favor the concentration of decision-making power in an authority, this article discusses their tensions with concepts of Social Management, Education and Local Development. In terms of Social Management, which focuses on sharing decision-making processes and participation, Intelligence Services are a major obstacle to the possibilities of democratic deepening. The same happens in a Local

Development bias, which strives for decentralization and horizontalization of relations. In terms of Education, based on Critical Pedagogy, which proposes the search for experiences of subjects aligned with an ideal of a democratically deep, pluralistic and participatory society, the possibilities of emancipation of individuals are especially impaired. For those outside Intelligence Services, they are submitted to the concentration of decision-making power that they share only with the hierarchical authorities. For insiders, the structure, the decision-making processes, and the compartmentalisation of information and activities make it impossible for their professionals to establish critical perspectives on the whole process and to demand power over their own actions within the structure. Thus, the main tension established between Intelligence Services and the Social Management, Education and Local Development constructs is expressed in the Democracy proposal designed for the social project in question. Such bureaucratic structures are compatible only with the most superficial and liberal models of democracy, becoming important obstacles to deepening it in more progressive, pluralistic and egalitarian proposals.

Keywords: Intelligence Services; Education; Local Development

2.1. Introdução

Os Serviços de Inteligência (SI) têm como elemento constituinte característico o sigilo e a compartimentação (GONÇALVES, 2016), havendo no motivo de ser de sua atividade a assimetria de informação como elemento constituinte. Em um contexto em que o acesso a determinados conhecimentos deve ser limitado para garantir seu caráter estratégico e a proposição de vantagens competitivas perante inimigos (BRASIL, 2016a), os Serviços de Inteligência mostram-se conceitualmente incompatíveis com proposituras mais profundas de Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, uma vez que todos esses conceitos operam sobre a condição de redução das assimetrias de informação, seja através de possibilidades mais contundentes de participação (ABREU; OLIVEIRA; KRAEMER, 2019), em uma pedagogia crítica que coloque em problematização as condições sistêmicas dos sujeitos aprendentes (BOTÊLHO, 2019; CELLA, 2019) ou uma perspectiva de desenvolvimento voltada para a descentralização e desburocratização da gestão (ALBAGLI, 1998; FROEHLICH, 1998).

Sendo assim, o presente artigo tem por questão central da pesquisa o problema: são os Serviços de Inteligência brasileiros compatíveis com as propostas epistemológicas de Gestão Social, Pedagogia Crítica e Desenvolvimento Local? Propõe-se, pois, a fazer uma revisão teórica sobre Serviços de Inteligência brasileiros e suas aproximações e afastamentos com os conceitos de Gestão Social, Pedagogia Crítica e Desenvolvimento Local, elucidando

desafios e contradições que operam impedindo uma construção de conhecimento interdisciplinar envolvendo todos esses conceitos.

Na primeira parte do texto, voltada para os Serviços de Inteligência, serão apresentadas as proposições teóricas e conceituais a respeito desses serviços, suas principais classificações e categorias, questões voltadas à sua legitimidade e controle.

Na segunda, serão apresentados delineamentos teóricos sobre Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local, conceitos intrinsecamente conectados cujo distanciamento poderia descaracterizá-los. Em Educação, o recorte volta-se à Pedagogia Crítica, também comumente cunhada Pedagogia Institucional ou Pedagogia Libertária.

Na terceira e última, são tecidos comentários comparativos a respeito das aproximações e afastamento o Serviços de Inteligência e o conjunto dos três conceitos subsequentes, de modo a elucidar os principais desafios e contradições que operam limitando a construção de uma abordagem aglutinadora entre tais modelos.

2.2. Serviços de Inteligência

O termo Inteligência, dentro dos estudos vinculados às Ciências de Estado, apresenta-se polissêmico. Um dos primeiros e principais estudiosos da Inteligência no ocidente, Sherman Kent, referenciado por Gonçalves (2019), aponta que Inteligência pode assumir três principais significações: enquanto organização, produto ou processo.

Enquanto organização, refere-se aos Serviços de Inteligência (SI), também usualmente conhecidos como Organizações de Inteligência, Agências de Inteligência, Setores de Inteligência, Organismos de Inteligência, Serviços Secretos, Agências Secretas, dentre outros. São responsáveis, em linhas gerais, pela produção e salvaguarda de conhecimentos estratégicos úteis ao processo decisório (PACHECO, 2012).

Essa definição de Serviços de Inteligência leva aos outros dois possíveis significados de Inteligência. Enquanto produto, refere-se à prática de chamar Inteligência ao conhecimento estratégico produzido ou protegido pelos SI (PACHECO, 2012). Dentro das abordagens clássicas da Ciências da Informação, Inteligência enquanto produto viria como um tipo específico de Conhecimento, superior às categorias de Dado e Informação, porém com características de sensibilidade e tratamento específicas: a saber, seu caráter estratégico e sua manipulação por Serviços de Inteligência (BRASIL, 2016a).

Enquanto processo, refere-se às ações que os Serviços de Inteligência executam para permitir a produção e a proteção de conhecimentos estratégicos, dentre elas incluídas, por exemplo, as Operações de Inteligência (PACHECO, 2012).

Dentro da visão de Inteligência enquanto processo, Pacheco (2012) ainda realiza uma diferenciação, estabelecendo a possibilidade de se pensar a Inteligência enquanto método, aí incluídos os métodos próprios da Inteligência, como o Ciclo de Produção do Conhecimento (CPC), as Ações de Busca e as Técnicas Operacionais de Inteligência (TOI). São os elementos tipicamente de Inteligência dentro do processo global de Inteligência, que se utiliza de elementos próprios e elementos tomados emprestados de outras disciplinas.

A todo esse arcabouço semântico em torno de Inteligência, soma-se o termo usado genericamente de Atividade de Inteligência (AI), podendo referir-se a qualquer um desses constructos. A pouca especificidade dessa construção teórica sobre as possibilidades de uso da palavra Inteligência gera definições interessantemente construídas do ponto de vista linguístico, como, nas palavras de Sherman Kent (1996, p.2, apud PACHECO, 2012, p. 80):

Inteligência governamental é baseada em um conjunto específico de organizações com a denominação “serviços de inteligência” ou, às vezes, “comunidades de inteligência”. Atividade de inteligência é o que fazem e conhecimento de inteligência é o que produzem.

Como se pode depreender desse trecho, pouco se pode compreender sobre os SI a partir de uma abordagem extremamente analítica e conceitual, sendo imperioso conhecer os elementos implícitos dessa atividade. Do ponto de vista pragmático, tal definição atinge o objetivo de manter em sigilo o que, de fato, são os SI, através de uma estruturação de extrema generalidade.

Alguns autores como Gonçalves (2016) postularão que os Serviços de Inteligência são caracterizados exatamente pela existência de um elemento de sigilo, seja nos dados tratados por eles (doravante “Dados Negados”), seja nos métodos utilizados. Pacheco (2012), acompanhando a proposta generalista de Sherman Kent formula uma postulação de similar teor, agora incorporando mais explicitamente o caráter de exceção que o sigilo impõe à Inteligência: “a inteligência não se destina a qualquer um, não é sobre qualquer coisa, nem faz algo que todos possam saber” (PACHECO, 2012, p. 81)

A estrutura negativa da assertiva não diz o que é Inteligência, mas o que não é Inteligência. A relação do que não é Inteligência com o genérico (“qualquer” e “todos”) coloca-a em posição especial de destaque, marcando esse caráter de exceção como regra.

Retornando à primeira definição genérica de Inteligência adotada neste texto (“produção e salvaguarda de conhecimentos estratégicos úteis ao processo decisório”), percebe-se que o elemento do sigilo está implicitamente incluso em todo o contexto para o qual a Inteligência se dirige. O caráter estratégico de um conhecimento decorre, exatamente, do seu acesso privilegiado a ele, conhecimento a que outros atores em um contexto de rivalidade não têm acesso, devendo ser, portanto, produzido (ou obtido) por esforços próprios e salvaguardado (BRASIL, 2016a). Não sendo algo cuja divulgação seja admissível, sob risco de perder a sua utilidade estratégica, é direcionado especialmente aos tomadores de decisão de maior nível hierárquico dentro de uma organização. Assim, a Inteligência só possui sentido de ser dentro de um contexto externamente de rivalidade e internamente hierárquico.

Feitas essas primeiras considerações, passa-se ao funcionamento geral dos SI. Uma primeira divisão refere-se às funções de Inteligência, qual sejam: Inteligência e Contraineligência. Respectivamente, a primeira ocupa-se da produção de conhecimentos, enquanto a segunda da salvaguarda de ativos de valor para a Instituição a que se vincula. Em termos conceituais, a própria Política Nacional de Inteligência (PNI) (Decreto nº 8793/2016) estabelece bem essa diferença:

I – Inteligência: atividade que objetiva produzir e difundir conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro e fora do território nacional, de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado;

II – Contraineligência: atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a Inteligência adversa e as ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados, conhecimentos, pessoas, áreas e instalações de interesse da sociedade e do Estado. (BRASIL, 2016b)

Essas funções fazem com que a Inteligência possa ser postulada enquanto política pública permanente. Dentre alguns dos objetivos explícitos da Inteligência Brasileira, conforme descrito no mesmo documento, estão:

I – acompanhar e avaliar as conjunturas interna e externa, assessorando o processo decisório nacional e a ação governamental;

II – identificar fatos ou situações que possam resultar em ameaças, riscos ou oportunidades;

III – neutralizar ações da Inteligência adversa;

IV – proteger áreas e instalações, sistemas, tecnologias e conhecimentos sensíveis, bem como os detentores desses conhecimentos; e

V – conscientizar a sociedade para o permanente aprimoramento da atividade de Inteligência. (BRASIL, 2016b)

Outra diferenciação importante diz respeito aos setores específicos dos quais estão dotados os SI que seguem o modelo ocidental de organização. São eles: Operações, Inteligência ou Análise e Contraineligência.

- Operações: setor responsável pela realização de Ações de Busca e uso das Técnicas Operacionais de Inteligência, seja para dar suporte à produção de conhecimentos sobre oportunidades (Inteligência), seja para produção de conhecimento sobre ameaças e intervir na realidade de modo a neutralizá-las e/ou para proteger os ativos e interesses do tomador de decisão (Contraineligência) (GONÇALVES, 2016).

A título de ilustração, ainda que não sejam objetos imediatos de estudo do presente trabalho, a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP) de 2009 estabelece como:

- Ações de Busca: Reconhecimento; Vigilância; Recrutamento operacional; Infiltração; Desinformação; Provocação; Entrevista; Entrada; Interceptação de sinais e de dados (BRASIL, 2009).
- Técnicas Operacionais de Inteligência: Processos de Identificação de Pessoas (PIP); Observação, Memorização e Descrição (OMD); Estória de Cobertura (EC); Disfarce; Comunicações Sigilosas (CS); Leitura da Fala (LF); Análise de Veracidade (AV); Emprego de Meios Eletrônicos (EME); Foto-Interpretação (BRASIL, 2009).

As Técnicas Operacionais de Inteligência (TOI) e as Ações de Busca variam ligeiramente em termos de classificação e uso de acordo com o SI que as realizarão, de modo que sejam adaptáveis às suas realidades e necessidades. De modo esquemático, as TOI são usadas individual ou conjuntamente entre si para operacionalizar uma Ação de Busca. Da mesma forma, uma ou várias Ações de Busca permitirão a executabilidade de uma Missão de Inteligência ou Operação de Inteligência em sentido mais amplo, aí incluídas as conhecidas: espionagem, sabotagem, propaganda, desinformação, interferência externa, operações encobertas, operações psicológicas, operações de dissuasão, etc.

- Análise: a partir dos dados coletados (cujo acesso é livre) e buscados (cujo acesso é negado, exigindo o emprego de Ações de Busca e Técnicas Operacionais de Inteligência), somados aos grandes paradigmas teóricos usados do meio científico-acadêmico, métodos tecnológicos disponíveis (ex.: BigData, Inteligência Artificial) e métodos próprios da Inteligência, produzem o conhecimento e o formaliza enquanto documentos de Inteligência diversos (Informes, Relatórios, etc.) como produto final (BRASIL, 2016a).

Todo o processo de análise de Inteligência é gerido pelo método cunhado de Ciclo de Produção do Conhecimento (CPC), usualmente estabelecido em quatro fases: Planejamento, Reunião dos Dados, Análise e Difusão. Diversamente, entretanto, a Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência (DNAI), anexo da Portaria ABIN/GSI/PR nº 244/2016, determina uma fase a mais, anterior a todas as outras, à qual nomeia “Política” e decorre do estabelecimento de diretrizes pelo tomador de decisão para a ação da Inteligência (BRASIL, 2016a).

Transpassando tanto o setor de Operações quanto o de Análise, é possível também a classificação de acordo com as fontes e os métodos usados na obtenção dos dados, sendo algumas categorias comuns: Inteligência de Fontes Humanas (Human Intelligence, HUMINT), Inteligência Geoespacial (Geospatial Intelligence, GEOINT), Inteligência de Medidas e Marcadores (Measurement and Signature Intelligence, MASINT), Inteligência de Fontes Abertas (Open-source Intelligence, OSINT), Inteligência de Sinais (Signals Intelligence) e Inteligência Cibernética (Cyberintelligence). O desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias e de novos SI em organismos diferentes faz com que essa lista se expanda e especialize (CEPIK, 2003).

- **Contraineligência:** voltada para salvaguarda e proteção de todos os ativos da Instituição, preocupando-se com políticas de segurança orgânica (Segurança Passiva) e análise em relação a agentes adversos (Segurança Ativa). As principais operações de contrainteligência envolvem medidas de contrassabotagem, contraespionagem, contrapropaganda, contra-interferência externa, contraterrorismo (BRASIL, 2016a).

Para além de suas classificações relativas às funções executadas e seus processos, os SI podem ser categorizados de acordo com a Instituição ou tomador de decisão a que prestam serviço, sendo possível diferenciar dois principais grupos de Inteligência, não eliminando a existência de outras classificações com limites menos estabelecidos e, inclusive, a existência de serviços de Inteligência que pertençam a ambas as categorias. São elas: Inteligência de Estado, usualmente também cunhada de Inteligência Clássica; e as Inteligências Executivas (PACHECO, 2012).

O primeiro grupo volta-se à confecção e execução de políticas públicas, questões diplomáticas, posicionamento internacional, dentre outros. O elemento característico delas, em termos de processo decisório, é que as decisões a serem tomadas não estão definidas a priori, podendo ser categorizadas como decisões não-estruturadas. Os principais exemplos de SI que realizam predominantemente esse tipo de Atividade de Inteligência são a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e os serviços de Inteligência do Ministério das Relações Exteriores (MRE)

As Inteligências Executivas, por sua vez, como sugere o nome, visam subsidiar com conhecimentos prévios a execução, com maior qualidade e economicidade, das atribuições previstas dos órgãos que as possuem (PACHECO, 2012). Assim, em termos de processo decisório, as decisões sobre o que deve ser feito já estão, em termos genéricos, previamente definidas, caracterizando o que pode ser chamado de decisões estruturadas. Cabe aos SI, portanto, subsidiar os tomadores de decisão a respeito das melhores práticas a serem adotadas no decurso dos processos para que os seus resultados sejam otimizados.

Os principais exemplos desse grupo são as Inteligências Policiais ou, em sentido mais amplo, as Inteligências de Segurança Pública (incluindo os SI dos Ministérios Públicos, Corpos de Bombeiros, etc.). Não há liberdade sobre a decisão em relação a investigar um determinado crime ou não, sendo essa a função primeira da Instituição. Os SI próprios desses órgãos, portanto, subsidiam a investigação com levantamentos prévios. Outros exemplos de

Inteligências Executivas são aquelas previstas em órgãos fiscais (Receita Federal e Receitas Estaduais), de controle financeiro (Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF), etc. (PACHECO, 2012).

Cabe ressaltar, entretanto, que, mesmo em órgãos policiais e outros que executam atividades de Inteligência Executiva, Inteligência e Investigação não se confundem, já que a primeira não produz provas e pode ocorrer antes mesmo da instauração do processo investigatório ou fiscalizatório de fato (GONÇALVES, 2016). Essa separação, historicamente considerada essencial para se evitar a radicalização da Inteligência e o seu uso para a manutenção no poder de determinados grupos políticos, sendo usada como Polícia Política, vem sendo questionada através de pesquisas recentes na área de Inteligência e de instituições que realizam essencialmente o modelo de Inteligência Executiva, as quais têm criado documentos de Inteligência que, tendo caráter ostensivo, podem ser usados como conteúdo probatório, a exemplo dos Documentos Técnicos de Inteligência (DTI) e Relatórios Técnicos de Inteligência (RTI).

A multiplicidade de modelos de Inteligência no Brasil é ainda maior, tendo em vista que a Lei 9.883/1999 que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e criou a ABIN foi regulamentada pelo Decreto 4.376/2002 e tem estabelecidos, hoje, 20 órgãos diversos, cujas representações faz ampliar ainda mais o quantitativo de instituições integrantes, cada qual com seu SI respectivo. Todos eles, portanto, possuem prerrogativas de realizar atividades típicas de Inteligência, variando entre Inteligência de Estado, Inteligência Executiva e um misto de ambas conforme suas atribuições próprias.

Um exemplo é Agência Nacional de Transportes Terrestres, integrante do SISBIN pelo Ministério da Infraestrutura que, em virtude de combinar ações de políticas setoriais de transportes e de fiscalização, acaba por realizar ações típicas de ambos os tipos de Inteligência. A ABIN, enquanto órgão central do sistema, além de atuar diretamente com ações de Inteligência de Estado, realiza a intermediação e a coordenação, nos assuntos afetos à Inteligência, de todos os outros órgãos do SISBIN (BRASIL, 1999), não sendo, portanto, ela, necessariamente, a responsável primeira pela coleta de informações diversas.

Em termos doutrinários, a ABIN e os órgãos exclusivamente de Inteligência de Estado são estimulados à adoção da Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência (DNAI), enquanto os órgãos de segurança pública são orientados à Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Alguns órgãos estabelecem, ainda, doutrinas próprias de Inteligência. Apesar dessa multiplicidade de documentos, a diferenciação entre eles tende a

ser bastante diminuta quando tomados por referências aqueles cujo acesso é livre e ostensivo, estando disponível em meio eletrônico.

À parte da classificação típica das Inteligências entre Inteligência de Estado e Inteligências Executivas, estão os constructos: “Inteligência Militar” e as chamadas “Inteligências Privadas”. A Inteligência Militar possui como característica básica serem integrantes de órgãos militares, sabidamente Exército, Marinha e Aeronáutica. Suas ações são voltadas, especialmente, para assuntos de Defesa e Contrainteligência, ao que se assemelharia mais proximamente ao modelo de Inteligência de Estado. Apesar disso, atuam direta e cooperativamente com órgãos policiais em temas de segurança pública, em virtude de o contexto brasileiro ter o crime organizado transnacional e outros problemas como desafios de segurança que ultrapassam as barreiras nacionais e configuram-se como ameaça ao Estado brasileiro. Adotam Políticas e Doutrinas específicas militares, com textos com viés e modelos éticos voltados à perspectiva de Defesa e Segurança Nacional.

Outro caso *sui generis* são as Inteligências Privadas, situações em que grandes corporações privadas fazem uso de métodos e técnicas de Inteligência para o atingimento de seus objetivos organizacionais, em especial no que se refere ao tratamento de dados de fontes abertas e metadados obtidos sem conhecimento dos seus usuários e produtores, ainda que não tecnicamente de uso e acesso restrito. Como decorre da conceituação clássica de SI que se tratem de serviços governamentais, muitos autores não consideram as Inteligências Privadas como legítimos SI, como o fez Pacheco em sua participação na Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência (CONGRESSO NACIONAL, 2015). Entretanto, a partir da conceituação de Inteligência enquanto processo ou função e tomando as suas características básicas de sigilo, ambiente externo de rivalidade e interno hierárquico, no âmbito político há aqueles, como a Deputada Jô Moraes, que as consideram SI de fato em sua prática, questionando sua legitimidade a partir dos riscos e consequências que trazem (CONGRESSO NACIONAL, 2015), em especial em virtude das menores possibilidades de controle sobre suas operações, já que sobre elas imperam os princípios Direito Privado.

À exceção das Inteligências Privadas, temática mais recente dentro do campo de estudo dos SI e que ainda é motivo de intensos debates sobre a sua inclusão enquanto Inteligência ou não exatamente por seu caráter privado, parece unânime entre os autores que os SI são imprescindíveis ao Estado (PACHECO, 2012; GONÇALVES, 2016; GONÇALVES, 2019). Sua imprescindibilidade, variando do enfoque desejado pelo autor, atinge vários constructos de relevância dentro das Ciências de Estado: a soberania, a democracia, a autonomia, a

independência, o território, a segurança, o posicionamento estratégico perante outros Estados, etc.

Alguns pesquisadores, mais recentemente, já apontam para a necessidade da mudança desses Paradigmas Securitários para um Paradigma Humano, que teria na humanidade e no sujeito o bem maior a ser protegido e, daí decorrente, a importância e necessidade dos SI (COELHO, 2017). É um ponto de relevância na justificação de SI em organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) em suas missões de paz e no uso dos SI no enfrentamento a problemas de ordem internacional e complexa que extrapolem o contexto criminal, como os grandes fluxos migratórios, crises humanitárias, epidemias de grandes proporções, etc.

Se do ponto de vista da amplitude e globalismo dos desafios os SI parecem se legitimar, torna-se esperado que a Inteligência, em termos de poder e operabilidade, esteja em patamares igualmente capazes de auxiliar no enfrentamento a tais questões. Isso, entretanto, faz suscitar importantes questionamentos a respeito do Controle da Atividade de Inteligência. Historicamente, a Inteligência vem sendo usada para fins antidemocráticos, para o combate a dissidentes políticos internos e para realizar a manutenção de Estados autoritários em diversos níveis (GONÇALVES, 2019).

O Controle torna-se ainda mais desafiador na medida em que: a) o sigilo é um elemento constituinte e imprescindível desses serviços; b) as operações de Inteligência configuram-se, muitas vezes, como transgressões ou exceções às normas estabelecidas jurídica e majoritariamente, a depender do grau de regulamentação dos SI (GONÇALVES, 2019).

No conflito entre sigilo e transparência, metonímia para o conflito entre Legitimidade dos SI e Democracia, vários estudos já apontam para a inexistência de contradições jurídicas entre ambos, tendo em vista que o sigilo é previsto constitucional e infraconstitucionalmente em diversos dispositivos, se bem que em caráter excepcional (VILLAR-LOPES, 2017; GONÇALVES, 2016; GONÇALVES, 2019). Entretanto, como demonstrado, a Inteligência, ainda que possua o sigilo como elemento constituinte, é mais do que sigilo. Igualmente, a Democracia extrapola uma noção rasa de transparência passiva.

Outros textos, mais profundamente, apontam que o fortalecimento das Inteligências, em especial do ponto de vista regulatório, regulamentando a Atividade e a legitimando juridicamente, opera em favor da Democracia. Tais estudos apontam como exemplo grandes potências mundiais (notadamente, Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, etc.), sendo usualmente nomeadas “democracias consolidadas” (GONÇALVES, 2019).

Assim, a Gestão Social apresenta-se como uma primeira oportunidade de crítica aos SI pois funda-se em princípios como participação e compartilhamento dos processos decisórios, subvertendo completamente a lógica dos SI, que dependem de um contexto interno hierárquico para subsistir.

No plano da Educação, é a Pedagogia Crítica que mais se posiciona em relação ao aspecto político da educação, apontando princípios como autonomia, autogestão, internacionalismo e ação direta como essenciais à desconstrução das relações de dominação, em especial as hegemônicas. Tecendo críticas a noções de território e representação e postando-se ao lado da Gestão Social em sua forma mais profunda -- a autogestão --, torna-se essencial nos debates em torno da reprodução dos discursos hegemônicos de SI através dos documentos formativos de seus profissionais.

Por fim, o Desenvolvimento Local pressupõe uma luta por desburocratização, descentralização, redução dos controles e gestão investidos de poder hierárquico, levando a noção de desenvolvimento para o nível microssociológico, superando as referências constantes dos SI a estruturas burocráticas e abstrata de ordem macrossocial (ALBAGLI, 1998; FROEHLICH, 1998).

2.3. Gestão Social e os Serviços de Inteligência

Para Abreu, Oliveira e Kraemer (2019, p. 36), “A gênese do conceito de gestão social é produto da necessidade de se estabelecer novos referenciais para a administração, pautados pela definição coletiva de fins e meios e pela interseção de valores, saberes e visões de mundo”. Desde a sua origem, portanto, a Gestão Social coloca em voga a Participação e as possibilidades de compartilhamento dos processos decisórios.

Da mesma forma que são diversos os modos e níveis de participação e compartilhamento dos processos decisórios, torna-se variável a profundidade do funcionamento de uma gestão social, criando limites poucos claros entre o que seria ou não de fato uma gestão social.

Abreu, Oliveira e Kraemer (2019) revisam três abordagens sobre esse mecanismo em forma de *continuum* de participação. Os três autores trabalhados por eles, Arnstein (1969), Bordenave (1983) e Pretty (1995) estabelecem escalas de sete ou oito níveis de participação, partindo sempre de um modelo em que a participação é praticamente inexistente ou meramente ilusória até um modelo de autogestão, em que todo o processo é controlado

diretamente pelos indivíduos. Os conceitos adotados por tais autores variam ligeiramente entre eles, porém sem desgastar a noção geral de níveis de gestão social.

- Arnstein (1969): manipulação < terapia < informação < consulta < pacificação < parceria < delegação de poder < controle do cidadão (p. 41-43)
- Bordenave (1983): informação < consulta facultativa < consulta obrigatória < elaboração/recomendação < co-gestão < delegação < autogestão (p. 48)
- Pretty (1995): manipuladora < passiva < por consulta < por incentivo < funcional < interativa < automobilização (p. 44-45)

Não sendo a Gestão Social um modelo encerrado em si mesmo de gestão, a sua imanência decorre de uma construção dialógica local guiada por uma série de princípios, fazendo com que o produto final possa variar em sua formatação ou aparência, mas não em essência. Alguns desses princípios basilares são: a inclusão, o pluralismo, a igualdade, a autonomia e o bem-comum (TENÓRIO, 2005).

A inclusão prevê a participação em seus termos mais amplos e universais possíveis, sendo o primeiro passo para o pluralismo. Este coloca-se em combate tanto contra a completa concentração de poder nas mãos do Estado quanto no chamado “atomismo”, em que o poder é fragmentado individualmente a tal ponto que permite imperar absoluta a lei do mais forte. (ABREU; OLIVEIRA; KRAEMER, 2019)

Harmonizados os poderes individuais no coletivo, a igualdade torna-se possível sem que se degenere em padronização e uniformização dos indivíduos. Ela é, essencialmente, participativa, permitindo o acolhimento de toda a diversidade de identidades. Assim, fica autorizado o exercício da autonomia como possibilidade de o sujeito guiar e decidir livremente pela própria vida, sem ser interferido, sobremaneira, pelo excesso de direção e interveniência do Estado e de outros sobre a sua liberdade (MORAES; NADAL, 2017).

A autonomia, portanto, ainda que diga de uma liberdade individual, processa-se transpassada pelo coletivo, porém de modo não-coercitivo. Envolve, portanto, a superação da alienação dos sujeitos a respeito de sua própria condição enquanto indivíduo e coletivo. O bem-comum configura-se como a reunião harmônica e dialógica de todos esses outros princípios, refletindo-se enquanto cidadania deliberativa, exercício livre, voluntário, esclarecido e consciente da participação, livre discussão e decisão coletiva dialeticamente construída. (MORAES; NADAL, 2017)

A Gestão Social, portanto, mais do que um instrumento de compartilhamento de custos decisórios e redução de atritos entre governo e sociedade, deve ser compreendida como oportunidade de recriação e fundação de novos modelos de gestão e controle, buscando um aprofundamento das noções de democracia, cidadania e convivência. (PERES JÚNIOR; PEREIRA; OLIVEIRA, 2013). Dentro de um paradigma da Teoria Crítica, coloca toda a complexidade da sociedade enquanto objeto de estudo e seus comportamentos como condicionados por fatores históricos e econômicos, forçando a derrocada de dogmas como neutralidade científica, a inexistência de valores dentro da formulação de constructos teóricos, etc. (ASSIS; PAULA; BARRETO, 2013)

Uma das facetas da Gestão Social é o Controle Social, que está relacionado com a possibilidade de os próprios sujeitos sociais fiscalizarem a coisa pública, aí incluídos o planejamento, a implementação e a execução de políticas e serviços públicos. Traz consigo intrinsecamente, portanto, todas as noções de Participação desenvolvidas anteriormente.

Segundo Gerschman (2004 apud KRAEMER; VILLELA; VIANNA, 2019, p. 44) “o entendimento é que as formas de controle social são resultadas do processo de democratização do Brasil e ao mesmo tempo a possibilidade de fortalecimento da própria democracia no país”. Se os modelos baseados em tais princípios são de fato assim, os SI seriam um entrave ao desenvolvimento democrático e, mais: o seu fortalecimento sem medidas proporcionais de controle social um risco aos avanços até então conquistados.

As pesquisas sobre o Controle da Atividade de Inteligência no Brasil têm enfoque essencialmente jurídico, reproduzindo o modelo hoje estabelecido e os seus desafios associados, sem debates a respeito das profundas contradições que tais SI impõem à própria concepção de Estado. Ao contrário, como já tratado, parte-se sempre da premissa absoluta que são necessários à Democracia.

O modelo de Controle adotado no Brasil é baseado no controle externo realizado pelo poder legislativo, residindo na Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência (CCAI), conforme disposto em seu Regimento Interno (RICCAI), a responsabilidade por tal controle. De imediato, tal proposta já impõe um primeiro paradoxo, que é a da captura do controlador pelo controlado: para que seja realizado o controle, o órgão externo depende da voluntariedade do órgão controlado em ceder-lhe a totalidade dos documentos solicitados, não havendo meios alternativos para confrontar informações ali prestadas e confirmá-las ou refutá-las (GONÇALVES, 2019).

Além disso, o controle legislativo ignora um primeiro problema da representatividade: o parlamento brasileiro não é representativo identitário e proporcional da sociedade brasileira e seus interesses, bem como, devido aos estigmas deixados pelos usos dos SI no período da ditadura militar para a perseguição a dissidentes políticos, poucos são os políticos que se dispõem a envolver-se com a Atividade e seu controle (GONÇALVES, 2019), restando tais cadeiras, usualmente, àqueles parlamentares ideologicamente alinhados aos interesses dos próprios SI, enfraquecendo um controle pluralista e, portanto, legítimo.

Essa estrutura de organização centralizadora da Inteligência e superficialidade nos controles é adotada por diversos pesquisadores, chegando a ser nomeado como paradigma da “Moderna Gestão da Inteligência” (SILVA, 2011). Estudos comparados sobre estruturas alternativas de controle, como as que ocorrem na Rússia, no Congo e em Cabo-Verde, criticam suas especificidades, sugerindo a cartilha liberal-centralizadora como referência de boas práticas.

A Rússia adota modelo de descentralização da Inteligência em agências com tecnologias e domínios de subprocessos específicos, gerando concorrência, dependência e controle cruzado entre as agências, evitando que alguma delas domine todo o processo de produção do conhecimento e, assim, torne-se um risco para o próprio tomador de decisão (ADAM, 2011). De fato, o excessivo fortalecimento dos SI, de modo centralizado, expressa, ao mesmo tempo, o risco democrático à sociedade e, também, risco ao tomador de decisão, que passa a ter acesso às informações de que necessita conforme a conveniência do SI que lhe deveria subsidiar.

No Congo, devido aos conflitos étnicos e territoriais decorrentes das políticas imperialistas e pós-colonialistas, vários SI se formaram a partir de grupos diversos, os quais, com a formalização da República Democrática do Congo (RDC) enquanto Estado Nacional, foram forçados a coexistir. Esse contexto histórico, político, social e cultural fez com que os SI criassem um espaço de diálogo e deliberação propício para a formação de alianças e trabalho conjunto, sem a necessidade imediata de centralização. A preocupação central dessa reunião de Serviços de Inteligência envolve medidas de contrainteligência contra a interpelação dos interesses liberais no Congo, preocupação essa -- naturalmente -- subvalorizada por pesquisadores formados no paradigma clássico da Moderna Gestão da Inteligência (SILVA, 2011). Esse modelo, portanto, ainda que não opere enquanto Gestão Social plena, posto que a sociedade civil ainda se encontra apartada do Controle dos SI, já se aproxima desses novos paradigmas através de algum avanço no atendimento ao princípio da pluralidade.

Em Cabo-Verde, o longo período de domínio português e a pequena extensão territorial fez com que fosse excessivamente postergado o desenvolvimento econômico do país. Com isso, Cabo-Verde sobreviveu durante longo período às custas de doações internacionais, tendo desenvolvido modelos de auditoria e transparência de suas contas para estimular a recepção de mais doações internacionais em relação a outros países africanos. Tais padrões de transparência tornaram-se um desafio para a consolidação de um SI forte e centralizador, fazendo com que Cabo-Verde não tenha uma agência central com tais funções (ALVES, 2018). O país é considerado um dos países mais democráticos do mundo.

Todo o exposto, Democracia e SI não são variáveis correlacionadas exclusivamente entre si, havendo uma série de interpelações contextuais e contradições que precisam ser levadas em conta, em especial no que tange à Gestão e Controle Social. Nesse campo, a participação, a superação da alienação e o desvelamento dos discursos hegemônicos, em especial dos intelectuais e estudiosos da Inteligência que se servem de consultores à tomada de decisão legislativa torna-se essencial.

2.4. Pedagogia Crítica e os Serviços de Inteligência

A pedagogia crítica insere-se dentro do contexto dos estudos críticos, ou teorias críticas. Sua principal característica, portanto, é estar atenta às condições e contextos sociais, culturais, históricos, econômicos, axiológicos, etc. que determinam os comportamentos dos sujeitos e suas possibilidades de ação no mundo (ASSIS; PAULA; BARRETO, 2013). Apesar de seu cunho determinista, afasta-se desta escola ao postular a possibilidade de autonomia, libertação e superação da alienação através da multiplicidade de óticas e discursos que se interpelam.

Esse conjunto de saberes, portanto, surge em um contexto pós-colonial, em que são pesquisados os modelos de dominação hegemônica e a determinação do agir vias implícitas e ocultas, não baseadas na força bruta. Assim, posicionam-se dentro do centro de interesse dos estudos críticos as relações de poder, as performances, a emancipação enquanto autonomia e a naturalização de questões sociais (ASSIS; PAULA; BARRETO, 2013). Assim, o próprio determinismo é colocado em xeque.

Esse conjunto epistemológico está alinhado com os estudos anarquistas, que são naturalmente críticos, podendo a pedagogia crítica ser cunhada também de pedagogia libertária, pedagogia institucional ou educação anarquista (MENEZES, 2013). O fato de os

anarquistas não acreditarem na educação formal como meio para superação das alienações, uma vez que as instituições escolares e formativas são reprodutoras das estruturas sociais de dominação, faz com que o elemento crítico e político assuma posição de centralidade perante o processo de ensino-aprendizagem em si. Isso não reduz a importância da educação, mas desloca-a: a escola ensina, dominando; a sociedade educa (TRAGTENBERG, 2012). E, não sendo possível controlar a sociedade, não se é possível controlar a educação em seu sentido amplo.

Uma educação voltada para a autonomia do sujeito, portanto, perpassa vivências e experiências sociais e políticas, sendo esses espaços informais (do ponto de vista do ensino) os principais responsáveis pela formação ampla do sujeito. É através da tomada de consciência das relações de poder desigual e das estruturas verticalizadas das hierarquias enquanto construtos socialmente criados que o sujeito se posiciona politicamente e, assim, passa a agir de modo livre, conforme sua própria consciência. Em última instância, a pedagogia crítica e os estudos anarquistas surgem como modos de resistência contra a burocracia usada enquanto meio de dominação, deixando clara a existência de valores por detrás de toda construção de conhecimento (MENEZES, 2013).

Se a imparcialidade, neutralidade e objetividade científicas são impossíveis do ponto de vista anarquista, a premissa adotada passa a ser a consideração do maior número possível de visões e discursos a respeito dos fenômenos como caminho para construção de um conhecimento compartilhado, que seja minimamente crível enquanto útil para a sociedade. Assim, práticas e métodos estão a todo momento sob objeto da crítica, podendo ser transgredidos para ceder espaço à criatividade e, com isso, possibilitar o progresso humano. (OLIVA, 2005)

As práticas, portanto, deixam de ser guiadas por estrito rigor metodológico, sendo guiadas por princípios basilares anarquistas maiores. Assim, mesmo dentro da pedagogia crítica, não há que se falar em métodos e técnicas educativas específicas e reprodutíveis em diversos espaços, uma vez que cada configuração de sujeitos demandará práticas especialmente singulares. A análise de conjuntura passa a ser prática rotineira, preliminar e concomitante às ações dos sujeitos, do modo mais transparente e coletivo o possível. Ao ceder aos indivíduos o poder de disciplinarem a sua própria aprendizagem e ação no mundo, a educação deixa de ter o caráter castrador de adequar o sujeito ao mundo, invertendo-se essa lógica (ASSIS; PAULA; BARRETO, 2013).

Os princípios libertários que guiam as opções anarquistas e, nesse caminho, a pedagogia crítica, têm origem e expansão à mesma época que o ideário liberal, sendo este uma releitura com viés de exploração dos elementos basilares anarquistas: liberdade, igualdade e fraternidade (MORAES; NADAL, 2017).

Enquanto a liberdade burguesa volta-se à competição, ao lucro e à livre escolha de produtos, a anarquista posta-se em favor de uma condição subjetiva de síntese entre necessidade e espontaneidade. Para os anarquistas, não há liberdade quando a necessidade se torna tal que suprime a espontaneidade, a exemplo das condições de fome, miséria, violência e ameaças, quando a liberdade do sujeito se torna tolhida pela sua urgência por segurança e satisfação de necessidades básicas de sobrevivência, conjecturando uma pseudoliberalidade (MORAES; NADAL, 2017).

No elemento igualdade, a opção liberal pressupõe a padronização e uniformização dos sujeitos. Ainda que presente a noção de personalização/customização, esta decorre exclusivamente de uma adequação de superficialidades, mantendo-se um padrão essencial de comportamento em todos os sujeitos. À similaridade da liberdade burguesa, pode oferecer aos sujeitos uma série de cartilhas de comportamentos aceitáveis, mas lhe será imposto que opte por adotar uma delas, sendo a previsibilidade decorrente dessa escolha um elemento essencial de uniformização da qual a opção liberal não abre mão. No lado anarquista, a igualdade é exclusivamente social, garantindo apenas que o sujeito participe da orquestração da vida em sociedade. De resto, todos os fatores personalíssimos são de opção individual, fazendo com que as diferenças se expressem amplamente. Assim, a igualdade social resume-se à superação dos preconceitos e horizontalização das relações, sem negar as diferenças que garantem a pluralidade essencial a uma democracia profunda (MORAES; NADAL, 2017).

Por fim, a fraternidade, ou solidariedade, no plano liberal é interpretado como caridade, benevolência e misericórdia de um ente Estatal ou de um hierárquico superior para com os subjugados, amortizando os efeitos da exploração, que passa a ser ocultada quando tais ações fraternas assumem a centralidade das atenções. No modelo anarquista, pressupõe compreender os problemas coletivos como próprios, em um movimento de co-auto-responsabilização (MORAES; NADAL, 2017).

Tais princípios acabam por guiar as ações anarquistas em torno de quatro noções fundantes: autonomia, autogestão, internacionalismo e ação direta (COELHO; BARBOSA, 2017).

Autonomia envolve a liberdade de ação individual e emancipada, de modo a guiar-se pela própria consciência. Essa expressão, entretanto, ocorre no coletivo, uma vez que as ações

individuais repercutem, guiam-se e retroalimentam-se a partir do social. A autogestão surge desse trabalho coletivo em que a igualdade social e a liberdade são essenciais para as expressões individuais e o compartilhamento das tomadas de decisão em nível grupal (MORAES; NADAL, 2017).

Estando dentro de uma lógica essencialmente humana e lutando contra a colonização do pensamento, sendo por excelência parte dos estudos críticos e decoloniais, o anarquismo também é necessariamente internacionalista. Isso porque não se é possível pensar a decolonização do pensamento enquanto houverem limites territoriais e expressão hierárquica de poder entre Estados, fazendo com que determinadas nações imponham às outras, ainda que apenas hegemonicamente (sem recurso à força), seus ideários (COELHO; BARBOSA, 2017).

Por fim, a ação direta posta-se frontalmente contra a lógica da representação, de modo que cada indivíduo delibera e decide autonomamente sobre si mesmo, não sendo admitido fazer-se representar. Toda representação, para os anarquistas, envolve a defesa de interesses privados, classistas e setoriais, uma vez que vincula decisões, podando a liberdade de decisão autônoma dos sujeitos em favor do grupo o qual ele representa (FALCÃO, 2014).

Os sujeitos, enquanto seres complexos e nos quais os diversos discursos se interpelam, necessitam operar uma série de decisões a fim de externalizar um posicionamento, equilibrando subjetivamente vastas quantidades de interesses, muitos deles sequer declarados, configurando uma infinidade de ações axiológicas: sopesa valores, importâncias, consequências, emoções e afetos, e acaba por decidir por aquilo que, naquele momento, parece-lhe o mais adequado em nível sistêmico. Sendo tais ações concomitantes ao diálogo e debates, é possível que na relação todos esses elementos sejam revistos e refletidos, modificando suas ações dialogicamente, o que, em grupo, acaba por refletir uma decisão coletiva satisfatoriamente consensual. Quando da representação, tais relativizações tornam-se impossíveis ou muito limitadas, uma vez que o posicionamento do representante é vinculado aos interesses particulares definidos anteriormente, criando limites claros entre interesses coletivos e particulares e multiplicando os impasses nos diversos outros ambientes em que se fizer presente (FALCÃO, 2014).

Todas essas medidas são, portanto, alternativas para se aprofundar a democracia, tornando-a efetivamente inclusiva, pluralista e participativa. A pedagogia crítica, enquanto modelo institucionalizado de educação, presta-se a propor situações em que os sujeitos se vejam confrontados com dilemas no campo desses princípios, permitindo-lhes a problematização e

a criatividade na busca de soluções. A educação de fato ocorre no seio social e perante dilemas em experiências reais, não podendo a pedagogia crítica substituir as vivências subjetivas. Apesar disso, seu modelo institucionalizado serve de espaço pluralista, em que diversos sujeitos podem ser reunidos para tal trabalho coletivo.

Assim, seus conteúdos são menos importantes do que as vivências políticas, privilegiando-se um conceito amplo de currículo. Sua seleção tende a decorrer do debate transparente entre as necessidades e interesses espontâneos dos educandos e as possibilidades de estruturação de problemáticas cabíveis a tais princípios pelos educadores. Muitas vezes, o próprio processo de construção da proposta pedagógica, sendo dialogada, configura-se ela mesma como vivência experiencial promotora da educação de fato, tornando-se mais relevante, inclusive, do que a decisão final em torno das propostas construídas (ARROYO, 2013).

Se a aprendizagem decorre de uma necessidade, a aprendizagem crítica, a partir da problematização das próprias condições dos profissionais de Inteligência, decorrerá de uma interpelação de seus próprios discursos por discursos alternativos, que coloquem em evidência essa condição de alienação. É preciso criar a necessidade de real autonomia para que o movimento de crítica se inicie. Nesse sentido, a pedagogia crítica ganha posição de destaque, já que está voltada para a própria condição de alienação dos sujeitos e a sua superação, através, no primeiro momento, dessa tomada de consciência. Exatamente por isso, precisa ser construída a partir do próprio coletivo de sujeitos, tendo como ponto inicial a interpelação dos discursos de alguns pelos discursos críticos (que problematizam, criando um dilema, a sua própria condição e geram a necessidade da aprendizagem) (FAIRCLOUGH, 2012).

No ambiente de Inteligência, historicamente construído a partir de quadros militares e conservadores (ZAVERRUCHA, 2008), o discurso hegemônico não permite o surgimento de tal necessidade. Além disso, o acesso à Inteligência dá-se em torno de vínculos de confiança (OLIVEIRA, 2018), os quais se baseiam no compartilhamento de visões de mundo e, portanto, discursos. Ainda que a Agência Brasileira de Inteligência seja de provisão por concurso público, a indicação de servidor para tratar de temas sensíveis, propriamente de Inteligência enquanto área-fim, decorre de uma seleção interna que tem a confiança como requisito, sob a forma de requisito de segurança. Mais: o modelo de sistema de Inteligência adotado no Brasil, na forma do SISBIN, faz com que os SI estejam distribuídos em diversos órgãos, restando à seleção específica dos profissionais de Inteligência para tais setores através de indicações.

Se o processo reflexivo se inicia a partir da interpelação discursiva, ou mudança da ordem social do discurso, e essa interpelação não é viável internamente aos SI posto que está blindada pelo sigilo, compartimentação e uniformidade ideológica, torna-se necessário que ocorra em outros contextos. Para tal, é preciso que o tema Serviços de Inteligência seja tratado em outros espaços, abertos e coletivos, e que permita essa polifonia.

Esse desafio, entretanto, não é simples. Historicamente restrita a uma elite seleta habilitada para tratar de temas de Inteligência (BRASIL, 2016), a reprodução dos discursos hegemônicos de Inteligência ganha monta sobre a figura da autoridade especialista habilitada para tratar do tema, que estabelece as condições de diálogo fora das quais não há debate. Essas condições figuram, no discurso, enquanto dogmas amplamente aceitos e não questionados, como, por exemplo, a compatibilidade e a imprescindibilidade da Inteligência para a Democracia. São postulados, na ordem discursiva, enquanto informação dada e repetida, da qual partem outras decorrências lógicas e corretas, fazendo-se com que se perca o lastro da potencial falsidade da primeira premissa.

A pedagogia crítica, portanto, processa-se para além da transparência em relação ao conteúdo, prescrevendo uma radicalização da transparência para as formas. Em outras palavras, mais do que o tema “Inteligência”, importam os dizeres sobre Inteligência: quê, quem, como, quando, onde, porquê e para quem se fala sobre Inteligência. A esse processo, dentro da teoria da comunicação, nomeia-se metacomunicação -- comunicar sobre a própria comunicação --, sendo postulada como método para a superação de duplos-vínculos (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1993).

Os duplos-vínculos são situações paradoxais em que o sujeito se encontra impossibilitado de agir para escapar a tal situação, caracterizando-se pela existência de uma relação assimétrica com uma superior hierárquico que lhe ordena que se comporte contrariamente à outra ordem anteriormente proferida e ainda vigente, ou de modo impossível (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1993). No caso do profissional de Inteligência, entre responsabilizar-se ou não pelas consequências de seu ofício. É inevitavelmente responsável, mas há uma ordem hierárquica que diz não pode responsabilizar-se através da crítica, sob pena de ser considerado inadequado à Inteligência, que prima pela subordinação e imparcialidade.

Os efeitos mais imediatos dessa estrutura institucional e discursiva de Inteligência atingem as possibilidades de Controle Social dos SI, uma vez que as participações, quando previstas, dão-se via representação e falsa-autonomia, ferindo conjuntamente os princípios de

autonomia, autogestão e ação direta. Assim, do ponto de vista pedagógico e para o desenvolvimento de uma democracia mais participativa e profunda, urge metacomunicar os discursos de Inteligência.

2.5. Desenvolvimento Local e os Serviços de Inteligência

A noção de Desenvolvimento Local reflete uma série de possibilidades em torno de sua significação, havendo pontos de encontro e afastamento entre os diversos autores. As aproximações a esse conceito são feitas a partir de seus significantes nucleares: Desenvolvimento e Local.

Desenvolvimento é um termo cujas significações foram, ao longo dos últimos tempos, apropriadas e reproduzidas segundo diversas lógicas. Ela surge como um avanço no campo econômico perante o objetivo de mero Crescimento, quando as questões ambientais e o aprofundamento das desigualdades escancaram que o mero crescimento não seria aceitável (ALBAGLI,1998).

Nesse meio, surge o Desenvolvimento como concepção decorrente de um produto social e histórico e, com ele, uma série de possibilidades de se pensar o progresso tecnológico alinhado com os progressos humanos. Em seu sentido originário, portanto, o Desenvolvimento envolve um elemento de escala que olha para o Local e preocupa-se com o seu progresso também (ALBAGLI,1998).

Essa noção de Desenvolvimento tem, portanto, na cooperação, na descentralização, na desburocratização e na sustentabilidade os seus propósitos mais originários (ALBAGLI,1998; FROEHLICH, 1998). Ocorre que, enquanto discurso hegemônico, a lógica neoliberal apropria-se em nível global da noção de Desenvolvimento e, como é natural dos discursos hegemônicos, mantêm o seu núcleo-duro essencial e cedem às pressões alternativas como meio de fazer a manutenção de seu poder (GRAMSCI, 1999).

Nesse aspecto, o conceito de Desenvolvimento, apropriado pela lógica capitalista, retém em sua base a exploração. Para tanto, a cooperação passa ser um conceito utópico que ignora as lutas de classes, de modo a amortizar os conflitos e garantir a continuidade da exploração (FROEHLICH, 1998). A descentralização envolve a distribuição das responsabilidades pelos custos e danos causados ao meio ambiente e à sociedade. A desburocratização reflete-se enquanto flexibilidade e liberdade para explorar das mais diversas formas possíveis. E,

por fim, a sustentabilidade reduz-se à minimização dos custos e dos recursos usados, com vistas, entretanto, à maximização dos lucros (FROEHLICH, 1998).

Essa nova lógica, agora desenvolvimentista, passa a precisar ser contrastada com as suas proposições iniciais, fazendo surgir a oposição entre Desenvolvimento Global e Desenvolvimento Local. O Desenvolvimento Global mantém a sua lógica exploratória, uma vez que se apropria dos discursos do Desenvolvimento para ampliar, em nível global e difuso, a exploração. O Desenvolvimento Local, portanto, é aquele se manterá pautado nas propostas realmente descentralizadoras (dos processos decisórios), sustentáveis (enquanto capacidade de renovação) e desburocratizantes (devolvendo o poder às pessoas de modo partilhado, em vez de concentrá-lo em instituições burocráticas, reduzindo os poderes baseados em hierarquia) (ALBAGLI, 1998; FROEHLICH, 1998).

Assim, o Desenvolvimento Local alinha-se diretamente com a proposta da Pedagogia Crítica, uma vez que se veem, nele, os princípios de autogestão. Froehlich (1998) pontua ainda que as forças identitárias, de modo geral, atuam em prol desse modelo. Isso está frontalmente azeitado com a noção de ação direta, uma vez que as identidades confrontam a lógica representacional, que acaba por sempre fazer prevalecer os interesses privados.

O (Desenvolvimento) Local pode ser aí (re-)pensado, numa perspectiva de escala, enquanto desenvolvimento microssociológico: interpessoal, entre sujeitos, a partir das lutas identitárias. Com isso, da mesma forma que a autonomia individual se processa no coletivo, a luta comunitária por autonomia se processa enquanto territorialidade e imaginário social. Em outras palavras, passa a ser necessário que as lutas identitárias se processem também em nível coletivo, havendo que se construir uma identidade coletiva, que vai ser baseada na ocupação do espaço e das imagens que aquele grupo cria e reproduz perante uma sociedade maior (ALBAGLI, 1998).

No plano da Inteligência, portanto, os espaços, não-geográficos, envolvem os setores de Inteligência dos mais diversos órgãos que compõem o SISBIN, o que neste trabalho foi cunhado genericamente como Serviços de Inteligência. Essa territorialidade mistura-se com o imaginário social, precisando operar, portanto, um rompimento com práticas antigas. Isso, entretanto, só é possível com transparência.

Os indivíduos sabem de si apenas a partir dos feedbacks que recebem daqueles com quem interagem (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1993). Assim, torna-se impossível conhecer-se olhando apenas para si, desconsiderando as interações que opera com o mundo. Nesse sentido, a própria mudança de comportamento, abandonando práticas passadas, só é

possível a partir da mudança das formas de interações com outros setores. No caso da Inteligência, todos aqueles que se encontram à margem devido ao sigilo autoimposto doutrinariamente.

O Desenvolvimento Local da Inteligência, portanto, opera-se apenas com a transparência, incorrendo, inclusive, no risco de descaracterizá-la. Isso, entretanto, não confere riscos à democracia. Pelo contrário, sendo a Inteligência necessária à democracia única e exclusivamente em decorrência do contexto hierárquico e de rivalidade, todo avanço em direção à horizontalização das relações, atendendo aos princípios da Gestão Social, da Pedagogia Crítica e do Desenvolvimento Local, torna a Inteligência progressivamente menos necessária.

O Desenvolvimento Local invoca reflexões sob três aspectos: a) no campo econômico, uma crítica à padronização e uniformização dos comportamentos; b) no campo político, uma crítica às alianças e conflitos, tanto da ordem do que é cedido e do que é mantido, mas também da ordem da lógica de existência de alianças e conflitos, uma vez que se pauta na visão de existência de um inimigo; c) no campo sociocultural, pensando as lutas hegemônicas nos discursos (ALBAGLI, 1998).

Em última instância, o Desenvolvimento Local faz o movimento de questionar: Desenvolvimento para quê? Todo Desenvolvimento só será, portanto, desejável se alinhado às premissas de horizontalização supracitadas. Isso impõe questionar todo o Desenvolvimento Tecnológico hoje percebido: a quem (ou a quem) tem realmente servido? Inserido nessa mesma perspectiva crítica e pensando a Inteligência enquanto ferramenta e processo, este trabalho questiona: Inteligência para quê?

2.6. Conclusões

Os discursos majoritários em torno dos Serviços de Inteligência os apontam como essenciais ao modelo democrático, uma vez que operam em prol do combate a inimigos externos e auxiliam na manutenção da soberania nacional. Tratam-se de estruturas burocráticas altamente hierarquizadas voltadas à concentração de poder decisório em uma autoridade, dotando-a dos recursos necessários às conduções das políticas de Estado.

Se do ponto de vista nacional e territorial amplo não parece haver dúvidas sobre essa importância entre os principais autores que tratam do tema no Brasil, do ponto de vista local essa relevância pode ser problematizada. Em um viés de Desenvolvimento Local, que prima

pela desburocratização, descentralização e horizontalização das relações, os Serviços de Inteligência apresentam-se, hoje, como estruturas cujo modelo precisa ser modificado para adequar-se aos novos interesses locais. No plano da Gestão Social, igualmente, que se volta ao compartilhamento dos processos decisórios e da participação, os Serviços de Inteligência apresentam-se como grande desafio. A lida com informação sigilosas é o principal argumento de manutenção desse modelo.

Por fim, no plano da Educação, tomando-se por base a Pedagogia Crítica, que propõe a busca por experiências dos sujeitos alinhados a um ideal de sociedade democraticamente profunda, pluralista e participativa, as possibilidades de emancipação dos indivíduos encontram-se especialmente prejudicada. Da população externa aos Serviços de Inteligência, ficam sujeitos à concentração de poder decisório que elas compartilham apenas com as autoridades hierárquicas. Da população interna, a estrutura, os processos decisórios e a compartimentação das informações e das atividades impossibilita que seus profissionais estabeleçam perspectivas críticas de todo o processo e requeiram poder sobre suas próprias ações dentro da estrutura.

Toda a pedagogia crítica, portanto, circunda a problemática da tomada de decisão. No plano individual, através da autonomia. No plano coletivo, através da autogestão e processos participativos propiciados pela ação direta. Seu movimento é sempre de horizontalização e compartilhamento dessa tomada de decisão. Ela configura-se, então, como par opositor do modelo da Moderna Gestão de Inteligência hoje adotado.

Nesse modelo, a decisão não só é centralizada no usuário do conhecimento de Inteligência, como o SI presta-se a dotá-lo de mais poder decisório, uma vez que o legitima enquanto conhecedor exclusivo das melhores opções a serem adotadas. Os profissionais de Inteligência e os SI enquanto instituição são acreditadas enquanto neutras e imparciais, não influenciando na tomada de decisão em si.

O profissional de Inteligência dentro de seu contexto de SI, é a todo momento apartado -- ou assim está ao menos prescrito -- da possibilidade de tomada de decisão e de sua autonomia. Por ofício, sua vida social é feita representar pelo usuário de Inteligência, uma vez que ele direciona as políticas públicas e prioridades do Estado, determinando, em consequência, as particularidades do projeto de sociedade pensando.

O conflito em que se encerra o profissional de Inteligência, portanto, decorre de sua responsabilidade social: ao produzir e selecionar conhecimentos que direcionarão a tomada de decisão e os rumos da sociedade, é imediatamente responsável por tais consequências;

doutro lado, crendo por ofício na sua própria imparcialidade e, principalmente, relegando toda legitimidade decisória ao usuário, uma vez que não cabe ao profissional desejar direcionar as ações do decisor, passa-se a não se perceber responsável pelas consequências de tais decisões.

A Inteligência como existe hoje depende estritamente de que os profissionais de Inteligência se apoiem em paradigmas hiperpositivistas, em que a imparcialidade e a não-interferência sejam possíveis. Além disso, depende também de um ideário conservador, uma vez que as decisões devem ser mantidas centralizadas. Em um contexto social em que a autonomia e a liberdade passam a ser reivindicadas, o liberalismo apresenta-se como ferramenta ideal ao conservadorismo de Inteligência por apropriar-se e modificar discursos da luta hegemônica, criando aparência de autonomia do profissional de Inteligência e responsabilidade ética, quando a essência de sigilo e centralização decisória são mantidos.

Assim, a principal tensão estabelecida entre Serviços de Inteligência e os construtos Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local pronuncia-se na proposta de Democracia pensada para projeto social em questão. Tais estruturas burocráticas apresentam-se compatíveis apenas com os modelos mais superficiais e liberais de democracia, tornando-se empecilhos importantes para o aprofundamento desta em propostas mais progressistas, plurais e igualitárias.

2.7. Referências

- ABREU, Júlio Cesar Andrade de; OLIVEIRA, Virgílio César da Silva; KRAEMER, Carlos Frederico Bom. Uma Análise de Construtos Teóricos Sobre Participação e Gestão Social. **Desenvolvimento em Questão**, n. 48, 2019, p. 34-51.
- ADAM, Gabriel Pessin. Os Serviços de Inteligência Russos após 1991. IN: CEPIK, Marco (org.). **Inteligência governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos**. 1. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011, p. 47-72.
- ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul. Rio de Janeiro: **Redesist/UFRJ**, 1998, p. 181-198. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/images/redesist_images/livros/Glob_Mercosul/cap_5.pdf>. Acesso em 19 maio 2018.

- ALVES, Jorge Luís dos Santos. As relações Brasil-África subsaariana no contexto da Atividade de Inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, n. 13, 2018.
- ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- ASSIS, Lilian Bambirra de; PAULA, Ana Paula Paes de; BARRETO, Raquel de Oliveira; et al. Estudos de caso no ensino da administração: o erro construtivo libertador como caminho para inserção da pedagogia crítica. RAM. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 5, p. 44–73, 2013.
- BOTELHO, Lucas Antônio Viana. **A ecocidadania como princípio formativo e propositivo: diálogos necessários para a construção de uma escola cidadã**. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25090>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016**. Fixa a Política Nacional de Inteligência. Brasília, 2016b.
- BRASIL. **Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999**. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. Brasília, 1999.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. Brasília: Coordenadoria-Geral de Inteligência, 2009
- BRASIL. **Portaria nº 244-ABIN/GSI/PR, de 23 de agosto de 2016**. Aprova os Fundamentos Doutrinários da Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência. Brasília, 2016a.
- CELLA, Rosenei. **Educação de tempo integral no Brasil: história, desafios e perspectivas**. 2010. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/673>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- CEPIK, Marco. Sistemas nacionais de inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual. **Dados**, v. 46, n. 1, p. 75–127, 2003.
- COELHO, Danilo. A Modernização da Inteligência Estratégica na Perspectiva da Segurança Humana. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, n. 12, 2017.
- COELHO, Olivia Pires; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. anarquismo e descolonização: possibilidades para pensar a infância e sua educação. **Childhood & Philosophy**, v. 13, n. 27, p. 335–352, 2017.
- CONGRESSO NACIONAL. **Relatório de Atividades 2015**: Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Brasília, 2015.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Editora UnB: Brasília, 2001.

- FALCÃO, Emmanuel Fernandes. **Extensão popular**: caminhos para a emancipação. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7753>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- FROEHLICH, José Marcos. O “local” na atribuição de sentido ao desenvolvimento. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 94, maio/dez., 1998, p. 87-96. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/283/235>>. Acesso em 19 maio 2018.
- GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de Inteligência e Legislação Correlata**. Niterói: Ímpetus, 2016.
- GONÇALVES, Joanisval Brito. **Políticos e Espiões**: o Controle da Atividade de Inteligência. Niterói: Ímpetus, 2019.
- GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks**. ElecBook: Londres, 1999.
- KRAEMER, Carlos Frederico Bom; VILLELA, Lamounier Erthal; VIANNA, Márcio de Albuquerque. Gestão e Controle Social no Programa Nacional de Alimentação Escolar: O caso no município de Paraty – RJ. **Revista NAU Social**, v.10, n.18, p. 39-60.
- MENEZES, Diego Sabbado. **Educação ambiental, educação libertária e a agroecologia**: uma pesquisa com o projeto “Vivências com a terra”. Dissertação, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2013.
- MORAES, Luana Aparecida; NADAL, Beatriz Gomes. Educação anarquista: contribuições para a escola e uma educação autêntica. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 17, n. 4, p. 1078–1095, 2017.
- OLIVA, Alberto. **Anarquismo e Conhecimento**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2005.
- OLIVEIRA, Marcel Carrijo de. A Confiança como Requisito para a Gestão de Segurança em Organizações de Inteligência de Estado. **Revista Brasileira de Inteligência**, n. 13, 2018.
- PACHECO, Denilson Feitoza. **Inteligência, Segurança e Direito**: Políticas e Operações de Inteligência. Belo Horizonte, 2012.
- PERES JUNIOR, Miguel Rivera; PEREIRA, José Roberto; OLIVEIRA, Lucas Canestri de. Gestão Social sob a lente estruturacionista. RAM, **Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 6, p. 18-49. 2013.

- SILVA, Igor Castellano da. Reforma da Inteligência na RDC: direitos individuais e construção do Estado. IN: CEPIK, Marco (org.). **Inteligência governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos**. 1. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011, p. 115-148.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social. *Revista Desenvolvimento em Questão*, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.
- TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e Burocracia**. Editora UNESP: São Paulo, 2012.
- VILLAR-LOPES, Gills. Quando o segredo é a regra: Atividade de Inteligência e acesso à informação no Brasil. *Revista Brasileira de Inteligência*, Brasília, n. 12, p. 35-49, 2017.
- WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. (1967). **Pragmática da Comunicação Humana: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação**. Trad. Álvaro Cabral. 7-8-9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.
- ZAVERUCHA, Jorge. De FHC a Lula: a militarização da Agência Brasileira de Inteligência. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 31, p. 177-195, 2008.

— Vou me sentar — respondeu o gato —, mas devo retrucar em relação ao último comentário. Minhas falas não são uma borradura verbal, como o quis exprimir em presença da dama, mas sim uma fileira de silogismos bem estruturados, que poderia ser, com mérito, valorizada por especialistas como Sextus Empiricus, Martianus Capella e até mesmo por Aristóteles.

O Mestre e a Margarida, Mikhail Bulgákov

3. CAPÍTULO 2: Hegemonia: os interdiscursos doutrinários dos Serviços de Inteligência

Rafael Gonzaga Muller – Centro Universitário Una

Frederico de Carvalho Figueiredo – Centro Universitário Una

RESUMO

O presente artigo propôs-se a estudar criticamente o caráter ideológico nos discursos formativos dos profissionais de Inteligência. Para tal, adotaram-se, como paradigma e método, a Análise de Discurso Crítica de Fairclough (2001; 2012) e, como objetos, a Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência (DNAI), publicada através da Portaria GSI/ABIN 244/2016 e o Relatório 2015 de Atividades da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência (CCAI). No plano ideológico, encontraram-se recorrentes marcas de interpelação por discursos ultraliberais, conservadores e hiperpositivistas. No plano argumentativo, recorreram argumentos tautoméricos e apelos emocionais e exemplificativos de senso comum. Por fim, na análise de contexto de produção desses discursos, identificou-se ampla consensualidade entre atores de posicionamentos políticos divergentes, indicando um processo de dominação hegemônica discursiva em nível capaz de ocultar dissensos próprios de sociedades pluralistas. Assim, concluiu-se o alto nível de hegemonia ideológica com vieses específicos dos Serviços de Inteligência e, com isso, uma série de entraves que impossibilitam a sua coordenação com uma proposta política democrática profunda.

Palavras-chave: Serviços de Inteligência; Análise de Discurso Crítica; Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência

ABSTRACT

This paper aims to critically study the ideological character in the formative discourses of intelligence professionals. To this end, we adopted, as a paradigm and method, Fairclough's Critical Discourse Analysis (2001; 2012) and, as objects, the National Doctrine of Intelligence Activity (DNAI), published through Ordinance GSI / ABIN 244/2016 and the 2015 Activity Report of the Joint Intelligence Activity Control Commission (CCAI). At the ideological level, recurring marks of interpellation by ultra-liberal, conservative and hyperpositivist discourses were found. At the argumentative level, tautomeric arguments and emotional and exemplary common sense appeals. Finally, in the analysis of the context of production of these discourses, a broad consensus was identified among actors of divergent political positions, indicating a process of discursive hegemonic domination at a level capable of concealing dissent proper to pluralist societies. Thus, the high level of ideological hegemony with specific biases of the Intelligence Services was concluded to create obstacles that make it impossible to coordinate them with a deep democratic political proposal.

Keywords: Intelligence services; Critical Discourse Analysis; National Doctrine of Intelligence Activity

3.1. Introdução

Da mesma forma que todo discurso possui seu caráter ideológico (FAIRCLOUGH, 2012), toda formação pedagógica também é carregada de valores e princípios éticos e morais, inculcando-lhe um caráter essencialmente político. Nessa perspectiva, uma pedagogia crítica, inserida dentro do campo dos estudos críticos, pressupõe uma conscientização a respeito desses elementos ideológicos para que, assim, seja possível algum tipo de emancipação do sujeito no seu processo de aprendizagem.

A partir disso, o presente artigo foi formulado tendo como questão central de pesquisa: quais as ideologias presentes nos textos formativos dos Serviços de Inteligência brasileiro? Propõe-se como objetivo estudar criticamente o caráter ideológico nos discursos formativos dos profissionais de Inteligência. Para tal, adotam-se, como paradigma e método, a Análise de Discurso Crítica de Fairclough (2001; 2012) e, como objetos, a Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência (DNAI), publicada através da Portaria GSI/ABIN 244/2016 (BRASIL, 2016a) e o Relatório 2015 de Atividades da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência (CCAI) (CONGRESSO NACIONAL, 2015).

3.2. Revisão de Literatura

Os Serviços de Inteligência (SI) são estruturas de Estado responsáveis pela produção e salvaguarda de conhecimentos de interesse da administração com vistas a subsidiar o processo decisórios nos mais altos níveis hierárquicos das instituições (BRASIL, 2016a; BRASIL, 2016b; GONÇALVES, 2016; PACHECO, 2012; CEPIK, 2003). Tendo surgido inicialmente para tratar com temas estratégicos como economia, diplomacia, guerra e polícia, os SI normalmente dividem-se em Inteligência Militar, voltada para questões de Defesa, Inteligência de Estado, voltada para questões diplomáticas e de políticas públicas em nível nacional, e Inteligências Executivas, voltadas para a consecução das missões institucionais dos respectivos órgãos de maneira mais eficiente, dentro das quais se incluem as Inteligências Policiais, Fiscais, Ministeriais, etc. (PACHECO, 2012; BRASIL, 2016a).

Se, por um lado, os SI são amplamente considerados, hoje, como essenciais ao Estado Democrático de Direito por serem responsáveis pela garantia da soberania nacional em um contexto de disputas de interesses internacionais e instabilidades internas, de outro oferecem um risco democrático importante, já que podem, como foram no passado e ainda são em

vários Estados, serem usados para levantamento de informações e interferências do corpo social com vistas à manutenção de determinados grupos políticos no poder. Tal situação insta que medidas eficazes de controle sejam adotadas. No Brasil, o principal responsável pelo controle funcional externo dos SI é a CCAI, órgão do poder legislativo com atribuições específicas para tal. (GONÇALVES, 2019)

Apesar disso, tendo a Inteligência o sigilo como ferramenta e elemento constituinte, vários paradoxos são impostos ao controle. O principal e mais evidente deles é o fato de o controlador estar vinculado ao controlado, já que a obtenção das informações para a realização das verificações depende da cessão dessas por este. (GONÇALVES, 2019)

Outra dificuldade deriva de o tema ser estereotipado pelo histórico de abusos e seus usos contra dissidentes políticos, em especial contra aqueles de esquerda durante o período da ditadura militar brasileira. (GONÇALVES, 2019) Assim, da mesma forma que em sua origem a Inteligência sempre fora formada apenas por uma elite selecionada para os trabalhos com vieses sigilosos (BRASIL, 2016a), hoje também a seleção dos indivíduos para os trabalhos de Inteligência continua efetivamente marcado pelos vínculos de confiança (OLIVEIRA, 2018) fazendo com que o compartilhamento de valores específicos da atividade e o corporativismo tornem-se elementos marcantes em sua estrutura.

Se por um lado tais vínculos e estruturas podem colaborar para a formação de uma identidade profissional e o trabalho coletivo e cooperativo, doutro pode condicionar e alienar indivíduos, reduzindo a sua capacidade crítica perante sua própria condição enquanto profissional. Esse tênue limite decorrerá, em muitos, dos valores disseminados nos discursos hegemônicos dentro da atividade: se sua tônica se volta para a padronização e uniformização de indivíduos e modos de pensar ou para a reflexão crítica e sistêmica a respeito do trabalho. Nesse sentido, uma pedagogia crítica, também em muitas situações tomada em sinonímia com pedagogia libertária ou pedagogia institucional, empreende um importante passo para a emancipação e autonomia dos sujeitos, voltando-se para uma reflexão crítica constante de suas práticas e suas condições dentro do contexto social e, principalmente, as potencialidades e limites dessas práticas em operar em prol de uma sociedade mais democrática e inclusiva (ASSIS; PAULA; BARRETO, 2013).

Sabendo que o conceito de Democracia não é unívoco, nesse ponto insta questionar: se toda argumentação sobre a legitimidade dos SI decorre de uma íntima relação a constructos teóricos em grande embate como Democracia, Soberania e Autonomia, quais são as noções

desses conceitos que estão sendo usadas dentro dos discursos sobre Inteligência? Sob outras perspectivas, até que ponto os SI ainda seriam realmente legítimos e necessários?

No contexto de Inteligência, a Democracia é conceito centralmente tensionado nos debates, seja relacionado aos excessos de poder e abusos dos SI, seja no conflito entre sigilo e transparência, seja nas potencialidades de manutenção da autonomia Estatal no contexto internacional. Isso posto, tomar paradigmas que tradicionalmente problematizam a Democracia em seus debates torna-se útil no aprofundamento das reflexões sobre o tema, visto que muito se pode aproveitar dessa produção.

Ao se propor, neste trabalho, esse diálogo sobre a própria situação discursiva dos profissionais de Inteligência em sua formação doutrinária, opera-se em favor da superação aos duplos-vínculos em que estão constantemente subordinados. Os duplos-vínculos são conceituados como aquelas situações em que um indivíduo recebe duas ordens paradoxais entre si de modo que o atendimento a uma configura-se como desrespeito à outra, e, ao mesmo tempo, os vínculos dos indivíduos com as fontes dessas ordens torna impossível desatendê-las e, também, abandonar o campo (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1993). No caso em tela: de um lado, inseridos em uma estrutura burocrática cujo acesso e permanência depende de laços subjetivos de confiança e que os obrigam a atender a ordens hierárquicas de modo acrítico; e, de outro, a urgência do dever do serviço público em operar eticamente em prol do Estado Democrático de Direito.

Gestão Social e o Controle Social, sua forma específica aqui debatida, surgem como modelos que oportunizam e alinham-se diretamente com esse modelo pedagógico, servindo de ferramental para uma aprendizagem crítica na medida em que propõem a participação e ação direta dos indivíduos nos processos decisórios (KRAEMER; VILLELA; VIANNA, 2019). Nesse aspecto, seus benefícios extrapolam a condição dos profissionais de Inteligência, servindo à sociedade como um todo no sentido de permitir-lhes maior acesso às práticas de Inteligência e, com isso, promover um controle mais efetivo desses serviços e, assim, melhor adaptando-os à proposta democrática de sociedade prevista constitucionalmente.

3.3. Metodologia

As questões motivadoras propostas na introdução e na revisão deste artigo, longe de poderem ser respondidas dentro de um único artigo científico, orientam a investigação aqui proposta. Sendo a legitimidade e o controle dos SI um problema social sobre o qual podem operar

diversos discursos decorrentes das interpelações desses conceitos continuamente tensionados, cabe tomar a Atividade de Inteligência como Prática Social e estudá-la à luz das categorias propostas por Fairclough (2001): a) Matriz Social do Discurso, expondo as condições ideológicas hegemônicas que orientam a prática social majoritária e são recursivamente reproduzidas; b) Ordens do Discurso, expondo as lutas hegemônicas que se desenvolvem em torno da prática social, destacando suas possibilidades de transformação; c) Efeitos Ideológicos e Políticos do Discurso, expondo os sistemas de conhecimento e crença dos participantes do discurso em suas relações e identidades sociais.

Com isso, cumpre analisar os discursos hegemônicos em torno dos SI e aqueles silenciados através da reprodução sistemática dos anteriores, apontando hipóteses relevantes para seu silenciamento.

Se o acesso imediato aos discursos silenciados tende a ser, por vezes, impossível ou resultar em amostras pouco fiáveis para o método científico, a solução metodológica apontada pela Análise de Discurso Crítica (ADC) é a análise do discurso hegemônico em operação de reprodução entre sujeitos e, a partir dessa, identificar os elementos de pressuposição intertextual. Em outras palavras, quando um discurso é transmitido de emissor a receptor, parte dos significados não é dita por considerar o emissor ser já de conhecimento do receptor, caracterizando uma pressuposição (FAIRCLOUGH, 2001).

Tais significados pressupostos podem ser potencialmente auferidos a partir da estrutura textual do discurso, tendo em vista que todo texto é estruturado sentencialmente passando daquilo que é conhecido para aquilo que é, até então, desconhecido, fornecendo novas informações ao receptor. Assim, são as redes de relações entre os significados do texto, e não meramente as palavras em si, que permitem depreender aqueles significados dados e os significados a serem apreendidos pelo leitor (FAIRCLOUGH, 2001).

Tendo como objeto de estudo a formação doutrinária dos profissionais de Inteligência e justificativa a preocupação com o controle social dos Serviços de Inteligência, adotaram-se como unidades de análise da pesquisa os textos: a) Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência (publicada pela Portaria ABIN/GSI 244/2016); b) Relatório 2015 das atividades da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência (CCAI), órgão do poder legislativo responsável pelo controle externo dos SI no país. A escolha desses textos deu-se em virtude de sua abrangência, sendo referência para todos os SI brasileiros, ainda que alguns adotem doutrinas próprias específicas, uma vez que a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) atua como órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência

(SISBIN), do qual todas os SI formalizados fazem parte. Além disso, são textos de acesso público, caráter analítico e narrativo-descritivo e, no caso do Relatório 2015, reflete, ainda que por meio do discurso indireto, o conteúdo de textos orais registrados nas Audiências Públicas realizadas no ano. Assim, a relação entre ambos permite abranger dualidades: previsão teórica (doutrina) e realização prática (relatório); texto escrito e revisado sistematicamente (doutrina) e texto oral com revisão potencial apenas no planejamento, mas sem revisão posterior (relatório); público-alvo profissional (doutrina) e leigo (relatório). Mais: ambos figuram em 2015-2016 no Brasil, período marcado por vasta instabilidade política e explicitação das correlações de força e jogos de poder nos discursos, coincidindo com período da articulação do impeachment contra a ex-presidenta Dilma (EUZEBIOS FILHO; GUZZO, 2018), tema que faz parte da análise contextual de tais textos.

Como paradigma e ferramenta, será adotada a Análise de Discurso Crítica (ADC) de Fairclough (2001; 2012), que tem como principal proposta o estudo do caráter ideológico dos discursos e, dessa forma, os seus efeitos comunicacionais pragmáticos.

Fairclough (2001) aponta que todo discurso, em especial no que tange à sua ordem social, possui um caráter misto de estrutura e evento: enquanto estrutura, seu conteúdo e forma dos textos estão determinados por práticas sociais pregressas e interesses já estabelecidos em seus emissores; enquanto evento, o próprio discurso opera sobre a realidade social e individual de seus receptores, operando mudanças de caráter, muitas vezes, incerto, e alterando as condições da própria estrutura anteposta. Assim, o discurso e o texto e, principalmente, a análise desses, não pode ser tomada como absoluta, ainda mais restando comprovada as diversas possibilidades interpretativas que um sujeito pode operar quando da recepção de um texto.

Apesar dessas limitações, a ADC apresenta-se já consolidada como ferramenta útil à análise de textos em seus mais diversos aspectos, dando conta de abordar desde os seus contextos de construção e recepção até seus elementos de conteúdo e forma. Para a ADC, o sentido do texto escrito é construído dialeticamente a partir de três elementos centrais: a semiologia (significados possíveis das palavras, já que o próprio processo de associação entre significado e significante é, em última instância, arbitrário); a morfossintaxe (a forma como estão organizados os operadores textuais que concatenam as ideias dentro de um texto); e a realidade do leitor (suas vivências, seu contexto, elementos de caráter psicofisiológico, etc.) (FAIRCLOUGH, 2001).

Nesse sentido, a análise baseada na ADC configura-se com uma leitura que extrapola a literalidade do texto, em especial em uma perspectiva meramente frasal, onde o objeto analisado acaba por restar ser apenas o conteúdo de um amontoado independente de frases. A ADC mostra-se muito mais preocupada com as relações de significado que vão sendo construídas iterativamente ao longo da progressão de construção e leitura do texto, incluindo-se, portanto, também as potenciais vivências de seus leitores-alvo (FAIRCLOUGH, 2001).

3.4. Resultados e Discussões

3.4.1. Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência

A Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência foi documento organizado pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) em 23 de agosto de 2016, através da Portaria ABIN/GSI/PR 244, aproximadamente um mês após a publicação da Política Nacional de Inteligência (PNI), documento este cujo processo de construção decorre desde o ano de 2001 desde a apresentação pelo Poder Executivo de sua primeira versão, cuja forma final, conforme publicada, fora consolidada em 2009 (CONGRESSO NACIONAL, 2009).

Em sua apresentação inicial, o documento pontua que o objeto sobre o qual versará será a “Atividade de Inteligência” (AI) em seu sentido estrito, cujas outras denominações comuns não “Inteligência de Estado”, “Inteligência” ou “Inteligência clássica”. Sendo assim, a priori, ficariam excluídos dos debates os outros grandes grupos de Inteligências, a saber: Inteligência Militar, que lida com temas de Defesa, e Inteligências Executivas, dentre as quais a Policial é a mais conhecida, voltadas para a consecução das missões institucionais dos órgãos em que estão inseridas.

O primeiro parágrafo, o primeiro período ou a primeira cena de textos formais e literários costuma ser responsável pela tônica geral do conteúdo a ser trabalhado em torno de todo o seu percurso, sendo objeto de atenção especial pelos analistas textuais. Logo na Introdução, a primeira assertiva da DNAI assevera: “Qualquer atividade que pretende ser racional e

eficaz tem seu exercício orientado e disciplinado por princípios, conceitos, normas, métodos, processos e valores”¹.

Tal período, composto, apresenta três grupos semânticos de maior relevância: a) “qualquer atividade [...] racional e eficaz”; b) “orientado e disciplinado” (forma nominal dos verbos “orientar” e “disciplinar”); c) “princípios, conceitos, normas, métodos, processos e valores”. Em termos de pragmática comunicacional, na intenção do autor de controle do comportamento e interpretação do leitor, os períodos adotam um padrão básico de apresentação de informações em relação “tema-remática” em que o “tema” é a informação conhecida e o “rema” é a informação nova trazida ao leitor e cuja atenção maior é esperada, sendo o elemento apresentado na sequência do primeiro (KOCH, 2004).

Assim, o autor da doutrina destaca o rema “princípios, conceitos, normas, métodos, processos e valores” como informação notável a que o leitor se aproprie, tomando como certo e conhecido que a Atividade de Inteligência se pretende “racional e eficaz”, já que se insere dentro do universo “qualquer atividade”. Considerando que toda atividade, por mais criativa ou caótica que seja, está sujeita a algum conjunto de princípios, conceitos, normas, métodos, processos e valores, ainda que não sistematizados e organizados, o período assume forma dogmática, sendo uma primeira assertiva que não pode ser questionada. De fato, toda ação humana, aí inclusa a ciência, está guiada por valores e princípios posto que, enquanto humana, é cultural (DIAZ, 2007). Além disso, sendo traduzível em palavras, poderá ser operada sob a forma de conceitos, constructos discursivos usados para reproduzir objetos reais no mundo (MOREIRA, 2005; OLIVA, 2005). Por fim, sendo monitorável ao longo do tempo, a atividade pode ser analisada sob a forma de ações, operações e outros elementos constituintes menores, os quais, identificados quaisquer mínimos padrões ou mesmo a aleatoriedade, comporiam espécies de normas, métodos e processos, tipos de conceitos procedimentais.

Útil destacar, portanto, a conformação da relação verbal entre esses elementos do período: orientar e disciplinar. Se “racional e eficaz” já compunham a natureza e a característica-objetivo da Atividade de Inteligência e isso já indicava o valor liberal-burguês da Atividade de Inteligência através da lógica de hipervalorização da racionalidade e eficácia, a

¹ Em virtude de se tratar do objeto de análise, cujas referências serão constantes neste trecho da pesquisa, optou-se por ocultar a forma padrão de referência “(BRASIL, 2016a)” especificamente desse item para se evitar prejuízos à fluidez textual.

propositura de orientação e disciplina reforça esse caráter diretivo voltado à noção de boas práticas universais.

A lógica da produtividade e paradigma científico positivista seguem-se na introdução em diversos outros momentos, havendo, inclusive, a marcação de argumentos tautoméricos e de conceitos redundantes. O primeiro caso ocorre em “A capacidade de uma doutrina para orientar e disciplinar determinada atividade está relacionada com o grau de efetividade com que desempenha as seguintes funções básicas”. Sendo, conforme primeiro período da Introdução, a eficácia um objetivo da doutrina (corpo sistematizado de princípios, conceitos, normas, métodos, processos e valores) que será oportunizado através da orientação e disciplina, dizer que a capacidade da doutrina em orientar e disciplinar é está relacionada com a efetividade é mera tautomeria, já que eficácia corresponde, conceitualmente, a um parâmetro da efetividade. Em termos lógicos, esse tipo de argumento é do tipo: dado um elemento “A” pertence ao conjunto “C(A)”, logo “A” está correlacionado a “C(A)”, conclusão que apenas alude a si mesmo (a própria relação lógica, uma vez que “pertencer a” é um tipo específico de “correlação”).

A existência de dois argumentos tautoméricos verdadeiros (“A para B” e “B para A”) em uma relação conceitual de atribuição (atividade é composta de princípios etc.; princípios compõem atividade) gera uma ilusão de confirmação que, desapercibida, superestima a credibilidade de um texto, marcando a necessidade de o autor valorizar o discurso e defender seu objeto sem, apesar disso, garantir que o objeto possua um motivo explícito próprio de ser.

Na sequência, ao conceituar “padronização”, “agregação”, “comunicação” e “organização”, marcam-se os valores produtivistas e positivistas radicais da doutrina a partir dos campos semânticos dos signos linguísticos usados. Em “padronização”, postula “garantir uniformidade de métodos e procedimentos, a fim de evitar distorções advindas de fatores subjetivos”. Primeiramente, há a redundância entre “garantir uniformidade” e “evitar distorções”, dado que a uniformidade é a inexistência de distorções, tornando desnecessária oração subordinada adverbial final. Logicamente, trata-se de operação $A \rightarrow A$. Apesar disso, explicitando-a, marca a principal preocupação do autor em termos finalísticos: extirpar a subjetividade, através da uniformização.

Essa lógica é confirmada na conceituação de “agregação”: “unir racionalmente indivíduos, conferindo-lhes noção de identidade e direcionando suas ações”. Primeiramente, o uso do advérbio “racionalmente” marca a visão do autor de oposição estrita entre “racional” e

“emocional”, paradigma já superado na psicologia (AMBROS, 2011). Além disso, a noção de “identidade” usada pelo autor é decorrente da união racional dos indivíduos e pode ser comprovada a partir do momento que as ações desses indivíduos podem ser direcionadas. Logo, tal noção de “identidade” exclui completamente qualquer possibilidade de subjetividade e individualização do sujeito.

Outros elementos na sequência corroboram essas noções. Por exemplo, ainda na Introdução, é afirmado “A adoção da Doutrina viabiliza efetivar dois princípios: controle e impessoalidade. Por ser esta uma atividade que tem o segredo como instrumento e condição, deve ser controlada, tanto pelo direcionamento correto de suas ações quanto por órgãos de supervisão”. Nesse trecho, “controle” pode ser interpretado como princípio em uma dupla acepção: a) controle enquanto garantia do comportamento uniforme, padrão, permitindo a previsibilidade; b) controle enquanto supervisão, revisão, garantia de adequação mínima de métodos, resultados e finalidades, conceito próprio do Direito (GONÇALVES, 2019). De forma indistinta, relacionando a segunda possibilidade exclusivamente a “órgãos de supervisão” e prevendo o segredo como condição sem ressalvas, exclui, discursivamente, qualquer possibilidade de controle social e transparência, sob o risco de descaracterizá-la.

Nessa perspectiva, a única possibilidade de fazer coexistir Inteligência e Estado Democrático de Direito seria através dos órgãos de supervisão, cuja atribuição, enquanto supervisão, reside apenas em observar e validar ou não as ações (GONÇALVES, 2019), sem oferecer maiores contribuições, participações, sugestões e recomendações, situações que ingressariam em outros conceitos. Mais: registra a noção de que ações operam num binômio correto/incorreto, ignorando o contexto complexo e incerto em que os SI se inserem e pretendem subsidiar (JONES, 2006).

Na definição de “Valores”, traz: “São padrões morais que se subordinam aos interesses da sociedade e do Estado”. Novamente, a atenção é voltada ao rema “interesses da sociedade e do Estado”, amplamente aceito, retirando o enfoque direto da composição verbal do período, que coloca os interesses da sociedade e do Estado como subordinadores dos padrões morais, conquanto tais interesses sejam, eles mesmos, axiológicos. Assim, em igual relação lógica circular $A \rightarrow A$, a noção de hierarquia, superior e subordinado, apresenta-se.

O elemento “prática” também recebe atenção especial. Ela é apresentada como um dos fundamentos da doutrina em “A Doutrina tem como fundamentos o ordenamento jurídico do Estado, a tradição da Atividade de Inteligência, a teoria do conhecimento, a metodologia científica e a prática da Atividade”. Contraditoriamente, a prática é definida como

“experiências e rotinas no desempenho profissional”, em um contexto em que a subjetividade (e, portanto, as experiências) fora anteriormente negada de modo sistemático e enfático. Mais: a prática da Inteligência, conforme trecho também na Introdução, fora “norteadada pela formulação e reformulação do corpo doutrinário por diferentes órgãos que a exerceram ao longo da segunda metade do século XX”, período este marcado exatamente pelos abusos dos SI e seu uso em prol de perseguições políticas e manutenção de determinados grupos hegemônicos no poder. Tal valorização é reiterada na sequência do documento em vários momentos.

Ao tratar sobre a “tradição da Atividade” como outro fundamento para Atividade de Inteligência, associa-a à noção de “eficácia”, adotando como modelos aqueles “desenvolvidos em países onde a eficiência da Atividade é reconhecida”. Notadamente, as referências de tradição, associadas a um paradigma economista da eficácia/eficiência, restam sobre potências liberais do ocidente e seus aliados, marcando a adoção da aqui nomeada cartilha da Moderna Gestão da Inteligência, tal qual defendida por Silva (2011).

Na parte seguinte do texto, “Caracterização e Evolução”, o primeiro parágrafo inicia-se com “Interesses econômicos e políticos” como informação dada (tema), tendo os verbos “explorar, dominar ou salvaguardar” como informação nova (rema), sendo, portanto, as ações caracteristicamente típicas da Inteligência agora apresentadas. Tais verbos são congruentes com o fechamento do parágrafo que aponta que “Esse jogo de interesses gerou ambiente propício para a atuação de serviços secretos”. Desse modo, a essencialidade dos SI passa a ser contextualmente dependente de um ambiente de rivalidade baseado em exploração, dominação e salvaguarda, montando um cenário que se assemelha a um jogo de soma zero (CARRA, 2011). Essa relação é confirmada com o paralelismo sintagmático associando “interesses econômicos e políticos” a “jogo de interesses” e “explorar, dominar ou salvaguardar” a “atuação de serviços secretos”.

Se tais elementos são apresentados como de ordem primitiva originalmente, no parágrafo seguinte a conceituação de “‘inteligência’ em seu sentido moderno” revela que a essência contextual que mantém a Inteligência não deve mudar para que ela continue legítima: “significando informações sobre INIMIGOS e CONSPIRADORES e informações INTERNACIONAIS” (destaque nosso). A rivalidade não só deve ser garantida, mas também é vinculada ao conceito de “Nação”. Esse conceito conflita, portanto, com a proposta internacionalista da pedagogia crítica (COELHO; BARBOSA, 2017), determinando mais

um elemento incompatibilidade entre essa opção epistemológica (que também prima por uma noção profunda de democracia) e os SI.

No terceiro parágrafo, a partir das origens da Inteligência enquanto necessidade (economia, guerra, diplomacia e polícia), o texto inicia a narrativa da complexificação das ações dos SI. Em “A aquisição de informações , a elaboração de conhecimentos, o ato de espionar alvos específicos, o plano de se antecipar à ação alheia a fim de se obter vantagem e de se evitar desvantagem e, AINDA, de se garantir a ordem social caracterizaram [...]” (destaque nosso), as informações básicas outrora novas sobre as funções de Inteligência surgem como dadas, apresentando em destaque com a pausa sintagmática através do uso do advérbio “ainda”, um novo objetivo dos SI: “garantir a ordem social”.

Como elemento de coerência interna, auxiliando o caráter persuasivo do texto, a assertiva usa a informação sobre vantagem/desvantagem como conector entre tema e rema nessa assertiva. Entretanto, elementos antigos e novos compõem apenas o sujeito, em sua composição de núcleos e adjuntos adnominais, do período em análise. O elo verbal é estabelecido por “caracterizaram”, criando uma relação de atribuição, ao qual está “desempenho estratégico da Atividade” como objeto. Nesse sentido, o desempenho de um SI poderá ser medido a partir de sua capacidade de atender aos objetivos estabelecidos no sujeito frasal. Entre conhecimentos dados, ordinários, e atribuições novas (“garantir a ordem social”), extraordinárias, um SI que deseje destaque e estar atualizado aos novos tempos deveria, portanto, operar em busca das últimas e mais novas necessidades.

Esse trecho é especialmente importante em relação às possibilidades pragmáticas que abre. Enquanto os SI são usados como métricas para a qualidade de uma Democracia, posto que o dogma hegemônico preconiza que grandes democracias possuem SI com Moderna Gestão da Inteligência e eficientes (GONÇALVES, 2016; GONÇALVES, 2019; CONGRESSO NACIONAL, 2015), ao associar tal desempenho à manutenção da ordem social, os conceitos são triangulados. De tal forma, parte do indicativo de uma Democracia evoluída passa a ser a ordem garantida, gerando um paradoxo essencial: se uma Democracia profunda pressupõe superar a ilusão de que as contradições são superáveis através do pluralismo e da participação (FROEHLICH, 1998), a noção de garantia da ordem social torna-se igualmente absurda. Ao contrário, a excessiva passividade social é um indicativo de uma Democracia superficial, em que os processos participativos se encontram, em sua maioria, nos níveis mais meramente consultivos e informativos, sem real compartilhamento decisório, e em que o Estado se

apresenta heterogêneo em suas estruturas para diferentes classes de sujeitos (SANTOS, 2016).

Ao tratar sobre o processo de estruturação e especialização das ações furtivas, o texto o credita às “situações de dominação ilegítima (controle por força, ocupações, colonizações, imperialismo)” como condicionantes para seu uso pelas forças de resistência. A opção pela forma verbal para associar esses elementos no texto, o pretérito imperfeito “obrigavam”, sugere que situações de dominação ilegítima teriam ficado no passado, ignorando a existência de novas formas de pós-colonialismo e neoimperialismo, o uso de técnicas de dissuasão etc. Sendo práticas potencialmente condenáveis, são afastadas da correlação com os SI na doutrina, ainda que esses participem dessas ações na realidade (ÁVILA, 2011).

As ações furtivas, ainda, com recurso à figura de linguagem gradação, são apresentadas em três estágios de desenvolvimento: prática do senso comum; arte ou ofício; ofício abrigado numa repartição burocrática. Ao estabelecer tal ponto final, apenas as ações furtivas realizadas pelos SI seriam legítimas em virtude de sua vinculação administrativa, repelindo que o debate sobre tal legitimidade decorra para uma reflexão crítica sobre correlações de poder e opressão.

No plano sintático e semântico, o trecho seguinte do texto opera uma série de deslocamentos de sentidos e associações para que a Inteligência tenha seu caráter potencialmente autoritário amortizado. Inicialmente, a Atividade de Inteligência é colocada como objeto direto (elemento passivo da ação verbal) no que tange à sua inclusão no aparato coercitivo do Estado: “As matrizes polícia e guerra, em especial, vincularam a Atividade de Inteligência”. Mais adiante, a afirmação de que, de fato, integra tal núcleo é apresentada a partir de uma conjunção verbal modal “pode-se afirmar que...”, à qual se segue uma adversativa “No entanto,”, em que se nega parte da afirmativa anterior, relativizando-a.

Ainda que as assertivas, individualmente, apontem afirmativas que podem ser corroboradas na pesquisa teórica, a ordem e as formas de construções frasais utilizadas engendram modulações de significado, como pode ser observado no conjunto anterior. A esse aspecto de atenuação do caráter coercitivo dos SI corroboram também opções adverbiais, como a oposição em “não se fundamenta na força” / “função ESSENCIALMENTE informacional” (destaque nosso).

Outra operação que agrega uso de expressão adverbial e adversativa ocorre em “Em alguns países, porém, em razão de interesses e tensões advindas de suas relações internacionais, a Atividade extrapola os limites da função informacional”. Nela, são externalizadas e

excepcionais tais práticas, buscando excluir o Brasil desse contexto, como se o caso brasileiro fosse inerte a tensões internacionais. Tal contexto é chamado de “beligerância não oficialmente declarada”, situação essa cuja realidade é apontada como contínua e ampla contemporaneamente por estudos da área, e não excepcional e alheia ao Brasil como pretende apontar o texto da Doutrina.

Relativamente à lógica da razão de Estado e política de segredo, elas são associadas às suas formas consideradas legítimas: “se manifestam no fato de que no constitucionalismo há, em seu ordenamento jurídico, previsão de punição à publicação de atos e documentos reservados”. Além disso, o texto postula a superioridade dessas estratégias ao mencionar que “O segredo de Estado é legitimado pela lei e pela excepcionalidade.” Em uma relação de conjuntos em que “(A) U (não-A) = Universo” (notadamente, “Lei U Excepcionalidade = Universo”, o segredo de Estado sempre estará, de alguma forma, legitimado. Assim, discursivamente, a nova lógica de transparência, cujo marco deu-se no final de 2011 com a Lei de Acesso à Informação (apresentada originalmente por partidos progressistas em 2003), pudera ser subvertida pelos SI em 2016, resguardando para eles o privilégio do sigilo como norma.

Se inicialmente, nesse trecho, fora criado um arcabouço teórico para a doutrina de existência exclusiva de duas possibilidades de formas de exercício de poder no Estado -- Força e Informação --, na sequência é apresentado um novo pilar: o Direito. Se o caráter coercitivo da Inteligência não pode ser desmistificado exclusivamente com a transposição de sentidos para a Informação, o Direito surge para legitimá-lo. Veja-se: “O emprego da INFORMAÇÃO para fins de DOMINAÇÃO denomina-se ‘VIGILÂNCIA’, na acepção de processamento de conhecimentos, a qual é implementada por REPARTIÇÕES OFICIAIS, com o propósito de ADMINISTRAR população, riquezas e território” (destaques nossos). Com isso, opera-se um deslocamento de sentido que busca aproximar Dominação e Administração, reduzindo seu caráter autoritário em decorrência da ordenação tema-remã. No mesmo parágrafo, a triangulação semântica é retomada: “o Estado de direito moderno não pôde prescindir da vigilância”.

Por fim, interessante notar um último movimento nessa porção do texto, no penúltimo parágrafo, aqui transcrito em sua totalidade:

O exame da história da Atividade de Inteligência identifica quatro paradigmas, conforme a ordem política em vigor. No totalitarismo, o “paradigma

policial” utiliza informações para oprimir os cidadãos e conformar pensamentos e comportamentos. No autoritarismo, o “paradigma repressivo”, orientado por ideologia seletiva, gera informações para coibir a ação de atores adversos ao sistema vigente. Na democracia em desenvolvimento, o “paradigma informativo”, dada a precariedade do equilíbrio institucional, oscila entre conteúdos com vieses ideológicos e análises isentas da realidade, submetendo-se formalmente a controles institucionais. Na democracia desenvolvida, o “paradigma preditivo” subordina-se aos princípios constitucionais e a efetivo controle externo e produz conhecimento preponderantemente prospectivo, com apoio de técnicas cientificamente embasadas e da tecnologia da informação.

Durante a operação figurativa de gradação, note-se que a figura do agente adverso, do inimigo e da rivalidade são ocultadas nas formas consideradas democráticas. Enquanto os paradigmas policial e repressivo indicam “cidadãos” e “atores adversos” como seus opositores, nos paradigmas “informativo” e “preditivo” a referência se perde, voltando-se para os produtos: “análises” e “conhecimento”. Se, conforme demonstrado, os SI apenas se legitimam em um contexto de rivalidade, isso leva a duas discussões possíveis: a) os modelos supostamente democráticos de Inteligência fazem ocultar, discursivamente, o inimigo, à mesma lógica do mercado e do capital, impondo barreiras a seu combate de fato (FAIRCLOUGH, 2012), sugerindo a hipótese de, perante uma Democracia profunda (e até utópica), serem os próprios SI o inimigo; b) a Inteligência, não podendo servir à sua função de rivalidade, prestar-se-á, nos moldes supostamente democráticos, exclusivamente à manutenção da estrutura hierárquica que também lhe suporta, limitando possibilidades mais profundas de Democracia, das quais a horizontalidade é chave (MORAES; NADAL, 2017; COELHO; BARBOSA, 2017).

A seguinte porção analisada do texto nomeia-se “Desenvolvimento da Atividade de Inteligência do Estado Brasileiro” em que são tratadas as formações de quadros e estruturas do modelo atual adotado. Importa notar, inicialmente, que os primeiros profissionais de Inteligência oficialmente formados no país se deram pela Escola Superior de Guerra (ESG) e fora baseada no National War College dos Estados Unidos (BRASIL, 2016a). O seu objetivo, conforme aponta o texto, fora de “preparar as ELITES civis e militares [...] pautadas pelos binômio SEGURANÇA e DESENVOLVIMENTO” (destaques nossos). Assim, o modelo desenvolvimentista usado, opostamente às propostas de Desenvolvimento

Local debatidas, fora baseado na centralização e burocratização, hoje reforçado pelo aspecto da máxima eficiência econômica através da redução de custos de escala e aumento no controle.

À respeito da criação do Serviço Nacional de Informações (SNI), as condições anteriores informadas são a) “tensões ideológicas [...] AGRAVADAS pela Revolução Cubana de 1959”; b) “proximidade [de João Goulart] com segmentos RADICAIS de esquerda, de sua alegada leniência a atos de insubordinação militar e de sua intenção de promover reformas de base”; c) “política externa dos EUA”; d) “instalação de um GOVERNO militar, em março de 1964” (destaques nossos). Com a criação do serviço, o texto informa que ele “caracterizou-se por sua LIGAÇÃO DIRETA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA e pelo enfrentamento a Oponentes internos” (destaques nossos). Por fim, que “Para CUMPRIR SEUS OBJETIVOS, o órgão era composto por gabinete, agência central e agências regionais situadas em doze capitais, com o propósito de abranger todo o território nacional” (destaques nossos).

Diversas são as marcas de tentativa de legitimação da situação política à época e ações dos SI nesse trecho: a voz passiva em relação à criação do SNI, sendo creditada à Revolução Cubana a necessidade do aparato coercitivo em tela; as opções léxicas e suas relações (“radicais de esquerda” associados a “leniência a atos de insubordinação militar”; “governo militar” associado a “enfrentamento a oponentes” e “cumprir seus objetivos”). Além disso, boas práticas de Inteligência amplamente conhecidas são associadas ao SNI, a saber: “ligação direta ao Presidente da República” (tomador de decisão máximo) e a abrangência. Nessa toada, as ações e intenções do SNI, seus objetivos-fim, quando não dotadas de eufemismos (“enfrentamento a oponentes internos”) são ocultadas, optando o redator do texto a tratar de objetivos-meio (“o propósito de abranger todo o território nacional”) e estrutura (“gabinete, agência central...”).

O trecho seguinte, transcrito, detalha as contribuições, conotadas positivamente, do SNI para a história dos SI brasileiros. O grau de detalhismo fornecido contrasta importantemente com os dados fornecidos sobre outros serviços, sendo, inclusive, de tipologia diversa (a exemplo dos nomes dos cursos fornecidos):

Até 1971, os quadros do SNI eram constituídos por pessoal requisitado das Forças Armadas, das polícias militares e de alguns ministérios civis. Nessa época, além da ESG, o Centro de Estudos e Pessoal do Exército (CEP), criado em 1965, fomentava o

desenvolvimento de recursos humanos para a Atividade de Inteligência. A Escola Nacional de Informações (Esni), criada em março de 1971, tinha por objetivo formar quadros profissionais permanentes para o SNI e para os demais órgãos estatais de Inteligência existentes nos ministérios militares e civis, nas autarquias e nas empresas de economia mista. Os primeiros cursos ministrados na Esni foram, em 1972, o Curso de Informações Categoria B, o Curso de Operações Categoria C-1 e o Curso de Operações Categoria C-2, oriundos do CEP, e, em 1973, além destes, o Curso de Informações Categoria A, antes oferecido pela ESG. Entre 1972 e 1990, a Esni foi a única escola no país a formar profissionais para a área de Inteligência.

O final do período da ditadura militar, nomeado “redemocratização”, surge no texto enquanto participante do sujeito-agente do verbo “impor”, o qual apresenta o SNI e seus objetivos como objetos. “redemocratização [...] impôs ao SNI a revisão de seus objetivos de Inteligência”. Imediatamente, contrariando o padrão de volume de dados de contextualização trazido pela doutrina em sua conformação histórica, aponta que “o Presidente Fernando Collor de Mello, ao assumir a Presidência da República como o primeiro presidente eleito pelo voto direto após o regime militar, extinguiu o SNI”. Em termos semânticos, o caráter ordeiro e controlado do SI à época e o seu enfraquecimento posterior são resgatados em outros momentos à frente do texto.

Último aspecto relevante do trecho selecionado diz respeito ao discurso de renovação do SI do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que “ênfaticamente destacou a importância de o Brasil, dentro de uma ordem democrática, dispor de profissionais competentes na área de Inteligência. Reiterou que a Inteligência de Estado não pode ser contaminada por visão ideológica dos processos político e social brasileiros. Salientou, ainda, que a Inteligência deve prestar contas à sociedade de suas ações pelos meios legais adequados.”

O desejo externado de não “contaminar por visão ideológica” os SI gera um duplo absurdo: a) ser inalcançável, uma vez que toda ordem social compõe-se de ideologia (FAIRCLOUGH, 2012); b) a opção por “profissionais COMPETENTES” e do controle exclusivamente “PELOS MEIOS LEGAIS ADEQUADOS”, sem dispor de intenções profundamente democráticas, expõe seu discurso de caráter liberal e ultrapositivista, alinhado, portanto, com a sua “visão [pessoal e] ideológica dos processos político e social brasileiros”.

Dentro dos “Fundamentos Teóricos”, outro item do texto-objeto de estudo, um elemento que chama à atenção por sua contrariedade com as postulações iniciais ocorre no subtítulo “A forma intuitiva de conhecimento”. O trecho informa:

A INTUIÇÃO heurística é um conhecimento direto, SEM a mediação da SENSIBILIDADE, que se dá quando, no pensamento, ocorre a captação de representações mentais que manifestam o objeto ou a relação de objetos. A ausência da participação da sensibilidade significa que aquela captação ocorre na insuficiência de dados conscientes, como um processo não consciente. O único papel da SENSIBILIDADE está no contato do sujeito com o mundo na atividade ou na ação, e é justamente esse contato que GERA o PROBLEMA a ser resolvido. (destaques nossos)

No trecho, o autor parte da premissa de uma oposição teórica entre sensível e racional há muito superada (AMBROS, 2011). Sua posição, à luz platônica, reproduz a lógica de que a sensibilidade, em contato com a realidade, seria a geradora dos problemas a serem resolvidos. Ao triangular essa premissa com a sugestão de que a intuição seria um conhecimento sem mediação da sensibilidade, valida a intuição como conhecimento adequado para a produção de conhecimento de Inteligência, contrariando a propositura inicial do apego à metodologia científica.

Outra premissa longamente superada que surge é a possibilidade de a mente apreender a realidade em sua forma perfeita e objetiva (SAMAYA, 2007). Essa proposta apresenta-se repetidamente em vários trechos: ao postular como Verdade a “concordância do conteúdo do pensamento com o objeto”; ao apresentar como “critério da verdade” a “evidência imediata”; ao informar que “a evidência permite que coisas e eventos sejam determinados como fatos, isto é, como objetivamente passíveis de verificação, constatação e confirmação”; ao concluir que “há ocasiões, portanto, em que a mente concorda integralmente que a imagem por ela mesma formada corresponde ao objeto” e “essa concordância é consequência da plena clareza com que o objeto se revela”. Em outros trechos à frente do texto, tais premissas se reforçam, como ao instar ao profissional de Inteligência o “dever de representar a verdade”. As disposições em contrário, relativistas, surgem esporadicamente, sem redundância.

Além disso, enquanto as propostas epistemológicas que embasam o uso da intuição como método de Inteligência consomem em torno de 5 páginas, à fase de Análise, cunhada na

DNAI como Processamento, é dedicado apenas um parágrafo genérico de três linhas no suporte consultado:

No processamento, os conhecimentos e dados obtidos são submetidos a métodos analíticos que permitem selecionar suas partes, relacioná-las, integrá-las e produzir inferências. Dessa forma, elucidam-se acontecimentos passados e presentes, e permite-se a projeção de cenários futuros.

No trecho relativo à Ética na Atividade de Inteligência, os paradoxos aprofundam-se. Inicialmente, são apresentados quatro paradigmas éticos supostamente possíveis à Inteligência: idealista, realista, consequencialista e “teoria da Atividade de Inteligência justa”. O primeiro dispõe sobre a existência de máximas categóricas invioláveis; o segundo sobre a maximização da razão de Estado; o terceiro e o quarto de um equilíbrio entre ambas as anteriores, restando a diferença no fato de que a abordagem consequencialista seriam amplamente aplicáveis, enquanto a da “Guerra/Inteligência justa” apenas em contexto de Guerra/Inteligência (JONES, 2006).

Ocorre que, havendo já sobrestado que as questões de Inteligência embarcam em um contexto de guerra não-declarada constante (MACHADO, 2011), não haveria diferenciação prática entre as duas últimas. A diferenciação entre elas e a abordagem realista, da mesma forma, é minorada no texto. Para a realista, tudo é autorizado “para subverter [...] o poder de estrangeiros a quem eles temam”. Em termos semânticos, apresenta-se idêntica à Inteligência Justa uma vez que essa apregoa que “países não podem sacrificar seus interesses e aceitar ameaças à sua segurança”.

Não havendo oposição real entre as três últimas abordagens no contexto dos SI, as opções reais recaem em uma abordagem idealista e um conjunto de abordagens que poderiam ser classificadas todas como realistas. O mesmo embate sobre a existência do contexto de rivalidade externa e hierarquia interna que legitima a Inteligência recai sobre a sua ética, legitimando a lógica realista perante a idealista.

Essa falsa possibilidade de opção entre as lógicas é construída também através de uma organização frasal paradoxal, gerando uma ilusão de alternativas (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1993). O trecho em tela prevê: “o profissional deve ser crítico para avaliar as situações, julgando de modo arguto se e por que esse ou aquele procedimento é necessário e que implicações impõe”. Assim, o caráter crítico do profissional, ironicamente,

deve ser limitado a definir os motivos que os levam a adotar uma ética realista/consequencialista, não havendo espaço para questionar o uso desse modelo.

Logo, enquanto a ética pressupõe uma crítica à norma, a “Ética da Inteligência” é categórica enquanto norma-em-si-mesma, necessitando da subversão de valores para que se constitua enquanto Inteligência. Em sentido restrito, portanto, é o sigilo enquanto subversão do valor de transparência que caracteriza a Inteligência. Em sentido amplo, qualquer subversão axiológica seria suficiente para caracterizá-la. De modo tautomérico, a estrutura discursiva em torno da Inteligência legitima-a a ela mesma ao opô-la à Democracia, uma vez que a Democracia mesma se configura como valor a ser subvertido pelos SI. Esse paradoxo representa a total incompatibilidade entre uma Democracia profunda e os SI, sendo possível a sua coexistência apenas em torno de propostas superficiais de democracia.

A contradição aprofunda-se ainda no que tange às imposições aos comportamentos do profissional de Inteligência. Para além da aparente exigência de autonomia ética (já demonstrada falaciosa), o texto afirma que “Não se pode endossar e promover a ‘defesa de Nuremberg’ (‘só cumprindo ordens’). Esta avaliação pelo profissional de Inteligência é a primeira obrigação, que corresponde ao PRINCÍPIO DA SIMPLICIDADE apresentado neste volume”. Ocorre que o Princípio da Simplicidade, conforme postulado, indica: “Implica planejar e executar ações de modo a evitar complexidade, custos e riscos desnecessários”. Ora, toda ação devidamente controlada (supervisionada, no sentido do Controle Social) mostra-se imediatamente mais custosa, custo esse decorrente do custo de redução do risco democrático, que envolve medidas adicionais de transparência, comunicação, informação, diálogo etc. Além disso, a complexidade é elemento necessário e fundante da pluralidade e, portanto, da convivência. Fazer o mais “fácil, barato, seguro e conveniente” nem sempre implica um fazer ético, não havendo possibilidade de coordenar enquanto prescrição comportamental ambos os princípios (da Simplicidade, previsto pela doutrina, e da Crítica, impossibilitado factualmente pela doutrina).

3.4.2. Relatório de Atividades 2015 da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

O Relatório de Atividades 2015 da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da Atividade de Inteligência, instalado em 21/11/2000, em conformidade com o art. 6º da Lei nº 9.883/1999, apresenta

toda série de atividades públicas realizadas pela comissão tendo em vista o conhecimento mais direto das ações dos SI como primeiro passo para a promoção de controles mais adequados à Atividade. Além de ter sido um ano de atividades intensas da comissão, foi o primeiro ano após requerimento aprovado para que reuniões deixassem de ser secretas, corroborando visão contra-hegemônica de transparência insurgente no bojo da Inteligência nacional (CONGRESSO NACIONAL, 2015).

A presidenta da CCAI, em 2015, era a deputada Jô Moraes, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB/MG), representando-se como uma condutora do campo progressista. Assim, configurados os discursos hegemônicos sobre Inteligência como essencialmente liberal-conservadores, os processos de reprodução e crítica em torno dos discursos da deputada e debates no âmbito da CCAI tornam-se de especial valor.

Na apresentação do documento, assinada por sua presidenta, destaca a importância dos SI para a soberania, porém reforça a missão dos “órgãos de controle como garantia democrática, [o que] só pode ocorrer com amplo debate com a sociedade”². A proposta do “amplo debate” alinha-se às propostas pluralistas e inclusivas da Gestão Social (BRESSER-PEREIRA; GRAU, 1999).

Apesar de seu posicionamento, destaca que apresentou, à época (hoje arquivado), o “Projeto de Lei nº 3.578, de 2015, que ‘estabelece procedimentos, penalidades e controle judicial do uso de meios e técnicas sigilosos de ações de busca de informação pela atividade de Inteligência de Estado, no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência’”. Se, em termos principiológicos, o projeto caracteriza um avanço nas proposições de Controle da Atividade de Inteligência, na prática, incorria no risco de aprofundar as arbitrariedades dos SI.

Ainda que seja conhecido que as aprovações de propostas legislativas apresentem-se mais prováveis de serem aprovadas quando apresentadas de forma fragmentada, em virtude das lutas políticas no interior do parlamento, a apresentação de uma proposta de Controle que exclua a fase de Análise/Processamento das regulamentações e as ações de intervenção e contrainteligência, focando-se exclusivamente nas Ações de Busca, como era o caso, incorre no risco de criar uma ilusão de controle democrático, facilitando que os conhecimentos produzidos (e não os dados coletados/buscados) sejam usados livremente para a condução

² À similaridade da situação anterior, em virtude de se tratar do objeto de análise, as referências serão constantes neste trecho da pesquisa, optando-se por ocultar a forma padrão de referência “(CONGRESSO NACIONAL, 2015)” especificamente desse item para se evitar prejuízos à fluidez textual.

indireta dos rumos do país. Além disso, o texto centralizava as autorizações das ações de busca na figura de um juiz federal especializado do Distrito Federal.

Mais: o texto, em seu teor inicial, ainda que voltado à Inteligência de Estado, na figura da Agência Brasileira de Inteligência, poderia ser aplicado vastamente a todos os modelos de SI, ignorando as profundas discrepâncias entre eles e o imenso risco da mistura de ambos em uma conformação de Polícia Política, já vivida em tempos passados. O seu Art. 38 traz, explicitamente:

Art. 38. No enfrentamento a crimes ou ilícitos graves, o disposto nesta Lei aplica-se, no que couber, aos órgãos de inteligência de natureza executiva, como inteligência de segurança pública, inteligência ministerial, inteligência fiscal, inteligência penitenciária e inteligência de controle, no âmbito específico de suas atribuições e sujeitos às próprias limitações constitucionais e legais, inclusive quanto às respectivas reservas de jurisdição.

A proposta do texto, entretanto, ainda que interposto pela deputada comunista, fora “construída com contribuição destacada de especialistas da Associação Internacional para Estudos de Segurança e Inteligência (INASIS)”, instituição de formação em Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública originária, no Brasil, da Fundação Escola do Ministério Público de Minas Gerais (FESMPMG). O caráter ideológico da estrutura discursiva desses especialistas será estudado na sequência, uma vez que fizeram parte das audiências públicas e contribuíram com o Relatório de Atividades dois de seus membros.

No Relatório de Atividades 2015, são apresentadas sínteses das audiências públicas realizadas no ano a partir das Notas Taquigráficas das reuniões e com revisão e adaptação dos textos em vistas de sua adequação do modal oral para o escrito, fazendo com que análises linguísticas de ordem estritamente sintática nos trechos de discurso indireto tornem-se pouco fiáveis, justificando a busca por mais elementos de contexto para corroborar análises quando for o caso.

A primeira audiência pública (05/05/2015) foi “destinada a apresentar um panorama do Sistema Brasileiro de Inteligência em 2015”, tendo ocorrido em Brasília-DF, em 05/05/2015. O primeiro expositor, General José Elito Carvalho Siqueira do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), destacou que, em que pese a existência do SISBIN desde 1999, foi a partir de 2011 que o sistema vem sendo “executado de forma contínua”, referência essa às grandes operações integradas, que se subdividem em dois principais grupos: a) ações de

contrainteligência de subsídio a grandes eventos, como Jogos Mundiais Militares, Rio+20, Jornada Mundial da Juventude, Copa das Confederações; b) ações de segurança ambiental e territorial, de caráter executivo e militar, como a Operação Hileia Pátria da Amazônia, encabeçada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e as Operações Ágata.

A informação foi corroborada pelo Diretor-Geral da ABIN, Sr. Wilson Roberto Trezza, que destacou a ampliação de temas de interesse para cenários de Inteligência: “terrorismo, sabotagem, espionagem, desastres ambientais, na área da saúde, humana, animal ou vegetal, pragas, endemias, chegando a segurança das estruturas estratégicas, e também segurança pública, com crime organizado e sistema prisional de maneira geral”. Relativamente ao modo de operação da Inteligência e seus objetivos em grandes eventos, na audiência pública de 13/10/2015, Trezza afirma que temas principais são: a) segurança pública e sistemas de proteção das instalações para regiões dos eventos; b) retirada de comunidades para construção de instalações olímpicas; c) dinâmicas sociais dos movimentos paredistas e dos movimentos grevistas. Sobre esses últimos, adiciona que, por ocasião da Copa do Mundo de 2014 e da Copa das Confederações, todas as manifestações foram previstas, mapeadas e informadas com antecedência pela Inteligência.

Grandes eventos são atrativos para a realização de mobilizações sociais devido à visibilidade que o contexto impõe, escalando as possibilidades de atenção às reivindicações populares. A sensibilidade, entretanto, desses eventos legitimou a interpretação da realidade segundo premissas históricas de movimentos sociais enquanto inimigos internos do Estado, justificando o emprego da Inteligência para a manutenção da ordem civil, em especial nesse contexto. Assim, além das medidas de higienização social vinculadas à retirada de comunidades para a construção de instalações olímpicas, estiveram no enfoque o combate aos movimentos sociais de modo irrestrito, para assim garantir-se a ordem.

Esse modelo de coerção social fora reforçado pelo GSI General José Elito, “que afirmou ser necessário trazer a dinâmica do grande evento para o dia-a-dia, [...], levando os grandes eventos ocasionais a serem apenas continuidade do trabalho”. Apesar da concordância entre os dois Gen. José Elito e Trezza no aspecto de fortalecimento, centralização e ampliação das atribuições de Inteligência, não são dissolvidas as contradições existentes entre Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) que, dentre outras, remonta o conflito entre Inteligência Militar e Inteligência Civil, respectivamente.

O acirramento dos conflitos é reportada desde o início do governo da ex-presidenta Dilma Rousseff, quando já em fevereiro de 2011 veículos jornalísticos apontavam a existência de insatisfação por parte de grupo de servidores da ABIN (representados pela Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência, AOFI), em especial os concursados de carreira, não provindos de antigos SI como o SNI, em serem vinculados ao GSI e, portanto, sob o comando militar de José Elito. A vinda à público do conflito deu-se em carta aberta da AOFI à Presidência após a exigência do general, já nas primeiras reuniões, de que todos os relatórios do SI passassem por seu crivo antes de ganhar o SISBIN (NASSIF, 2011; AZEVEDO, 2011). Merece destaque, portanto, que o centro de poder informacional do SI resta sobre os relatórios, produzidos a partir do processo de Análise, muito mais do que a principal preocupação dos controles hoje instituídos: na fase de Busca e Coleta de dados.

No final de 2013, novamente a crise foi reportada, agora em relação à noticiada intervenção de José Elito na CCAI, exigindo que esta retirasse apoio à AOFI em um seminário sobre Inteligência de Estado que ocorreria a partir de iniciativa direta dos servidores, sem aval do general, o qual afirmou, à época, que, em matéria de Inteligência, “as coisas têm que vir de cima para baixo” (RODRIGUES, 2013). Esses eventos são indicativos de que modelos incipientes de Gestão Social, decorrentes de mobilização de grupo social (Oficiais de Inteligência da AOFI, no caso em tela), são cabíveis em um contexto de Inteligência, surgindo especialmente no campo de formação e pesquisa próprios, sugerindo uma alternativa conciliadora entre Inteligência e princípios democráticos de Controle Social. Tais possibilidades decorrem, portanto, da tomada de consciência das amarras de dominação hegemônica sobre classes de trabalhadores e formação de intelectuais naturais do contexto (GRAMSCI, 1999), como se delineou nesse conflito.

É natural dos discursos hegemônicos, em oposição aos discursos de dominação explícita e autoritários, que cedam em determinados aspectos menos essenciais com vistas à manutenção de um controle absoluto sobre o que é essencial, processo esse muitas vezes pouco compreendido em uma situação real (GRAMSCI, 1999). É na formação plural, interdisciplinar e crítica que, através da interpelação de diversos discursos originários de fontes alternativas, apresentem-se as contradições e a estrutura de funcionamento do discurso hegemônico. A triangulação das comunicações entre posições militares-conservadoras explícitas (na figura de José Elito), liberais-conservadoras implícitas (na figura de Trezza) e progressistas (na figura de Dilma) favorece essa análise.

José Elito e Trezza concordam com o fortalecimento e ampliação da capacidade e abrangência de atuação dos SI, configurando um ponto de adesão e cooperação de visões conservadoras e hierarquizantes, discurso hegemônico em Inteligência. Apesar disso, o método de garantia do controle adotado é diverso, gerando tensão entre militares e civis, posto que, para o primeiro deveria haver a revisão de todos os conhecimentos de modo centralizado, enquanto que o segundo prima pela autonomia institucional, mas não individual e coletiva. Assim, não se opera uma proposta de dissolução da concentração de poder, mas um conflito pelo controle desse poder.

A posição de Trezza, enquanto participante da classe que busca obter o poder em determinada situação, faz com que opere coalizões com outros atores do contexto (GRAMSCI, 1999), suspendendo temporariamente suas contradições para a formação de uma aliança contrária ao status quo (domínio militar da Inteligência). Nisso, Trezza agrega forças à AOFI, INASIS, CCAI, setores progressistas e a própria ex-presidenta Dilma. Essa tensão no sistema gera, em resposta, a compartimentação, pelo GSI, dos conhecimentos cujo fluxo natural se daria entre SISBIN e Presidência. A falta de comunicação, não comunicada, torna-se interpretável sob diversos prismas, caracterizando um evento de impermeabilidade, segundo as propostas comunicacionais de Watzlawick, Beavin e Jackson (1993).

Nesse contexto, ambos os atores civis se apresentaram duplamente vinculados. O duplo-vínculo caracteriza-se por uma relação hierárquica de dependência em que todas as ações que o indivíduo vinculado tomar são impossíveis ou inaceitáveis (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1993). Trezza e Abin, vinculados hierarquicamente ao GSI e sob premissas hegemônicas de Inteligência como sigilo, compartimentações, etc., não podiam vencer a estrutura hierárquica e compartilhar o conhecimento diretamente à presidência, restringindo suas ações a oferecer assessoramento (sem que isso pudesse chegar de modo inteligível à ex-mandatária, em virtude das mediações, como explícito em texto de Trezza em 2019, ao informar haver tentado sensibilizar outras autoridades sobre a importância da relação direta entre SI e Presidência (TREZZA, 2019)) e contribuir com o SISBIN, estrutura em mesmo nível hierárquico da própria ABIN.

Da mesma forma, em relação ao domínio informacional, o tomador de decisão tende a ser dependente dos SI quando os SI não são controlados difusamente por outros meios, a exemplo do Controle Social, não podendo ceder em todos os aspectos. Por essa dependência de recursos em relação ao meio militar, em especial pela incursão dos grandes eventos, a partir de 2011, como ficou claro nas audiências públicas da CCAI em 2015, a mandatária

restava vinculada ao poder do GSI. Vinda de um campo progressista, os combates aos movimentos sociais, ainda que contrários a seu governo, por haverem sido guiados por setores liberais em sua maioria a partir das Jornadas de Junho de 2013 (EUZEBIOS FILHO; GUZZO, 2018), tornaram o diálogo entre Presidência e SI ainda mais sensível, refletindo o afastamento progressivo até reforma ministerial (MATOSO; ALEGRETTI; PASSARINHO, 2015; DEMITIDO..., 2015).

Ao mesmo tempo, outro afastamento engendrado decorre do dogma da Inteligência enquanto indispensável na produção de conhecimento estratégico: em diversos campos à época, os processos de análise de conjuntura, conhecimentos e formação de cenários através dos conselhos e assembleias (a exemplo do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, CDES) tornaram-se especialmente adequados no subsídio à tomada de decisão, configurando um modelo apto a competir em poder, porém de modo compartilhado, com a Inteligência, notadamente à respeito de seus setores de Análise e Processamento.

Enquanto a visão de Elito percebe o poder da Inteligência e a usa em favor de sua ideologia, Trezza ignora o risco associado a esse poder, acreditando que o SI não influencia no processo decisório e que não poderia vir a se tornar autônomo e autoritário, estando sua atuação reproduzida tal qual o texto da lei, desprezando a complexidade da realidade, como quando postula em seu texto em 2019: “a ABIN não é um ente autônomo, livre para decidir, por sua conta e risco, como, quando e em que nível deve prover suas necessidades ou redefinir atribuições, à revelia das demandas do Estado e do ordenamento jurídico” (TREZZA, 2019). No relatório da CCAI, isso é reforçado, também, ao compreender a possibilidade de uma posição apolítica, como quando o texto relata que “O Diretor-Geral frisou a posição apolítica e apartidária da ABIN, como organização que possui valores institucionais consolidados e competência para exercer o trabalho de inteligência no Brasil”. Essa visão linear e dogmática é especialmente explícita em seu último parágrafo do texto publicado em rede, o qual se transcreve na íntegra:

Num Estado Democrático de Direito, a inteligência SEMPRE será parte da SOLUÇÃO, e não do problema. Há que confiar nas palavras do atual presidente da República, segundo as quais, sob o seu governo, a inteligência de Estado contará com a atenção e o suporte necessários para que atenda aos desafios impostos ao novo Brasil que todos almejamos ver emergir. (destaque nosso)

Na audiência pública de 14/07/2015, os presentes foram Edmar Furquim Cabral de Vasconcellos Júnior, Oficial de Inteligência da ABIN, Denilson Feitoza Pacheco, Presidente da INASIS e Joanisval Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado Federal especializado em Inteligência e Controle da Atividade de Inteligência e, também, com vínculo com a INASIS. Como temática, a audiência visou discutir a reforma da legislação brasileira de Inteligência.

O primeiro expositor, em sua fala: a) criticou o comportamento do governo brasileiro no plano político internacional na integração sul-americana, o que chamou de demagógica e de base ideológica; b) defendeu que “não existe Inteligência sem sigilo”, que “a ABIN não é um órgão secreto, mas desenvolve atividades secretas” e, em vista disso, seria desejável, para seu fortalecimento, uma definição mais precisa de “técnicas e meios sigilosos”; c) elencou como prioritários os temas: constitucionalização da Inteligência, proteção ao profissional de Inteligência, elaboração de Lei Orgânica da Atividade de Inteligência e criação de normas legais e infralegais de suporte.

Em sua argumentação, a constitucionalização decorreria de paralelismo com demais órgãos e instituições de segurança pública e de defesa, todos previstos constitucionalmente. Nisso, fica evidente a busca, perante o corpo político e legislativo, de correlações de forças para equiparar-se a outros órgãos coercitivos do Estado, com maior destaque popular.

Da parte de legislação de suporte, sugeriu alteração na Lei nº 8.745/1993 com vistas a possibilitar a contratação temporária de pessoal para os SI. Incorre destacar que esse modelo está baseado nos moldes da cartilha norte-americana, já apresentada como referência para a Inteligência brasileira sob diversos aspectos, em que é possível o recrutamento de qualquer cidadão com conhecimentos necessários à atividade de Inteligência para a prestação de serviços ou incorporação ao quadro. Se por um lado o modelo pode cooperar para o incremento do poder dos SI, por outro aprofunda um desafio ao controle já existente no modelo brasileiro.

Em que se pese a argumentação de que a Inteligência brasileira diferencia-se substantivamente de outras pela existência de concurso público para os quadros da ABIN, fazendo com que o processo de seleção torne-se mais objetiva e transparente, cabe recordar que essa agência compõe apenas o organismo central do SISBIN, sendo a Inteligência Brasileira formada por uma variedade de órgãos através de seus subsetores de Inteligência. Tanto nos campos militares, quanto nos demais órgãos civis, cada qual com seu modelo interno de seleção, a formação de quadro específico para os setores de Inteligência segue

premissas subjetivas, estando a “confiança” como o principal requisito para o ingresso na atividade (OLIVEIRA, 2018). Sendo a confiança decorrente de laços emocionais e históricos de reforçamento entre indivíduos, a seleção baseada nesse constructo favorece o faccionismo na organização, padronizando e uniformizando as visões de mundo dentro do SI.

A isso soma-se que as principais escolas de formação em Inteligência são militares, à exceção da Escola de Inteligência da ABIN (ESINT/ABIN), que, conforme já demonstrado, em muito compartilha da visão hegemônica centralizadora de Inteligência. Para tanto, estando cerceadas em sua maioria as possibilidades de inclusão, pluralismo e participação dentro dos contextos de formação de Inteligência e de seus quadros, ficam também limitadas as possibilidades de desenvolvimento de uma pedagogia crítica, que leve seus trabalhadores a constituírem-se enquanto intelectuais naturais (GRAMSCI, 1999), percebendo seu espaço e seu contexto de modo crítico e consciente, operando em prol da superação da alienação de toda a coletividade.

O segundo expositor, Denilson Feitoza Pacheco, postula inicialmente que o Brasil precisa superar o trauma histórico em relação à Inteligência para que se realize todo o necessário em relação ao serviço. Em sua avaliação, isso decorre do fato de que os perseguidos no regime militar, tornando-se “vencedores”, são os principais responsáveis por sustentar essa cultura. Em sua avaliação, a extinção da Inteligência no período que se seguiu fora um dos maiores erros estratégicos cometidos no país. Na sequência, tomando de exemplos explícitos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, afirma que “não há, no mundo, um único país desenvolvido, democraticamente forte, que não tenha um serviço de Inteligência forte”. Em seu discurso, portanto, fica evidente a lógica da rivalidade enquanto condicionante para a legitimação da Inteligência e o objetivo de fortalecimento acrítico da Inteligência.

A concepção de democracia adotada -- a liberal -- fica evidente quando discute a função legislativa para suporte aos SI. Em seu argumento, informa que “todas as ações realizadas pelos Estados Unidos possuem base legal: os procedimentos são amparados por leis aprovadas pelo Congresso, democraticamente”. Assim, apenas o processo político formal no legislativo, em uma lógica de democracia enquanto meramente predomínio das vontades quantitativamente majoritárias, seriam suficientes para a garantia de uma democracia forte. Essa perspectiva, entretanto, guarda relação com modelos superficiais, tal qual a democracia burguesa ou liberal (SANTOS, 2016).

Na sequência de sugestão de modelos, que também acabam por declarar alinhamentos ideológicos e hegemônicos, expõe os trabalhos de “boas práticas” de Inteligência a partir de referências do parlamento europeu.

O terceiro expositor, Joanisval Gonçalves, inicia sua argumentação em defesa da legitimidade dos SI postulando que: a) diversos atores não estatais atuam além de suas fronteiras para reunir o máximo de informação sobre pessoas, organizações e governos e influenciá-los conforme seus interesses; b) essa realidade é praticada tanto por grandes potências quanto Estados menores; c) a Inteligência sempre esteve presente e, “por dedução lógica”, sempre estará.

Percebe-se que seus argumentos se alinham, em estrutura, à justificação iniciada na Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência (DNAI), usando por referência o contexto de rivalidade externa e os recursos genéricos e totalizadores: eventos que ocorrem em todos os espaços e em todas as épocas com todos os atores, criando um clima de determinismo inevitável. A funcionalidade dessa estrutura enquanto sistema total é a de legitimar-se e justificar-se a si mesmo, em um argumento tautomérico/circular, marcado pelo “por dedução lógica”: partindo-se de um ponto, em percurso circular, chega-se ao mesmo ponto ($A \rightarrow A$). À continuação, repete que Inteligência e democracia são plenamente compatíveis, consoante “não existe democracia que subsista sem serviços de Inteligência que sejam eficientes para proteger o Estado e a sociedade”. Da parte dos desafios, postula: a) os entraves à integração e cooperação como problema, em um percurso discursivo que se ilude com a possibilidade de extinção das contradições; b) a ausência de uma autoridade central que coordene os diversos segmentos, reproduzindo o discurso centralizador; c) ausência de legislação que dê respaldo ao pessoal de campo, reforçando o direcionamento da atenção às operações.

Assim, evita que o foco se estabeleça no controle da Análise e Difusão de Conhecimentos, elementos da Inteligência que guardam maior poder de intervenção nos processos decisórios. Esses entraves, apresentados em sua forma negativa, são novamente retomados enquanto sugestões em sua forma positiva na sequência, destacando-se o vazio argumentativo em torno das possibilidades de legitimação dos SI, cujos discursos baseiam-se na repetição dogmática de prescrições do modelo-cartilha norte-americano.

Ao final das exposições, a presidente da CCAI, deputada Jô Moraes pondera sua preocupação com a Inteligência Privada. Isso destaca a sua percepção dos SI enquanto processo e, assim sendo, como ferramentas institucionais intervenientes nos jogos de poder e tomada de decisão, a despeito das estruturas administrativas a que se vinculem. A resposta,

de Denilson Feitoza Pacheco, resume-se a ponderar que do ponto de vista acadêmico, a Inteligência privada ou empresarial sequer é considerada Atividade de Inteligência.

Esse seu posicionamento evasivo parece justificar-se sistemicamente a partir do momento que as grandes corporações privadas são as detentoras principais do ferramental tecnológico para execução em larga escala das ações de Inteligência, vinculando hoje os Estados a seus interesses econômicos. Nesse sentido, qualquer tentativa de regulá-las ou limitá-las o poder seria percebido como ofensa a tais interesses, poder contra o qual não se considera possibilidade de luta.

Assim, interessa aos SI formais, de Estado, apenas o seu próprio fortalecimento para obtenção de poder perante o corpo social, sem se indispor com o corpo econômico. O Estado, portanto, ao escusar-se de mediar a relação entre mercado e sociedade, limitando as ações do primeiro, favorece-o. Esse sistema de funcionamento estaria no intercepto entre dois modos de funcionamento do Estado em que ele se subordina aos interesses do capital, situações essas chamadas por Boaventura Souza Santos (2016) de Estado Paralelo e Estado Heterogêneo.

Os riscos da operação livre do mercado e os seus métodos de cooptação do ideário social através simplesmente da modelação de discursos e comportamentos, gerando risco inclusive para a soberania do poder imperial totalizador, fora tratado já em 1724 por Ivan Pososhkov, que, usando-se de informações coletadas por fontes humanas nos exércitos russos à época sobre o início das relações entre comerciantes, camponeses e militares, recomendou ao Czar que coibisse as práticas mercantis com vistas ao lucro, subordinando a economia ao império através da força, condenando os seus praticantes, posto que, doutra forma, tornar-se-ia uma força incontrolável (ПОВОШКОВ, 1951).

Joanisval Gonçalves, em suas colocações finais, afirma entender pouco importante o debate em torno da vinculação da ABIN, civil, ao GSI, sob comando militar, sendo relevante “um corpo técnico preparado, com boa formação doutrinária”. Sendo a formação doutrinária baseada em princípios similares entre civis e militares, como ficou evidenciado na análise da DNAI publicada posteriormente, de fato o debate torna-se menos importante. Pelo contrário, sendo o objetivo final o fortalecimento acrítico da Inteligência, minorar tal conflito e suas contradições importa uma condicionante liberal que oferece o caminho para operar cooperativamente em prol desse fortalecimento, sem que se acompanhe o controle social efetivo, que é baseado na pluralidade e, com isso, nas suas contradições. Essa ilusão de

cooperação sem contradições é, portanto, contrária a propostas de Desenvolvimento Local (FROEHLICH, 1998)

Na quarta audiência pública (10/11/2015) importa destacar duas principais contribuições, tendo em vista seu caráter essencialmente reprodutor dos debates da segunda. A abertura deu-se com o Senador Cristovam Buarque, à época pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT e hoje filiado ao Cidadania, que “destacou que o acesso à informação, com CERTO controle ético, é cada vez mais IMPRESCINDÍVEL para um bom governo. Lamentou que o Brasil, por TRAUMA do passado de ditadura, RENEGUE de alguma forma essa IMPORTÂNCIA” (destaques nossos). O discurso remonta os dogmas de imprescindibilidade e importância, usando do recurso a referências emocionais (TRAUMA e RENEGAR) para desvalorizar o raciocínio dos discursos que observam risco nos SI. Pautada na extrema dualidade emoção vs. razão, também já superada (AMBROS, 2011), em que a emoção é desvalorizada perante a razão nos processos decisórios, os SI apresentam-se como a solução racional perante seu par opositor: os indivíduos emocionalmente traumatizados. A separação torna-se marcada em relação ao espectro político-econômico, tal qual vem sendo apresentado: de um lado, os SI, associados às forças racionais, liberais, conservadoras, ordeiras, ideologias compartilhadas pelo senador; doutro, as forças progressistas com propostas descentralizadoras, desburocratizadoras, não-hierárquicas e democráticas com as quais os SI engendram sérias incompatibilidades.

Na sequência, o expositor Luciano Jorge, representante da AOFI, em que se pese os conflitos supracitados da ordem da gestão (militares vs. civis), coincide no discurso econômico-liberal direcionador da Inteligência. Sobre isso, por exemplo, destaca como objetivo básico da Inteligência: “melhorar a qualidade do planejamento estatal; e otimizar recursos humanos, financeiros, materiais e temporais da sociedade e do Estado”, dizendo ainda que “investir em inteligência implica uma economia imediata de recursos”. Assim, seu discurso apresenta-se interpelado pelo discurso econômico de austeridade como argumento primeiro e legitimador do fortalecimento dos SI.

O Relatório de Atividades 2015, para além das atividades públicas realizadas, apresenta conteúdo teórico adicionado pelo consultor Joanisval Brito Gonçalves, também integrante da INASIS, intitulado “O Controle da Atividade de Inteligência: desafios para o parlamento”, que também foi objeto de estudo e merece considerações. Joanisval Gonçalves participou da segunda audiência pública, tendo sido já seu discurso, na forma indireta, objeto

de apreciação. Agora, partir-se-á à sua análise em forma direta, uma vez que é autor desse texto.

Na apresentação do panorama da atividade, os discursos de imprescindibilidade e as referências a campos semânticos surgem, novamente, de imediato: “não existe democracia desenvolvida no mundo que não disponha de serviços secretos EFICIENTES, EFICAZES e EFETIVOS” (destaque nosso) e “nações que buscam ocupar papel de destaque no cenário internacional precisam de serviços de inteligência de qualidade”. Cabe o debate sobre o destaque desejado, fazendo com que a proposta de matriz macroeconômica a ser adotada influencie diretamente nesse destaque: uma lógica neoliberal, como vem se desenhando o discurso hegemônico nos principais pensadores dentro dos SI segundo este estudo, pressupõe o crescimento com concentração, tendo nas liberdades individuais de exploração o seu foco e, associado a isso, uma pedagogia que privilegia a formação em valores para tal lógica; a opção contra-hegemônica, proposta pelas articulações da pedagogia crítica, envolvem um arcabouço axiológico diverso e foco nos direitos coletivos e na redução das desigualdades (COELHO; BARBOSA, 2017).

Relativamente à questão específica do controle, a estruturação usada ocorre em uma formulação enquanto questionamento, conforme se segue: “ORA, então, se os serviços secretos lidam com tanto poder e são importante instrumento A SERVIÇO DO ESTADO (E, EM DEMOCRACIAS, DA SOCIEDADE,) como evitar que, em regimes DEMOCRÁTICOS, esses serviços extrapolem suas funções, acumulem significativo poder e cometam arbitrariedades contra aqueles que deveriam defender? A resposta está EXATAMENTE no estabelecimento de RÍGIDOS MECANISMOS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, tanto INTERNOS quanto EXTERNOS” (destaques nossos).

Nesse trecho, a interjeição “ORA” inicial, para além de uma introdução de um questionamento, opera em conjunto com o advérbio “EXATAMENTE” da resposta formando um par que minora a problemática em torno da questão postulada, apresentando-a como problema de pouca relevância, de simples solução, tornando a pergunta em formato retórico. Ocorre que a noção de democracia profunda contrasta com a lógica de rigidez dos mecanismos institucionais, inclusive os de fiscalização e controle, não se adequando à classificação interna/externa, uma vez que são sociais e amplos. Assim, entende-se prevalecer a noção de democracia liberal do autor na sua formulação. Do lado persuasivo, a repetição próxima do radical “democr.” em “DEMOCRacias [...] DEMOCRáticos” aponta

a necessidade de reafirmar esse elemento como caráter intrínseco e plausivelmente compatível com os SI.

Do ponto de vista da estrutura interna do questionamento, há também um axioma: de que os SI estariam imediatamente a serviço do Estado e, em [supostas] democracias [liberais] da sociedade, ignorando que a realidade formal postada em forma de texto frio da lei, nas coalizões de forças institucionais, podem não se confirmar, fazendo com que, na prática, os SI estejam, de fato, a serviço de outros interesses. Mesmo os interesses de Estado e da Sociedade, por vezes, contrastam entre si, uma vez que tais entidades se triangulam com os interesses do Capital (SANTOS, 2016), não havendo que se falar em uma unidade Estado-Sociedade em democracias liberais.

Suas estratégias discursivas, também nesse texto, pautam-se nos recursos autorreferenciais e emocionais, em que o SI é pensando em um sistema fechado, o que não se verifica na prática, uma vez que a realidade hoje pode ser abordada em sua complexidade, cujo paradigma prevê pensá-la enquanto sistema aberto. Um exemplo é o recurso “enquanto houver seres humanos sobre a face da terra”, para o qual não há possibilidade de outra organização histórica e cultural uma vez que dependem dos seres humanos para tal e, ainda, montando um cenário apocalíptico para a condição de existência sem os SI.

Especificamente sobre o controle, ainda que apresente como primeira informação a de que “um dos fundamentos do regime democrático é o controle popular (direito ou indireto)”, em sua explanação sobre controles não adota essa concepção, preocupando-se com a separação entre controle interno e externo, cujos responsáveis são órgãos do próprio Estado, afastando a figura popular desse controle, que apenas poderia ser inferida através da lógica da representação, problemática em diversos aspectos (FALCÃO, 2014).

Sobre os objetivos do controle, a evitação de abusos surge como tema, ganhando menor destaque na construção frasal proposta pelo autor. Em lugar disso, e com a expressão interjetiva “e isso é muito importante”, enfoca na proposta de “modificar sua cultura organizacional e a percepção que a sociedade civil em geral tem dessas instituições, de seus agentes e da atividade que exercem”. Logo, a proposta primeira é a de legitimação do serviço em meio ao discurso social, garantindo-lhe mais oportunidade de agir e seu fortalecimento. Em retomada, apresenta que “o controle da atividade de inteligência compreende mecanismos legais que estabeleçam as diretrizes e os limites para a atuação dos serviços secretos e, também, instituições competentes para o exercício desse controle”. Como se pode perceber, em que pese a apresentação inicial sobre “controle popular”, ele não aparece

aplicado ao “controle da atividade de inteligência”, uma vez que esse está voltado especificamente para o controle externo (através das instituições para tal) e exclusivamente com embasamento jurídico explícito (mecanismos legais), ignorando outras possibilidades de controle social e mecanismos que extrapolam os limites do direito positivado.

Na sequência do texto, volta a resgatar o objetivo de inteligência “eficaz, eficiente e efetiva”, bem como a reforçar exclusivamente o papel do controle externo e da CCAI. Apesar disso, a função efetivamente realizada pela comissão é apresentada como a de “levantar ALGUNS véus e mostrar ao Parlamento e à sociedade brasileiros a IMPORTÂNCIA DA INTELIGÊNCIA e de seus mecanismos de controle”. Logo, a função própria do controle, de verificar e atestar a adequação da AI aos interesses coletivos, não é mencionada.

Nas conclusões, a formulação “enquanto houver seres humanos na face da terra” é repetida. Juntamente, a imprescindibilidade dos SI é apresentada explicitamente em ambos os parágrafos dessa porção textual. Sobre os próximos passos, aponta que a urgência das reformas na legislação serve para que “sejam POSTOS DE LADOS preconceitos e o desconhecimento sobre a atividade de inteligência EM UMA DEMOCRACIA” (destaques nossos). Essa afirmativa indica um tratamento aos preconceitos que envolve um ignorar e silenciar das preocupações e medos em torno dos SI, não se adequando a uma proposta inclusiva e pluralista, capaz de acolher em sua integralidade o sujeito e, assim, compreender e superar seus preconceitos, caso em que se afasta de uma pedagogia crítica.

Mais: o núcleo adverbial estabelece uma delimitação sobre a atividade de inteligência a ser conhecida: apenas a parcela que estaria congruente com uma democracia. Sendo a proposta de democracia construída a liberal, a proposta seria fazer conhecer o lado “eficaz, eficiente e efetivo” da Inteligência, ignorando os seus riscos, posto que posturas autoritárias não fariam parte da “inteligência em uma democracia”. Não à toa, a assertiva que se segue aponta essa preocupação exclusiva e urgente com a eficácia, apelando novamente ao emocional: “caso contrário, o Brasil E OS BRASILEIROS estarão VULNERÁVEIS a quem atua em inteligência com PROFISSIONALISMO” (destaques nossos).

No último parágrafo, propõe à CCAI a função de orientar, corrigir e fiscalizar os SI brasileiros. Sendo a CCAI dependente, como se mostrou, da orientação dos próprio SI, orientá-los torna-se tarefa absurda, sugerindo que a CCAI possa ela mesma ser orquestrada a dar mera aparência de controle ao SI.

O fechamento se dá com a máxima de Thomas Jefferson “o preço da LIBERDADE é a eterna VIGILÂNCIA”. Vigilância, no contexto de Inteligência e Controle, acaba por dotar-se de

um efeito polissêmico, podendo-se referir: a) Poder Legislativo atuante (eterna vigilância) para evitar inteligência usada contra cidadãos (liberdade individual, um direito negativo); b) Inteligência forte (eterna vigilância) para evitar inteligência adversa (liberdade do Estado enquanto soberania).

Essa polissemia, entretanto, traz para primeiro plano o fortalecimento da Inteligência mais do que o controle, uma vez que se estabelece em coordenação com o par opositor de adjuntos dos núcleos do sujeito e do predicado: “preço” e “eterna”. Enquanto a liberdade é pagável, por possuir preço, a vigilância (Inteligência), é impagável, posto que é eterna, agregando-se o campo semântico de infinitude, impossibilidade etc. Cabe recordar a estrutura de hipervalorização do conceito de “vigilância” na DNAI, em que fora extirpada de seu caráter potencialmente coercitivo e dominador.

3.5. Conclusões

Vários são os discursos que interpelam os textos-base da formação doutrinária em Inteligência, sendo possível identificar pontos de contato e semelhança com discursos ideológicos consolidados em diversas ordens sociais. Usando-se da Análise de Discurso Crítica proposta por Fairclough (2001; 2012) na Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência e no Relatório de Atividades 2015 da Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência, foram encontrados elementos discursivos recorrentes que merecem destaque.

Um primeiro grupo decorre do contexto e estrutura de justificação dos serviços de Inteligência: baseados na rivalidade livre e na hierarquia, guarda semelhanças importantes com discursos ultraliberal e conservador, respectivamente, referindo-se e valorando-se positivamente, os argumentos de desempenho quantitativo (eficácia, eficiência e efetividade), da gestão centralizadora e da vigilância e dominação sobre o mais amplo corpo de atores possível para maximizar tais resultados.

A essas duas principais classes de pensamento corroborou uma perspectiva epistemológica radicalmente positivista, que acredita na possibilidade de acesso a uma única verdade absoluta, a parâmetros de correção de avaliação da realidade, à extrema segregação analítica entre construtos, caracterizando marcas dicotômicas e lineares (emoção vs. razão; intuição vs. cognição; empiria vs. raciocínio; etc.).

Um segundo grupo decorre das estratégias argumentativas de preferência, com forte presença de: a) argumentos circulares ou tautoméricos, que iludem, com a alternância de significantes e estruturas sintáticas, uma linha de justificação, quando na verdade apenas repetem informação conhecida dogmaticamente ($A \rightarrow A$); b) apelos emocionais e exemplificativos a sentidos comuns que reproduzem um discurso hegemônico, a exemplo de referências apocalípticas (discurso bíblico) como “enquanto houver homens sobre a face da terra” e tomada dos Estados Unidos como democracia forte e consolidada, reproduzindo o discurso de superioridade dos padrões liberais de democracia.

No plano contextual, chamou especialmente à atenção o alto grau de concordância e consensos existentes em torno dos Serviços de Inteligência, em que se pese a coexistência conflituosa de vários atores com percursos históricos, culturais e ideológicos eminentemente divergentes, a exemplo do conflito estabelecido sob vários ângulos envolvendo GSI, ABIN, AOFI e PR. No plano político, a marca profunda de aparentes consensos indica a ocultação de uma série de dissensos inevitáveis, traço essencial de qualquer sociedade pluralista, inclusiva e profundamente democrática (MOUFFE, 2016).

Estando configurada a relação entre Serviços de Inteligência e Democracia como um duplo-vínculo, a proposta de elucidar os discursos de Inteligência e seus discursos interpelantes coube, objetivo essencial do artigo, como um processo de metacomunicação sobre a situação conflituosa posta, acreditando-se, assim, ter sido possível colaborar com o desvelamento de uma série de dissensos ocultados nesse diálogo.

3.6. Referências

AMBROS, Christiano Cruz. Análises de Inteligência: ambiente, percepção, emoção e neurociência. IN: CEPIK, Marco (org.). **Inteligência governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos**. 1. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011, p. 233-269.

ÁVILA, Fabrício Schiavo. Inteligência e Dissuasão: IMINT e Legitimação. IN: CEPIK, Marco (org.). **Inteligência governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos**. 1. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011, p. 185-203.

AZEVEDO, Reinaldo. **Abin repudia controle militar em carta a Dilma e rejeita ser “Tropa do Elito”**. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/abin-repudia-controle-militar-em-carta-a-dilma-e-rejeita-ser-8220-tropa-do-elito-8221/>>. Acesso em 15 dez 2019.

BRASIL. **Decreto nº 8.793, de 29 de Junho de 2016**. Fixa a Política Nacional de Inteligência. Brasília, 2016b.

- BRASIL. **Portaria nº 244-ABIN/GSI/PR, de 23 de Agosto de 2016.** Aprova os Fundamentos Doutrinários da Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência. Brasília, 2016a.
- BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. (Org.). **O público não-estatal na reforma do Estado.** Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 15-48.
- CARRA, Marcos. Teoria dos Jogos e Inteligência. IN: CEPIK, Marco (org.). **Inteligência governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos.** 1. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011, p. 205-232.
- CEPIK, Marco. Sistemas nacionais de inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual. **Dados**, v. 46, n. 1, p. 75–127, 2003.
- COELHO, Olivia Pires; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. anarquismo e descolonização: possibilidades para pensar a infância e sua educação. **Childhood & Philosophy**, v. 13, n. 27, p. 335–352, 2017.
- CONGRESSO NACIONAL. **Mensagem nº 198 de 2009-CN (nº 997/2009, na origem).** Brasília, 2009.
- CONGRESSO NACIONAL. **Relatório de Atividades 2015:** Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Brasília, 2015.
- DEMITIDO por Dilma, general reclama da reforma. 2015. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20151004050635/http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/rebaidado-por-dilma-general-reclama-da-reforma>>. Acesso em 15 dez 2019.
- DÍAZ, Esther; RIVERA, Silvia. La actividad científica y su insoportable carga ética, IN: DIÁZ, Esther. **La posciencia** – el conocimiento científico en las postrimerías de la modernidad. Buenos Aires: Biblos, 2007. Pags. 369-381.
- EUZEBIOS FILHO, Antonio; GUZZO, Raquel Souza Lobo. A conjuntura após junho de 2013: olhares cruzados sobre participação política e resistência. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 159-168, 2018.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis.** 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/3791325/Critical_discourse_analysis_2012_>. Acesso em 15 dez 2019.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Editora UnB: Brasília, 2001.
- FALCÃO, Emmanuel Fernandes. **Extensão popular:** caminhos para a emancipação. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7753> . Acesso em: 13 ago. 2019.
- FROEHLICH, José Marcos. O “local” na atribuição de sentido ao desenvolvimento. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 94, maio/dez., 1998, p. 87-96. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/283/235>>. Acesso em 19 maio 2018.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de Inteligência e Legislação Correlata**. Niterói: Ímpetus, 2016.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Políticos e Espiões: o Controle da Atividade de Inteligência**. Niterói: Ímpetus, 2019.

JONES, Jennifer Morgan. Is Ethical Intelligence a contradiction in terms? IN: GOLDMAN, Jan (Ed.), **Ethics of Spying: A Reader for the Intelligence Professional**- vol. 2. Lanham, Maryland, Toronto, Oxford: The Scarecrow Press, Inc., 2006.

KOCH, Ingedor Grünfeld Villaça Koch. **Introdução à linguística textual**. Ed. Martins Fontes: São Paulo, 2004.

MACHADO, Jussara de Oliveira. Inteligência e Ciberespaço: desafios do Século XXI. IN: CEPIK, Marco (org.). **Inteligência governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos**. 1. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011, p. 271-317.

MATOSO, Filipe; ALEGRETTI, Laís; PASSARINHO, Nathalia. **Dilma anuncia reforma com redução de 39 para 31 ministérios**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/dilma-anuncia-reducao-de-39-para-31-pastas-na-reforma-ministerial.html>>. Acesso em 15 dez 2019.

MORAES, Luana Aparecida; NADAL, Beatriz Gomes. Educação anarquista: contribuições para a escola e uma educação autêntica. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 17, n. 4, p. 1078–1095, 2017.

MOREIRA, Vivianne de Castilho. **Leibniz e a Linguagem**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2005.

MOUFFE, Chantal (org.). **Desconstrução e Pragmatismo**. Mauad X: Rio de Janeiro, 2016.

NASSIF, Luis. **A crise entre Abin e o general José Elito**. 2011. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/politicas-sociais/seguranca-politicas-sociais/a-crise-entre-abin-e-o-general-jose-elito/>>. Acesso em 15 dez 2019.

OLIVA, Alberto. **Anarquismo e Conhecimento**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Marcel Carrijo de. A Confiança como Requisito para a Gestão de Segurança em Organizações de Inteligência de Estado. **Revista Brasileira de Inteligência**, n. 13, 2018.

PACHECO, Denilson Feitoza. **Inteligência, Segurança e Direito: Políticas e Operações de Inteligência**. Belo Horizonte, 2012.

RODRIGUES, Fernando. **Agentes da Abin organizam seminário e protestam contra atuação do GSI**. 2013. Disponível em: <<https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2013/12/03/agentes-da-abin-organizam-seminario-e-protestam-contratuacao-do-gsi/>>. Acesso em 15 dez 2019.

SAMAYA, Juan. Aportes de la metodología a la reflexión epistemológica, IN: DIÁZ, Esther. **La posciencia** – el conocimiento científico en las postrimerías de la modernidad. Buenos Aires: Biblos, 2007. Pags. 151-183.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. Boitempo: São Paulo, 2016.

SILVA, Igor Castellano da. Reforma da Inteligência na RDC: direitos individuais e construção do Estado. IN: CEPIK, Marco (org.). **Inteligência governamental**: contextos nacionais e desafios contemporâneos. 1. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011, p. 115-148.

TREZZA, Wilson. **Inteligência ‘derretida’ ou em consolidação?** 2019. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/intel/noticia/31817/Wilson-Trezza---Inteligencia-'derretida'-ou-em-consolidacao-/>>. Acesso em 15 dez 2019.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. (1967). **Pragmática da Comunicação Humana**: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. Trad. Álvaro Cabral. 7-8-9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

ПОСОШКОВ, Иван Тихонович. **Книга о скудости и богатстве** (1724). Moscou, 1951. Disponível em: <<http://reosh.ru/wp-content/uploads/2017/01/ПОСОШКОВ.pdf>>. Acesso em 15 dez 2019.

— Está tudo acabado! — disse o gato com voz fraca, e estendeu-se languidamente na poça de sangue. — Afastem-se de mim por um segundo, deixem eu me despedir da terra. Oh, meu amigo Azazello! — gemeu o gato, esvaindo-se em sangue. — Onde está? — O gato dirigiu seus olhos que se apagavam para a porta da sala de jantar. — Você não veio em meu socorro no momento de uma batalha desigual. Você abandonou o pobre Behemoth, trocando-o por um copo, é bem verdade, de um conhaque muito bom! Pois bem, que a minha morte fique na sua consciência.

O Mestre e a Margarida, Mikhail Bulgákov

4. CAPÍTULO 3: Pedagogia Crítica: o uso de simulação para a formação de Analistas de Inteligência

Rafael Gonzaga Muller – Centro Universitário Una

Frederico de Carvalho Figueiredo – Centro Universitário Una

4.1. Introdução

A educação, em sentido amplo, comporta suas modalidades formais e informais e dá-se nos mais diversos ambientes, havendo inclusive aqueles que defendem que a educação, propriamente dita, é função precípua da sociedade, restando aos ambientes escolares formais apenas o ensino e a reprodução de estruturas sociais hierarquizadas e alienadoras (TRAGTENBERG, 2012). Se a mudança dos Serviços de Inteligência a partir de sujeitos internos ao setor impõe barreiras em decorrência da estrutura ideológica dos discursos formativos, uma proposta que surge é a complementação da formação crítica em projetos de extensão em ambientes propícios para tal.

Nesse sentido, como produto técnico do mestrado profissional em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento do Centro Universitário Una, foi desenvolvida uma metodologia de simulação de missão de Inteligência a ser aplicada com pesquisadores, profissionais e estudantes e interessados na área de Inteligência e correlatas. Seu modelo e estrutura foram pensados a partir das experiências do Grupo de Estudos e pesquisa em Serviços de Inteligência, Legitimação Democrática e Desenvolvimento Econômico e Social (Gesilddes) dentro do Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e à Administração da Justiça do Departamento de Direito do Trabalho e Introdução ao Estudo do Direito (Prunart) da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O presente artigo tem por objetivo, portanto, descrever metodologia de simulação de missão de Inteligência como suporte à aprendizagem crítica para grupos de estudantes e pesquisadores da área. Para tanto, no primeiro tópico será apresentado uma contextualização sobre o grupo em que a proposta surgiu, com destaque para os debates centrais envolvendo a problematização da condição dos Serviços de Inteligência e suas relações com a democracia.

Na sequência, será apresentada a metodologia integradora de simulação proposta, a qual apresenta como principal potencial o trabalho sobre diversos aspectos problematizáveis dentro dos contextos de Inteligência.

4.2. Contextualização

Os estudos ao longo do segundo semestre de 2019 do Gesilddes consistiram em reflexões críticas a respeito das nuances em torno da legitimidade democrática da Atividade de Inteligência e suas relações com desenvolvimento econômico e social. O enfoque adotado foi especialmente o comparativo e com foco no controle social dos Serviços de Inteligência (SI) e busca por soluções locais.

A perspectiva comparada e o empenho epistemológico da teoria crítica trazidos pela proposta de controle social fortalecem o desenvolvimento da perspectiva crítica que, dentre outros elementos, destaca-se pela fusão entre teoria e prática. Nessa abordagem, a teoria de fundo realista que explica o funcionamento das coisas como são se une à lógica idealistas de como deveriam ser, fazendo com que sua proposição, em conjunto e comparada, permita o estudo aprofundado das barreiras existentes na atualidade que impedem a prática de concretizar-se para o ideal (NOBRE, 2004). Essas barreiras, facetas do real e, portanto, objeto da ciência, assumem uma posição de centralidade em uma abordagem histórica e social de tais problemas, permitindo a agregação e coordenação de uma multiplicidade de saberes de modo interdisciplinar em um mesmo espaço e discurso.

Como temas e subtópicos propostos para os trabalhos do grupo estiveram:

Serviços de Inteligência: contextos, desafios, origens, lógica de expansão, configuração atual;

Ética, Moral, Normas, Filosofia e Justiça nos Serviços de Inteligência: sigilo e acesso à informação, relações entre corpos civil e militar, controle e supervisão dos SI, paradoxos éticos, epistemologia e complexidade;

Inteligência, Geopolítica e Relações Internacionais: Rússia, Índia, China, África do Sul, Nigéria, República Democrática do Congo, Países Africanos de Língua Portuguesa (Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique), Portugal, Colômbia e Inteligência de organismos internacionais (Organização das Nações Unidas – ONU em missões de paz);

Ferramentas, estratégias e tecnologias de Inteligência: vieses cognitivos e neurociência, técnicas e modelos de gestão e controle, uso de Big Data, propaganda e operações encobertas;

Relações entre Inteligência e Economia: indicadores econômicos, comércio internacional e Inteligência geoespacial.

A visão crítica postulada, dentro de um paradigma crítico, envolve todo o aspecto social em torno dos discursos dos textos, permitindo uma avaliação ampla a respeito de suas condições de produção e transmissão (FAIRCLOUGH, 2001). Assim, os textos envolveram não apenas as várias temáticas a serem debatidas, mas também suas origens e condições de produção. Compuseram o arcabouço, a título ilustrativo: a) um livro de referência organizado pelo prof. Marco Cepik da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com amplitude de temas; b) fontes da Revista Brasileira de Inteligência (RBI), mantida pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); c) revista da Escola Superior de Guerra (ESG); d) artigos selecionados a partir de referência expressa na Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência (DNAI), documento produzido no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), tendo como principal ator a própria ABIN.

Assim, mais do que os conteúdos, foi possível avaliar na escritura dos autores os posicionamentos e as visões de mundo das respectivas instituições, a partir da premissa de que avaliaram e aprovaram a publicação recente de tais artigos ou agiram compilando, referenciando e, portanto, revalidando conjuntos específicos de conhecimentos (no caso da DNAI).

Esses detalhes a respeito da seleção dos textos foram expostos aos pesquisadores, tornando-se parte dos debates a diferença existente de posicionamento entre diversas fontes e instituições a respeito de um mesmo tema: Inteligência. Isso contribuiu não apenas para o aprofundamento dos debates, mas para a desconstrução do ideário de que são indiscutíveis os conteúdos de artigos científicos. Os pesquisadores pontuaram, ao final dos encontros, a relevância de não tomar o conteúdo dos artigos científicos como verdade absoluta final, uma vez que estão plenamente dotados de posicionamentos políticos e visões de mundo próprios dos autores e das instituições a que se vinculam, cabendo sempre reflexões comparadas para a formação de uma compreensão própria a respeito do tema.

Do ponto de vista pedagógico, portanto, o modelo e a seleção dos textos adequaram-se aos princípios da pedagogia crítica uma vez que contribuiu com a autonomia dos sujeitos

partindo-se da premissa de apresentação de uma pluralidade integradora de discursos. Do ponto de vista epistemológico, essa desconstrução da noção de verdade científico-metodológica que permeia o imaginário estudantil e desvaloriza seus próprios saberes encontra respaldo em Feyerabend (1977, p. 21):

É possível, assim, criar uma tradição que se mantém una, ou intacta, graças à observância de regras estritas, e que, até certo ponto, alcança êxito. Mas será desejável dar apoio a essa tradição, em detrimento de tudo mais? Devemos conceder-lhe direitos exclusivos de manipular o conhecimento, de tal modo que quaisquer resultados obtidos por outros métodos sejam, de imediato, ignorados?

Ainda que, dos textos selecionados, alguns tenham sido valorados como ruins e outros bons nos debates durante as reuniões, todos colaboraram na medida em que permitiram essa pluralidade e avaliação direta pelos próprios pesquisadores sobre sua qualidade metodológica e os critérios para tal. Isso alinha-se ao princípio de ação direta, uma vez que a determinação da qualidade de um texto deixa de ser relegada à representação por outros indivíduos (FALCÃO, 2014): o corpo editorial de uma revista ou a figura do professor que os seleciona para debate em grupo. A valoração sobre a qualidade passa a ser direta pelos próprios sujeitos. Os critérios de seleção dos textos, apresentados de modo transparente, decorreram de ter como objetos de pesquisa desvendar o que pensam os principais envolvidos em Inteligência (acadêmicos, profissionais civis e militares) sobre sua própria atividade.

4.3. Metodologia de simulação de Missão de Inteligência

A proposta de simulação de uma missão de Inteligência surgiu no interior do Gesilddes a partir dos próprios pesquisadores, ao manifestarem interesse em ter uma experiência vivencial de Inteligência e, com isso, compreenderem a natureza do trabalho a partir de suas próprias práticas, agregando elemento adicional de referência para as críticas e visões desenvolvidas ao longo dos debates.

A construção de uma metodologia para tal, dentro de um ambiente de extensão acadêmica, envolve uma série de cuidados complementares, tanto para o atingimento de objetivos pedagógicos, quanto do ponto de vista ético e legal. O primeiro e mais evidente deles decorre

do elemento sigilo: a simulação construída não deveria envolver o emprego de ações de busca para a obtenção de dados negados, uma vez que tais prerrogativas, do ponto de vista doutrinário e legal, são exclusivas dos Serviços de Inteligência de fato constituídos para tal (GONÇALVES, 2016; GONÇALVES, 2019; CONGRESSO NACIONAL, 2015).

Apesar de o sigilo ser elemento central na caracterização de uma ação de Inteligência, o uso de dados negados em produtos de Inteligência não só sempre foi reduzido, como vem se tornando cada vez menos relevante. À medida que a disponibilidade de dados em fontes abertas se amplia, torna-se um desafio muito mais a extração, filtragem e análise desses dados do que a sua obtenção de fato (ALVES, 2018a). Nesse sentido, trabalhar exclusivamente com Inteligência de Fontes Abertas (OSINT), ainda que não represente a totalidade dos trabalhos de Inteligência, torna-se suficientemente representativo do serviço. A simulação, portanto, em termos de processos, envolverá a apresentação de um problema de Inteligência, composto de um conjunto de dados conhecidos e a conhecer. Especialmente por seu objetivo de permitir os debates em torno da legitimidade democrática dos SI, é relevante que o conhecimento produzido seja de interesse de uma série de tomadores de decisão, de modo que esteja posta em voga a questão da exclusividade de acesso e atendimento ao interesse e funcional do conhecimento. Se a pluralidade de discursos é elemento democrático essencial e epistemologicamente responsável pela aproximação a uma noção do que seria a verdade (OLIVA, 2005; FEYERABEND, 1997), o acesso ao conhecimento para permitir discursos sobre determinado conhecimento também o é, fazendo com que a dominação exclusiva de tal torne-se um entrave.

Definidos tais pré-requisitos para a construção da simulação, passa-se à exposição do problema selecionado e sua forma de apresentação. Ainda que a figura do mediador da simulação vise que o processo seja conduzido à luz dos processos dos SI, esse apego ao rigor processual não é um elemento essencial do processo. Feyerabend (1977), filósofo da ciência e defensor do anarquismo epistemológico, defende que o excesso de rigor metodológico acaba incorrendo no problema de limitar a criatividade e a possibilidade de evolução da ciência e a construção de métodos mais adequados a novas realidades. Assim, estando o Gesilddes direcionado pelos pressupostos da pedagogia crítica e a simulação, enquanto produto técnico orientado pelos paradigmas da Inovação Social, o processo geral de produção do conhecimento de Inteligência é apresentado, junto com os formatos gerais dos seus documentos, mas sem que isso seja estabelecido como regra de atendimento obrigatório.

Considerando, na simulação, o Gesilddes como um SI autônomo, o processo se inicia com a recepção de um Pedido de Inteligência (PI) de órgão parceiro análogo, em que são fornecidos dados conhecidos e solicitados dados a conhecer. A partir desse Pedido de Inteligência, que servirá ao grupo como fase Política segundo a DNAI (na fase Política, as necessidades de conhecer seriam delimitadas pelo Plano Nacional de Inteligência, documento sigiloso, e não a partir de um Pedido de Inteligência) (BRASIL, 2016), estarão responsáveis por estabelecer um Planejamento para a Missão de Inteligência, envolvendo, na fase de Reunião de Dados: a) distribuição das informações a serem coletadas; b) as potenciais fontes onde obtê-las; c) os responsáveis por tais coletas.

Para a fase de análise, que normalmente fica direcionada a apenas um Analista de Inteligência, na simulação será proposto o trabalho conjunto em assembleia de todos os integrantes do grupo para construção coletiva da análise, atendendo aos pressupostos de legitimação democrática e controle via pluralidade de visões do processo de Análise. Sabendo-se que a principal parte do risco democrático de Inteligência reside nas Análises enviesadas por paradigmas pré-adotados pelos analistas que irão produzir os conhecimentos finais que guiarão os tomadores de decisão, é na fase de Análise que se torna mais essencial a adoção de propostas que multipliquem as visões sobre o problema. A busca pela suposta Verdade, se não é acessível em definitivo sob nenhuma hipótese, torna-se minimamente aceitável enquanto credível apenas quando contrastada com uma multiplicidade de visões (OLIVA, 2005; FEYERABEND, 1977).

Ao final, produzirão dois Relatórios de Inteligência contendo as informações coletadas, conhecimentos produzidos e, potencialmente, cenários construídos. Um desses relatórios será um modelo analítico, sem limitação de extensão, contendo o máximo de informações relevantes para elucidação da questão postulada. O outro, de caráter mais profissional e alinhado com a realidade do atual profissional de Inteligência, será limitado a duas laudas, de modo que será necessário aos integrantes do Gesilddes selecionar as frações mais significativas dos conhecimentos e organizá-los de modo a dar credibilidade ao documento. O segundo documento, sintético, permitirá um debate a respeito dos vieses cognitivos do tomador de decisão, problema usualmente ignorado pelos estudiosos em Inteligência. Enquanto os vieses possíveis de contaminar uma análise são já satisfatoriamente estudados (MACHADO, 2018; AMBROS, 2011), o paradoxo da difusão e recepção dos relatórios pelos decisores é minorado. Tal paradoxo funda-se na seguinte questão: caso um analista adote um paradigma científico diverso daquele adotado pelo tomador de decisão, sua análise

poderá ser considerada frágil e pouco útil, sendo desprezada; caso adote o mesmo paradigma do decisor, quando esse não está adequado aos fenômenos constatados na realidade, reproduz um discurso que deixa de atender às demandas sociais. Tal situação é claramente exemplificada na hipótese de construção de cenários econômicos, cujas opções paradigmáticas em torno de um modelo de matriz macroeconômica neoliberal ou institucional, à similaridade das propostas de Desenvolvimento Global ou Desenvolvimento Local, respectivamente, direcionam as análises em sentidos completamente opostos (FROEHLICH, 1998) e, mais: os objetivos nacionais (entre mero crescimento econômico ou desenvolvimento com distribuição) acabam por ser fortemente determinados pelas escolhas dos analistas de Inteligência, que guiarão os decisores através de seus cenários construídos.

4.4. Proposta específica: “Operação Talinga-Berilo”

4.4.1. Objeto e Motivação

A Operação Talinga-Berilo tem por objeto imediato as relações Brasil-Cabo Verde, em virtude de notícia midiaticizada em 09 de dezembro de 2019 com título “Brasil e Cabo Verde intensificam relações comerciais e de segurança” pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e replicada por diversos outros portais.

Segundo informações do conteúdo jornalístico, “O Brasil e Cabo Verde decidiram aprofundar os vínculos bilaterais nas áreas de segurança, defesa, comércio e cultura” (ROMILDO, 2019). O ministro das relações exteriores brasileiro, Ernesto Araújo, encontrou-se com o seu homólogo em Cabo Verde, Luís Filipe Tavares e com o primeiro-ministro cabo-verdiano Ulisses Correia e Silva. Além disso, segundo a notícia, “Cabo Verde pode ser ponte para o Brasil para atingir toda a África em qualquer área de cooperação” (ROMILDO, 2019), conforme teria feito entender o ministro brasileiro.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-12/brasil-e-cabo-verde-intensificam-relacoes-comerciais-e-de-seguranca>

4.4.2. Dados Conhecidos

a) Cabo Verde, república semipresidencialista, é hoje governado por presidente e primeiro-ministro do partido “Movimiento para a Democracia (MPD), partido integrante da Internacional Democracia de Centro (IDC), também conhecida como Internacional Democracia-Cristã, tendo o primeiro-ministro sido Vice-Presidente da organização. No Brasil, Cesar Maia, pai do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, é seu representante.

Fonte: <https://www.idc-cdi.com/organization/>

b) No Brasil, a IDC é representada pelos partidos Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Democratas (DEM). O primeiro, de forte tradição política no Brasil. O segundo, em plena expansão, hoje com a presidência do Congresso Nacional em suas duas câmaras: Rodrigo Maia, na Câmara dos Deputados, e Davi Alcolumbre, no Senado Federal. Além desses, Kim Kataguiri, deputado federal pelo mesmo partido, é líder do Movimento Brasil-Livre (MBL), tendo sido protagonista dos movimentos das Jornadas de Junho de 2013 que levaram a ex-presidenta Dilma Rousseff ao impeachment anos após (EUZEBIOS FILHO; GUZZO, 2018).

Fonte: <https://www.idc-cdi.com/parties/>

c) A IDC possui ainda representações e influências em outros países, estando na situação em São Tomé e Príncipe e na liderança da oposição nos outros Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Portugal. A aliança Brasil-Cabo Verde, portanto, é estratégica também sob o ponto de vista político-partidário da IDC.

d) Além de servir como ponte para a África, as relações com Cabo-Verde podem ser estratégicas do ponto de vista da coordenação multilateral nas relações com a Europa. Nesse sentido, em 2020 encerra-se o Acordo de Cotonu, um amplo acordo entre União Europeia e uma série de países africanos dos quais Cabo Verde faz parte e que está voltado exatamente para as mesmas áreas referenciadas na notícia divulgada: segurança e comércio (com destaque para turismo e pesca, áreas prioritárias para Cabo Verde).

Fontes:

<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:r12101&qid=1576349328596&from=EN>
[https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:02000A1215\(01\)-20170101](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:02000A1215(01)-20170101)
<http://www.rfi.fr/pt/cabo-verde/20181127-democratas-do-centro-da-idc-reunidos-em-cabo-verde>

e) Em outras fontes noticiosas, o ministro brasileiro Ernesto Araújo teria dito que o presidente Jair Bolsonaro pretende realizar visita oficial a Cabo Verde logo no início de 2020, estando especialmente interessado nessa oportunidade.

Fonte: <https://expressodasilhas.cv/politica/2019/12/09/presidente-do-brasil-visita-cabo-verde-em-2020/67003>

e) Segundo estudiosos da área, os Serviços de Inteligência cabo-verdianos não se desenvolveram efetivamente em virtude das políticas de transparência relativas às doações internacionais (ALVES, 2018b).

4.4.3. Missão

Verificar o atual estágio de desenvolvimento dos Serviços de Inteligência em Cabo Verde, levantando, potencialmente, nomes, contatos e visão de mundo de indivíduos que estejam envolvidos nesse contexto de modo ostensivo.

Identificar principais interesses imediatos do Brasil em Cabo-Verde, elencando as reais prioridades da aproximação sugerida. Identificar através de nomes, fotos e visão de mundo os principais indivíduos de interesse para a consecução desses objetivos e seus vínculos com brasileiros.

Definir cenários a partir dos eventos mais prováveis nos dois países e na relação entre ambos nas hipóteses de sucesso ou não no atingimento de tais prioridades.

Contextualizar as possibilidades de intervenção, positiva e negativa, dos democratas-cristãos nos diversos aspectos anteriores.

4.4.4. Orientações

Para a realização dessa missão, primeiramente será necessária uma contextualização a respeito da realidade cabo-verdiana sob diversos aspectos, em especial: econômico, político e acadêmico. Do ponto de vista econômico, suas principais potencialidades e desafios atuais e o modelo macroeconômico adotado atualmente. No político, as correlações de forças entre atores (partidos, movimentos sociais, etc.) de diversos espectros políticos e principais temáticas de tensões. No campo acadêmico, os principais pesquisadores a respeito de Serviços de Inteligência e, não encontrando nomes específicos, de pesquisadores da área do Direito que pesquisem temas conexos aos debates em torno dos SI: Direitos Humanos, Constitucionalismo, Controles Democráticos, etc.

Para atender a tal missão, as pesquisas principais em fontes abertas envolverão: dados do homólogo ao Banco Central em Cabo Verde, relatórios econômicos recentes, artigos acadêmicos da área sobre as condições e estratégias cabo-verdianas. No aspecto de Inteligência, universidades e dados de professores e pesquisadores que possam estar envolvidos com a temática. No campo político, dados de instituição homóloga ao Tribunal Superior Eleitoral no Brasil e noticiários e redes sociais para identificar principais atores no campo político e suas adesões sociais.

Além disso, em redes sociais e notícias, será relevante a caracterização de alvos pessoa-física e institucionais (partidos, instituições de ensino e pesquisa, organizações sociais), trabalhando as pesquisas em fontes abertas e mídias sociais e, a partir disso, refletindo sobre o volume de informações e lastros disponíveis sobre indivíduos na rede.

Ao final dos levantamentos de contexto e indivíduos, caracterizando a coleta dos dados, seguem-se às fases de análise e redação dos relatórios de Inteligência. A primeira fase de análise reflete a consolidação da conjuntura geral do país-alvo, no caso, Cabo-Verde. O relatório analítico conta com um tópico específico direcionado à contextualização, em que uma síntese de todo material de contexto analisado será descrita.

Na sequência, na fase de análise propriamente dita, o grupo poderá debater, à luz do modelo da Teoria dos Jogos estudado ao longo do semestre no Gesilddes, as várias possibilidades de estratégias e eventos a serem adotadas, refletindo os cenários possíveis.

Ao final, deverão ser produzidos o relatório sintético e o restante do relatório analítico. O analítico, em virtude da completude e pluralidade das informações, ainda que mais cansativo do ponto de vista do volume de conhecimentos a serem inseridos, não deve apresentar maiores dificuldades de redação. O sintético, em oposição, necessariamente envolverá o debate em relação à figura do tomador de decisão.

Nesse sentido, será inevitável questionar: a quem e a que está prestando serviço o SI, ali caracterizado pelo grupo do Gesildes? A seleção dos conhecimentos e estilística discursiva a ser adotada no texto do relatório sintético, como devem ser os relatórios de Inteligência segundo a doutrina, já está previamente direcionada pelo modo de visão do analista: ao centrar uma nação amiga -- Cabo-Verde -- como alvo de Inteligência, o paradigma a ser adotado é imediatamente posto em evidência: será uma nação a ser explorada em decorrência do paradigma securitário que vê apenas ao Brasil enquanto Estado soberano cujos interesses devem ser priorizados ou serão olhados pelo viés do paradigma humano, que, ao mirar os sujeitos antes do Estado-nação, seja do que território a que pertençam, acredita, tal qual as proposições da pedagogia crítica, que o ser humano, enquanto sujeito no mundo, pode e merece mais do que esse clima universal de rivalidade e defesa dos próprios interesses privados?

4.5. Conclusões

A perspectiva pedagógica crítica prevê que as relações sociais educativas a serem estabelecidas devem ser capazes de trazer à consciência dos sujeitos aprendentes as suas condições políticas em sociedade, em especial aquelas condições de opressão, cerceamento de direitos e reprodução das estruturas sociais que dão suporte ao modelo hoje hegemônico. Nesse sentido, toda experiência e seus discursos associados devem ser problematizados contextualmente a partir das relações de consensos e dissensos que se estabelecem entre os diversos atores sociais envolvidos em uma determinada problemática.

Assim, tendo por pano de fundo os conflitos existentes entre Serviços de Inteligência e uma proposta política para uma sociedade baseada em uma democracia profunda e realmente pluralista, inclusiva e igualitária, operou-se a construção de uma proposta de simulação de missão de Inteligência, direcionada a pesquisadores da área e disciplinas correlatas que permitam um trabalho interdisciplinar produtivo, em que as posições político-ideológicas adotadas por seus profissionais operassem diretamente nos efeitos dos resultados da missão. Em especial, isso foi possível incorporando elementos de conflito paradigmático em termos econômicos, político e estratégico, notadamente: a) opção de propostas de desenvolvimento econômico para países de expressão meramente regional, permitindo problematizar riscos envolvidos na adoção de cartilhas econômicas liberais; b) expansão de expressão de grupos políticos em nível internacional; c) multiplicidade de interesses nas relações internacionais

com nação estratégica para o Brasil, a saber, Cabo Verde, interpelando-se objetivos muitas vezes conflituosos em decorrência das relações multilaterais estabelecidas entre eles e vários outros atores: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, acordos entre África e União Europeia, etc.

Não tendo sido, à data de produção do presente artigo, posta em execução a proposta pedagógica em tela, as conclusões sobre seu potencial decorrem do atendimento a premissas da pedagogia crítica e a proposta de sociedade a ela associada. Acredita-se, com a escolha da problemática, ter sido possível envolver um número expressivo de dissensos a serem explorados, envolvendo discursos de maior sorte de possibilidades, atendendo ao princípio da pluralidade de visões como medida de inclusão e justiça: relações étnico-raciais, relações geopolíticas em tornos de espaços físicos (atlântico sul), blocos econômicos, blocos de políticas públicas sociais (bloco linguístico), conflitos de opressão entre Estados em termos de poder econômico e político, tanto acima (imposições europeias sobre países africanos, por exemplo) e abaixo (posição brasileira de potência regional e linguística), dentre outros.

4.6. Referências

ALVES, Jorge Luís dos Santos. As relações Brasil-África subsaariana no contexto da Atividade de Inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, n. 13, 2018a.

ALVES, Paulo M. M. R. O impacto de Big Data na Atividade de Inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, n. 13, 2018b.

AMBROS, Christiano Cruz. Análises de Inteligência: ambiente, percepção, emoção e neurociência. IN: CEPIK, Marco (org.). **Inteligência governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos**. 1. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011, p. 233-269.

BRASIL. **Portaria nº 244-ABIN/GSI/PR, de 23 de Agosto de 2016**. Aprova os Fundamentos Doutrinários da Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência. Brasília, 2016a.

CONGRESSO NACIONAL. **Relatório de Atividades 2015**: Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Brasília, 2015.

EUZEBIOS FILHO, Antonio; GUZZO, Raquel Souza Lobo. A conjuntura após junho de 2013: olhares cruzados sobre participação política e resistência. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 159-168, 2018.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Editora UnB: Brasília, 2001.

FALCÃO, Emmanuel Fernandes. **Extensão popular**: caminhos para a emancipação. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7753> . Acesso em: 13 ago. 2019.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**; tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. F. Alves: Rio de Janeiro, 1977.

FROEHLICH, José Marcos. O “local” na atribuição de sentido ao desenvolvimento. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 94, maio/dez., 1998, p. 87-96. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/283/235>>. Acesso em 19 maio 2018.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de Inteligência e Legislação Correlata**. Niterói: Ímpetus, 2016.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Políticos e Espiões**: o Controle da Atividade de Inteligência. Niterói: Ímpetus, 2019.

MACHADO, André Mendonça. O impacto de vieses cognitivos sobre a imparcialidade do conteúdo de Inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, n. 13, 2018.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2004.

OLIVA, Alberto. **Anarquismo e Conhecimento**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2005.

ROMILDO, José. Brasil e Cabo Verde intensificam relações comerciais e de segurança. **Agência Brasil**: Brasília, 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-12/brasil-e-cabo-verde-intensificam-relacoes-comerciais-e-de-seguranca>>. Acesso em 15 dez 2019

TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e Burocracia**. Editora UNESP: São Paulo, 2012.

5. CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve por tema os discursos presentes em textos formativos dos Serviços de Inteligência (SI) brasileiro.

Os SI são apresentados como serviços responsáveis pela produção de conhecimento estratégico para subsidiar os processos decisórios em seus mais altos níveis hierárquicos, fazendo com que tendam a concentrar grande poder. Esse poder concentrado, naturalmente, tensiona o modelo de democracia adotado por um Estado. Para justificar sua existência, a despeito dos riscos democráticos impostos por essa concentração de poder, os SI valem-se de uma série de discursos que perpassam a sua essencialidade e a possibilidade de coexistência com a democracia através de mecanismos específicos: a necessidade de manutenção da soberania Estatal, do enfrentamento a inimigos externos e da grande instabilidade mundial, da formulação de conhecimento verdadeiro e manutenção da ordem social e de uma lógica de ação estratégica para o país.

A grandeza de todos esses propósitos, o grau de responsabilidade a esses serviços atribuído e manutenção de uma cultura de sigilo faz com que os SI sejam, em grande parte, inacessíveis ao diálogo amplo em sociedade. Isso, por si só, seria suficiente para indicar a sua compatibilidade com qualquer proposta democrática realmente pluralista e profunda.

A pesquisa, em termos pontuais e capítulo a capítulo, permitiu demonstrar a inadequação entre os SI e propostas democráticas profundas (abordadas em suas diversas partes e formas de apresentação: gestão social, controle social, participação, compartilhamento do poder decisório, desenvolvimento local, desburocratização, descentralização, horizontalização das relações, pedagogia crítica, autonomia, autogestão, ação direta, pluralismo, integração).

Esse processo se deu em compatibilidade com o atendimento aos objetivos propostos inicialmente, quais sejam: desvelar os discursos ideológicos que dão suporte ao discurso de legitimação dos Serviços de Inteligência presente em seus textos formativos; analisar as aproximações e afastamentos entre os Serviços de Inteligência e as possibilidades de Gestão Social, de formação de seus quadros orientada pela Pedagogia Crítica e o conceito de Desenvolvimento Local; e descrever contribuição técnica em formato de uma metodologia de prática pedagógica simulada de missão de Inteligência, com vistas à promoção de formação em Inteligência, orientada pela Pedagogia Crítica, e desenvolvimento local.

Naturalmente, situado dentro de uma perspectiva da Teoria Crítica, toda construção do conhecimento não pode ser nunca conclusa em si mesma, abrindo sempre perspectivas

adicionais de estudos, o que pode ser caracterizado, ao mesmo tempo, como limitações da pesquisa e propostas de trabalhos futuros. Nesse sentido, um primeiro elemento que merece destaque decorre das unidades de análise: no presente trabalho, foram escolhidos documentos em forma textual, disponíveis a acesso público e cuja representação fosse considerada mais expressiva do contexto de Inteligência como um todo. Entretanto, é sabido que toda generalização envolve a perda de informações relevantes para a compreensão do todo operativo. Assim, dois movimentos são especialmente relevantes: a) o comparativo por tipo, levando em conta a diversidade de modelos de Inteligência existentes, não se deixando de ignorar também aquelas estruturas não formalmente estabelecidas, impedindo que as amarras dogmáticas, jurídicas e normativas impeçam um estudo mais profundo dos seus vários movimentos possíveis; b) o comparativo por suporte, levando em conta a existência de unidades de análise textual escrita de acesso restrito, cujas informações seriam valiosas para a reflexão com aquelas estabelecidas e, naturalmente, também as suas versões orais, do discurso comum, não só dos próprios da Inteligência, mas também da sua recepção em corpo social.

Invariavelmente, entretanto, para toda pesquisa que se proponha a adotar o paradigma crítico, deve-se manter em vista o seu princípio basilar de unificação entre teoria e prática, real e ideal, operando em prol do aprofundamento democrático em sentido amplo. De fato, qualquer estudo que se limite à realidade como se dá, sem vislumbrar um ideal declarado anteriormente, ignora e oculta as possibilidades de aprofundamento nos desafios, entraves e meios para o atingimento desses ideais. A presente pesquisa, como pode ser observado, teve por objetivo — considerado atingido com sucesso — de demonstrar alguns desses entraves, colaborando, ao mesmo tempo, com a elucidação do modelo como posto hoje e suas incompatibilidades com propostas futuras (NOBRE, 2004) As projeções de futuro têm suas bases no real atual, e essas aderência presente-futuro, real-ideal e teoria-prática não podem ser mais ignoradas.

Do ponto de vista específico dos discursos hegemônicos em Inteligência, de modo macro, reiterou um sabido: “que todo consenso existe como resultado temporário de uma hegemonia provisória, como uma estabilização do poder, e que isso sempre implica alguma forma de exclusão” (MOUFFE, 2016, p. 24).

Atendendo ao princípio ético da Análise de Discurso Crítica de Fairclough, que deve se posicionar de modo a dar oportunidade de voz a discursos contra-hegemônicos silenciados (FAIRCLOUGH, 2012), esta pesquisa cumpre o seu papel contracorrente de questionar (e,

quem sabe, desconstruir) toda a grandeza que fornece aos nobres o apanágio dos Serviços de Inteligência e todo o poder que com eles eternamente vem conferido.

Compreendendo que toda verdade é discursiva, que há tantas realidades quantos seres vivos e nenhuma delas é narrável e que a única chance científica, como postula Feyerabend (1977), é frutificar o maior número de possibilidades interpretativas o possível, esta pesquisa rejeita qualquer discurso que se pretenda hegemônico e estável. Afinal, “a estabilidade contínua significaria o fim da política e da ética” (MOUFFE, 2016, p. 22).

Para encerrar um texto que tem os SI, e, por consequência, os processos decisórios em posição de centralidade:

Como Derrida enfatiza, [...] é impossível pensar os conceitos de decisão política e de responsabilidade ética. A indecidibilidade não é um momento a ser atravessado ou superado, e os conflitos de dever são intermináveis. Jamais ficarei completamente satisfeito por ter feito uma boa escolha, uma vez que uma decisão em favor de uma alternativa seja tomada sempre em detrimento de outra. É nesse sentido que se pode dizer que a desconstrução é ‘hiperpolitizada’. A politização nunca cessa, pois a indecidibilidade continua habitando a decisão. (MOUFFE, 2016, p. 22)

6. REFERÊNCIAS

- ABREU, Júlio Cesar Andrade de; OLIVEIRA, Virgílio César da Silva; KRAEMER, Carlos Frederico Bom. Uma Análise de Construtos Teóricos Sobre Participação e Gestão Social. **Desenvolvimento em Questão**, n. 48, 2019, p. 34-51.
- ADAM, Gabriel Pessin. Os Serviços de Inteligência Russos após 1991. IN: CEPIK, Marco (org.). **Inteligência governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos**. 1. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011, p. 47-72.
- ALBAGLI, Sarita. Globalização e espacialidade: o novo papel do local. In: Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul. Rio de Janeiro: **Redesist/UFRJ**, 1998, p. 181-198. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/images/redesist_images/livros/Glob_Mercosul/cap_5.pdf>. Acesso em 19 maio 2018.
- ALVES, Jorge Luís dos Santos. As relações Brasil-África subsaariana no contexto da Atividade de Inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, n. 13, 2018a.
- ALVES, Paulo M. M. R. O impacto de Big Data na Atividade de Inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, n. 13, 2018b.
- AMBROS, Christiano Cruz. Análises de Inteligência: ambiente, percepção, emoção e neurociência. IN: CEPIK, Marco (org.). **Inteligência governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos**. 1. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011, p. 233-269.
- ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.
- ASSIS, Lilian Bambirra de; PAULA, Ana Paula Paes de; BARRETO, Raquel de Oliveira; et al. Estudos de caso no ensino da administração: o erro construtivo libertador como caminho para inserção da pedagogia crítica. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 14, n. 5, p. 44-73, 2013.
- ÁVILA, Fabrício Schiavo. Inteligência e Dissuasão: IMINT e Legitimação. IN: CEPIK, Marco (org.). **Inteligência governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos**. 1. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011, p. 185-203.
- AZEVEDO, Reinaldo. **Abin repudia controle militar em carta a Dilma e rejeita ser “Tropa do Elito”**. 2011. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/abin-repudia-controle-militar-em-carta-a-dilma-e-rejeita-ser-8220-tropa-do-elito-8221/>>. Acesso em 15 dez 2019.
- BOTÊLHO, Lucas Antônio Viana. **A ecocidadania como princípio formativo e propositivo: diálogos necessários para a construção de uma escola cidadã**. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/25090>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 8.793, de 29 de junho de 2016**. Fixa a Política Nacional de Inteligência. Brasília, 2016b.

BRASIL. **Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999**. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. Brasília, 1999.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública**. Brasília: Coordenadoria-Geral de Inteligência, 2009

BRASIL. **Portaria nº 244-ABIN/GSI/PR, de 23 de Agosto de 2016**. Aprova os Fundamentos Doutrinários da Doutrina Nacional da Atividade de Inteligência. Brasília, 2016a.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. Entre o Estado e o mercado: o público não-estatal. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. (Org.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 15-48.

CARRA, Marcos. Teoria dos Jogos e Inteligência. IN: CEPIK, Marco (org.). **Inteligência governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos**. 1. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011, p. 205-232.

CELLA, Rosenei. **Educação de tempo integral no Brasil: história, desafios e perspectivas**. 2010. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/673>. Acesso em: 13 ago. 2019.

CEPIK, Marco. Sistemas nacionais de inteligência: origens, lógica de expansão e configuração atual. **Dados**, v. 46, n. 1, p. 75–127, 2003.

COELHO, Danilo. A Modernização da Inteligência Estratégica na Perspectiva da Segurança Humana. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, n. 12, 2017.

COELHO, Olivia Pires; BARBOSA, Maria Carmen Silveira. anarquismo e descolonização: possibilidades para pensar a infância e sua educação. **Childhood & Philosophy**, v. 13, n. 27, p. 335–352, 2017.

CONGRESSO NACIONAL. **Mensagem nº 198 de 2009-CN (nº 997/2009, na origem)**. Brasília, 2009.

CONGRESSO NACIONAL. **Relatório de Atividades 2015**: Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência. Brasília, 2015.

DEMITIDO por Dilma, general reclama da reforma. 2015. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20151004050635/http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/rebaidado-por-dilma-general-reclama-da-reforma>>. Acesso em 15 dez 2019.

DÍAZ, Esther; RIVERA, Silvia. La actividad científica y su insoportable carga ética, IN: DIÁZ, Esther. **La posciencia** – el conocimiento científico en las postrimerías de la modernidad. Buenos Aires: Biblos, 2007. Pags. 369-381.

EUZEBIOS FILHO, Antonio; GUZZO, Raquel Souza Lobo. A conjuntura após junho de 2013: olhares cruzados sobre participação política e resistência. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 159-168, 2018.

- FAIRCLOUGH, Norman. **Critical Discourse Analysis**. 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/3791325/Critical_discourse_analysis_2012_>. Acesso em 15 dez 2019.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Editora UnB: Brasília, 2001.
- FALCÃO, Emmanuel Fernandes. **Extensão popular: caminhos para a emancipação**. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7753> . Acesso em: 13 ago. 2019.
- FEYERABEND, Paul. **Contra o método**; tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. F. Alves: Rio de Janeiro, 1977.
- FROEHLICH, José Marcos. O “local” na atribuição de sentido ao desenvolvimento. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 94, maio/dez., 1998, p. 87-96. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/revistaparanaense/article/view/283/235>>. Acesso em 19 maio 2018.
- GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de Inteligência e Legislação Correlata**. Niterói: Ímpetus, 2016.
- GONÇALVES, Joanisval Brito. **Políticos e Espiões: o Controle da Atividade de Inteligência**. Niterói: Ímpetus, 2019.
- GRAMSCI, Antonio. **Selections from the Prison Notebooks**. ElecBook: Londres, 1999.
- JONES, Jennifer Morgan. Is Ethical Intelligence a contradiction in terms? IN: GOLDMAN, Jan (Ed.), **Ethics of Spying: A Reader for the Intelligence Professional**- vol. 2. Lanham, Maryland, Toronto, Oxford: The Scarecrow Press, Inc., 2006.
- KOCH, Ingedor Grünfeld Villaça Koch. **Introdução à linguística textual**. Ed. Martins Fontes: São Paulo, 2004.
- KRAEMER, Carlos Frederico Bom; VILLELA, Lamounier Erthal; VIANNA, Márcio de Albuquerque. Gestão e Controle Social no Programa Nacional de Alimentação Escolar: O caso no município de Paraty – RJ. **Revista NAU Social**, v.10, n.18, p. 39-60.
- MACHADO, André Mendonça. O impacto de vieses cognitivos sobre a imparcialidade do conteúdo de Inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, n. 13, 2018.
- MACHADO, Jussara de Oliveira. Inteligência e Ciberespaço: desafios do Século XXI. IN: CEPIK, Marco (org.). **Inteligência governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos**. 1. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011, p. 271-317.
- MATOSO, Filipe; ALEGRETTI, Laís; PASSARINHO, Nathalia. **Dilma anuncia reforma com redução de 39 para 31 ministérios**. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/dilma-anuncia-reducao-de-39-para-31-pastas-na-reforma-ministerial.html>>. Acesso em 15 dez 2019.

MENEZES, Diego Sabbado. **Educação ambiental, educação libertária e a agroecologia: uma pesquisa com o projeto “Vivências com a terra”**. Dissertação, Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2013.

MORAES, Luana Aparecida; NADAL, Beatriz Gomes. Educação anarquista: contribuições para a escola e uma educação autêntica. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 17, n. 4, p. 1078–1095, 2017.

MOREIRA, Vivianne de Castilho. **Leibniz e a Linguagem**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2005.

MOUFFE, Chantal (org.). **Desconstrução e Pragmatismo**. Mauad X: Rio de Janeiro, 2016.

NASSIF, Luis. **A crise entre Abin e o general José Elito**. 2011. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/politicas-sociais/seguranca-politicas-sociais/a-crise-entre-abin-e-o-general-jose-elito/>>. Acesso em 15 dez 2019.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2004.

OLIVA, Alberto. **Anarquismo e Conhecimento**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Marcel Carrijo de. A Confiança como Requisito para a Gestão de Segurança em Organizações de Inteligência de Estado. **Revista Brasileira de Inteligência**, n. 13, 2018.

PACHECO, Denilson Feitoza. **Inteligência, Segurança e Direito: Políticas e Operações de Inteligência**. Belo Horizonte, 2012.

PERES JUNIOR, Miguel Rivera; PEREIRA, José Roberto; OLIVEIRA, Lucas Canestri de. Gestão Social sob a lente estruturacionista. **RAM, Rev. Adm. Mackenzie**, São Paulo, v. 14, n. 6, p. 18-49. 2013.

RODRIGUES, Fernando. **Agentes da Abin organizam seminário e protestam contra atuação do GSI**. 2013. Disponível em: <<https://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2013/12/03/agentes-da-abin-organizam-seminario-e-protestam-contratuacao-do-gsi/>>. Acesso em 15 dez 2019.

ROMILDO, José. Brasil e Cabo Verde intensificam relações comerciais e de segurança. **Agência Brasil**: Brasília, 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-12/brasil-e-cabo-verde-intensificam-relacoes-comerciais-e-de-seguranca>>. Acesso em 15 dez 2019

SAMAYA, Juan. Aportes de la metodología a la reflexión epistemológica, IN: DIÁZ, Esther. **La posciencia** – el conocimiento científico en las postrimerías de la modernidad. Buenos Aires: Biblos, 2007. Pags. 151-183.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. Boitempo: São Paulo, 2016.

SILVA, Igor Castellano da. Reforma da Inteligência na RDC: direitos individuais e construção do Estado. IN: CEPIK, Marco (org.). **Inteligência governamental: contextos nacionais e desafios contemporâneos**. 1. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011, p. 115-148.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social. *Revista Desenvolvimento em Questão*, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.

TRAGTENBERG, Maurício. **Educação e Burocracia**. Editora UNESP: São Paulo, 2012.

TREZZA, Wilson. **Inteligência ‘derretida’ ou em consolidação?** 2019. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/intel/noticia/31817/Wilson-Trezza---Inteligencia-'derretida'-ou-em-consolidacao-/>>. Acesso em 15 dez 2019.

VILLAR-LOPES, Gills. Quando o segredo é a regra: Atividade de Inteligência e acesso à informação no Brasil. *Revista Brasileira de Inteligência*, Brasília, n. 12, p. 35-49, 2017.

WATZLAWICK, Paul; BEAVIN, Janet Helmick; JACKSON, Don D. (1967). **Pragmática da Comunicação Humana**: um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação. Trad. Álvaro Cabral. 7-8-9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

ZAVERUCHA, Jorge. De FHC a Lula: a militarização da Agência Brasileira de Inteligência. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 31, p. 177-195, 2008.

ПОСОШКОВ, Иван Тихонович. **Книга о скудости и богатстве** (1724). Moscou, 1951. Disponível em: <<http://reosh.ru/wp-content/uploads/2017/01/ПОСОШКОВ.pdf>>. Acesso em 15 dez 2019.

Falei juridicamente... do ponto de vista jurídico... Pronto, ficarei de boca calada, calada... Não sou mais um gato, mas um peixe, mas deixe a minha orelha em paz.

O Mestre e a Margarida, Mikhail Bulgákov